

Número 18 | julho 2025
Instituto Politécnico de Tomar
Revista | Journal

Antrope





Número 18 | julho 2025 | Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar NIPC 503767549 | CTA - Centro Transdisciplinar das Arqueologias

DIRETORA

Sara Garcês, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Sara Garcês, CTA - Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

DIVULGAÇÃO

Em Linha

CONSELHO CIENTÍFICO

Thomas Wyrwoll - *Arqueologia, Petroiconologia, Zoologia – German Association for Rock-Art Research & Icono-Archaeological Mammalian Zoology*

Vasco Mantas - *Arqueologia Romana, Universidade de Coimbra*

Rodrigo Banha - *Arqueologia Urbana, CHAM-FCSH*

Ana Bettencourt - *Arqueologia, Universidade do Minho*

Telmo Pereira - *Arqueologia Pré-Histórica, UAL*

Luiz Oosterbeek - *Arqueologia Pré-Histórica, Gestão do Património, IPT*

Alexandra Figueiredo - *Uso de Tecnologias e Arqueologia Subaquática, IPT*

José Júlio Garcia Arranz - *História de Arte, Universidade da Extremadura, Espanha*

Leonor Medeiros - *Arqueologia Industrial (CHAM - NOVA FCSH)*

Helena Gonçalves Pinto - *Arquitetura/História UAL - Turismo e Património*

Erika Robrahn-Gonzalez - *História, Arqueologia, Grupo DOCUMENTO/Brasil - Especialista em Estratégias do Património Cultural/Políticas Sociais.*

Judite Nascimento - *Geografia, Ordenamento do Território e Urbanismo - Universidade de Cabo Verde*

Juliano Bitencourt - *Arqueologia, Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) Criciúma/SC, Brasil*

Hugo Gomes - *Geologia, Geomorfologia, Arqueometria de Pigmentos, Geoparques - Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências*

DESIGN GRÁFICO

Sara Garcês, Instituto Politécnico de Tomar

CAPA

Vestígios da exploração de ouro em Vila de Rei (Conheiras). Fotografia de Hugo Gomes.

PERIODICIDADE

Semestral - ISSN 2183- 1386 | Estatuto Editorial: http://www.cta.ipt.pt/?pagina=unidade_editorial&seccao=antrope&lang=PT

LATINDEX folio nº 23611 | REGISTADA NA ERC nº 127735 | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores. Todos os artigos foram revistos por pares.

www.cta.ipt.pt

EDITORIAL

Neste 18º volume da revista *Antrope* apresentamos um conjunto variado de assuntos: Luiz Oosterbeek apresenta algumas “Reflexões sino-europeias sobre ensino tecnológico e o lugar da arqueologia” defendendo que o ensino das Humanidades deve ser reinterpretado à luz da sua tradição clássica, tanto na Europa como na China. Nessa tradição, o saber humanístico não era confinado a uma torre de marfim académica, mas integrava-se num programa educativo global que valorizava a formação aplicada extramuros — ou seja, a aprendizagem prática e a ética para a vida pública e o mundo real.

Cátia Teixeira, Tânia Ferreira e Sérgio Neto apresentam uma síntese da importância das aulas práticas no ensino da História tendo como exemplo o contributo da Arqueologia Experimental no Ensino Básico. Segundo os autores, as atividades experimentais promoveram aprendizagens mais ativas e significativas, uma vez que despertaram nos alunos um maior interesse pela História.

A partir de uma discussão bibliográfica sobre arqueologia e história indígena, Rodrigo Lavina, Claudio Ricken, Jaisson Teixeira Lino e Jaciara Andrade Silva exploram os sítios arqueológicos do extremo sul de Santa Catarina, Brasil. O estudo destaca vestígios de culturas pré-coloniais e os assentamentos dos povos Xokleng/Laklãnõ, com especial interesse pelos abrigos funerários e seus rituais, situados nos espaços entre a Mata Atlântica e a Serra do Mar.

Henrique Mourão analisa os desafios de *compliance* e governança corporativa no comércio internacional de bens culturais, com ênfase no Código de Ética da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para Negociantes de Bens Culturais.

Hugo Gomes, Rita Ferreira Anastácio, Bruno Cardoso e Ana Rosa Cruz (*in memoriam*), fazem uma síntese do trabalho de levantamento das Conheiras de Vila de Rei, Portugal, e do trabalho realizado para avaliar o potencial geo-turístico destes sítios.

Agradecemos a todos os revisores pela revisão cuidadosa dos artigos e pelas valiosas sugestões que contribuíram significativamente para melhorar a qualidade destes trabalhos.

IN MEMORIAM DE ANA ROSA CRUZ (1959 - 2022)

A Doutora Ana Rosa Cruz, técnica superior e docente do Instituto Politécnico de Tomar, legou uma contribuição ímpar à região do Médio Tejo. O seu trabalho estendeu-se não só à Arqueologia, através da direção de escavações e investigações de grande relevo, mas também à colaboração em diversos projetos com as autarquias locais. Como docente, marcou profundamente o percurso académico dos seus alunos e, a título pessoal, foi uma voz incansável na defesa do património, com destaque para a luta pela preservação da Anta do Vale da Laje. O seu legado editorial, materializado nas revistas *Antrope* e *O Ideário Patrimonial*, constitui hoje uma referência na literatura arqueológica portuguesa.

Tanto o trabalho de Luiz Oosterbeek como o de Hugo Gomes, Rita Ferreira Anastácio e Bruno Cardoso, são apresentados em memória de Ana Rosa Cruz, falecida em 2022, aos 63 anos.

Com este volume – e com os que se seguirão –, é meu empenho pessoal estar à altura da qualidade que a Doutora Ana Rosa Cruz idealizou para esta publicação.

A editora,
Sara Garcês



Ana Rosa Cruz durante os trabalhos de escavação na Gruta do Morgado Superior, em Tomar. Fotografia de Kenia de Aguiar Ribeiro, setembro de 2019.

ÍNDICE

Reflexões sino-europeias sobre ensino tecnológico e o lugar da arqueologia Luiz Oosterbeek	9
A importância das aulas práticas no ensino da História: o contributo da Arqueologia Experimental no Ensino Básico Cátia Teixeira, Tânia Ferreira, Sérgio Neto	17
Povoamento Indígena e Abrigos Funerários no Extremo Sul Catarinense, Brasil: Algumas aproximações ao tema Rodrigo Lavina, Claudio Ricken, Jaisson Teixeira Lino, Jaciara Andrade Silva	29
Desafios de compliance e governança corporativa no comércio de bens culturais: uma perspectiva do código de ética da UNESCO Henrique Augusto Mourão	43
Conheiras de Vila de Rei: Geoarqueologia, Património e Desenvolvimento Sustentável Hugo Gomes, Rita Ferreira Anastácio, Bruno Cardoso, Ana Rosa Cruz[†]	55

Reflexões sino-europeias sobre ensino tecnológico e o lugar da arqueologia

Recebido em:
06 de Dezembro de 2024
Aceite em:
12 de Janeiro de 2025
Publicado em:
31 de Julho de 2025

LUIZ OOSTERBEEK^{A,B}

^A Instituto Politécnico de Tomar, Estrada da Serra, nº 13, 2300-313 Tomar

^B Centro de Geociências

Email: loost@ipt.pt

In memoriam Ana Rosa Cruz

RESUMO

Palavras-chave:

Humanidades; Ensino; Europa;
China; Arqueologia.

O artigo apresenta uma reflexão sobre o ensino das Humanidades, propondo uma releitura do sentido do ensino clássico, na Europa e na China, como sendo parte de um programa educativo global, que incorporava a formação aplicada extramuros. Partindo desta reflexão, sugere-se que o ensino tecnológico, embora incorporado na academia, deve prolongar essa relação clássica com as Humanidades, sob pena de não ser efetivo, e que a arqueologia é um domínio privilegiado para retomar essa relação.

ABSTRACT

Key-words:

Humanities; Teaching; Europe; China;
Archaeology.

The article presents a reflection on the teaching of the Humanities, proposing a rereading of the meaning of classical education, in Europe and China, as being part of a global educational program, which incorporated extramural applied training. Based on this reflection, it is suggested that technological education, although incorporated into academia, should follow this classical relationship with the Humanities, otherwise not being effective, and that archaeology is a privileged domain to resume this relationship.

“O barro é moldado para fazer um pote, mas é no espaço onde não há nada que reside a utilidade do pote de barro.”

Lao Tzu, *Tao Te Ching*

“Pois aquilo sem o qual nada mais pode existir, enquanto pode existir sem os outros, deve ser o primeiro; porque o lugar não deixa de existir quando as coisas nele contidas são aniquiladas.”

Aristóteles, *Física*

1. INTRODUÇÃO: QUE EDUCAÇÃO? REFLEXÕES NOS DOIS EXTREMOS DA EURÁSIA

“Qual deve ou poderia ser uma estratégia para proteger e expandir o ensino das Humanidades na sociedade?” Formulada assim, a pergunta parece implicar dois pressupostos: que o ensino de Humanidades é necessário; e que as Humanidades eram ensinadas de forma mais significativa no passado.

Esta era a abordagem da UNESCO, quando, em 1952, decidiu estabelecer um programa de estudos, inquéritos e publicações sobre as relações culturais entre os povos, destinado a alargar o ensino das Humanidades abrangendo contribuições do Oriente e do Ocidente. Era uma época em que a percepção de maior divisão mundial se estruturava entre Leste e Ocidente e não entre Norte e Sul, como hoje. Face a esta estratégia, o Conselho Internacional para a Filosofia e as Ciências

Humanas (CIPSH), desde o início argumentou contra uma espécie de humanismo híbrido, que resultasse da síntese das humanidades existentes em diferentes regiões, salientando que qualquer esforço desse tipo não deveria dar a impressão de visar unificar culturas e, o que é particularmente relevante revisitar hoje, e que as estratégias de educação seriam principalmente uma preocupação nacional. . A mesma preocupação havia sido identificada por Lucien Febvre, a respeito dos manuais de História: "(...) nacionais por definição, destinados a realçar os sentidos particularistas de um povo, estes manuais só podem opor-se aos povos vizinhos. Nem a UNESCO, nem ninguém, pode impedir isso."

Percecionada a partir de uma abordagem naturalista da evolução humana, parece não existir uma divisão fundamental Oriente/Ocidente nos objetivos da educação fundamental. De facto, seja olhada na perspectiva dos primeiros artefactos e símbolos (por exemplo a arte pré-histórica), do surgimento de clássicos (a Era Axial de Jaspers) ou de tendências contemporâneas (como o programa neoliberal de restrição às ciências e tecnologias STEM), a organização de debates em termos de Oriente / Ocidente na verdade mina a diversidade em toda a Eurásia (tal como a divisão atual entre Norte e Sul): há grandes diferenças em termos locais e regionais, mas também há uma grande convergência que é obscurecida quando essa divisão se coloca no centro dos debates.

É interessante observar que esta divisão Oriente/Ocidente é, na verdade, politicamente motivada e foi estruturada a partir da rivalidade histórica entre as potências da Europa Ocidental e do Próximo e Médio Oriente, apesar das suas semelhanças muito claras: entre gregos e persas, Império Romano do Ocidente e do Oriente, cristianismo e otomanos, etc. Curiosamente, a distância de valores entre os vários intervenientes nesta alegada divisão não é tão significativa, como ilustram os seus registos civilizacionais, pelo menos a partir do 4.º milénio a.C. (por exemplo, através de mitos partilhados, como o "Mestre dos animais").

A China, em toda a história da divisão Oriente/Ocidente há cerca de sete décadas, não parece ser sido percecionada como um polo da divisão: pelo contrário, desde os interesses comerciais através das rotas da seda até ao interesse intelectual e cultural em aparências exóticas, interações e semelhanças permaneceram fortes. Esta é mais uma prova de que a divisão fazia e faz pouco sentido, mesmo que existam



Figura 1: Ápice de estandarte do Luristão, representando o "Mestre dos Animais" através da simbólica associação de iconografias europeias (cavalos), asiáticas (elefantes) e do mediterrâneo oriental (pássaro). Coleção do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte (Abrantes, Portugal).

diferentes tradições intelectuais na Eurásia. E essa é uma base importante para revisitar o papel do que hoje se chama de Humanidades, na Educação.

A educação clássica emerge da educação nas sociedades tradicionais, centrando-se na consolidação dos conhecimentos adquiridos e oferecendo flexibilidade limitada, a fim de acomodar necessidades imprevistas sem entrar em grandes riscos. Nesse contexto, todas as camadas do conhecimento, inclusive a educação do corpo, fazem parte de uma estratégia totalizante, que hoje se chamaria holística, que decorre desse sincretismo inicial.

Seguindo o que já teria sido a educação nas sociedades orais da pré-história, a educação clássica pode ser entendida como um meio para alcançar uma compreensão mais ampla da regularidade, orientada

para a harmonia e o poder (que se encontra em textos religiosos, como o Avesta, os Veda ou a Bíblia, mas também em filósofos como Platão, Confúcio ou São Paulo ou Santo Agostinho), mas sem excluir a flexibilidade necessária para compreender as exceções justificadas (como na referência às *agrapha nomoi* em Sófocles, ou na espécie de pedagogia de retalhos de Lao Tzu, como discutido por Jie Yu, 2018).

2. EXPERIMENTAÇÃO

A experimentação desempenha um papel central nesta educação clássica, uma vez que se situa no centro da integração da aprendizagem através da investigação, pelo menos desde a chamada Era Axial (como Karl Jaspers a retratou, em 1949). Valorizando seja a argumentação seja a experimentação, esta relação umbilical entre ambas encontra-se na dialética de Platão, na ordem de Aristóteles, ou no Li da filosofia neoconfucionista (Low, 2010): todos partilham essa dupla dimensão, que pode ser lida não tanto como uma reflexão filosófica sobre a educação, mas como uma continuidade da práxis das sociedades tradicionais da educação oral. Neste contexto, o refinamento do conhecimento filosófico visa alcançar a virtude e a verdade, que não são um mero exercício intelectual mas algo que emerge da abordagem do não óbvio (como nas citações iniciais deste artigo, sobre função e lugar, de Lao Tzu e Aristóteles) e do confronto com argumentos (os diálogos em Platão ou as perguntas sem resposta de Confúcio), mas também através do desempenho no dia-a-dia (algo a ser alcançado fora da academia e guiado por algum tipo de ética): “[Se uma pessoa pode] recitar trezentos poemas, mas é incapaz de cumprir um dever oficial confiado e exercer [sua] iniciativa quando enviada para o estrangeiro, de que servem os muitos poemas [para essa pessoa]?” (Analectos 13.5)

Neste contexto, a educação era reconhecida como fundamental para alinhar o comportamento individual dentro da sociedade, enquanto as diretrizes canónicas e a atuação eticamente guiada por meio de experiências e interações tangíveis, eram meios para evitar ruturas e alcançar um melhor ambiente de vida coletiva. Isso ocorre mesmo quando se considera que o caminho é marcado pela vacuidade (Grant, 1981), como em Lao Tzu (mas também na tabula rasa de John Locke) ou decorre da necessidade de regressar a lugares predefinidos (como em Aristóteles, mais tarde ecoado pelo imperativo categórico de I. Kant).

Independentemente do quadro explicativo, o espaço para a educação é fundamental.

Por exemplo, em Confúcio o foco é a observância de comportamentos normativos, como rituais (Li), aplicando normas a ações e situações específicas (o *dao*), através da tomada ética de decisão individual, ou seja, de uma espécie de raciocínio crítico e de julgamento, ancorados na experiência e na moral (Charlene Tan, 2017a), a fim de se adquirir um comportamento humano benevolente (*ren*). Seria assim que os seres humanos poderiam expandir o *dao*, e não apenas seguir um caminho predefinido, ou seja, todo o processo educativo confucionista pode ser entendido como uma práxis que visa a virtude pessoal (*Junzi*) a ser alcançada através do raciocínio crítico interpessoal, ou seja, não em plena autonomia individual, mas através de experiências sociais interativas (Muyunda e Yue 2022).

Em última análise, o objetivo da educação não era separar o ensino dos valores da aprendizagem dos saberes (Gregory, 2008), mas oferecer ambos através de uma relação simbiótica entre dois sistemas. Pode-se dizer que o objetivo era buscar (ou desvendar) a verdade, focando o processo/performance (Yu, 2018) ancorado em valores e emergindo de experiências (como nas tradições educativas europeias) e que tal dimensão da experiência, que é o caminho para expandir o *dao*, no taoísmo (Yang, 2018) se conecta com a tecnologia e também com o que hoje chamamos de aprendizagem ao longo da vida e autoeducação (Tan, 2017b, 2017c).

Nesta tradição, os valores não devem ser tomados superficialmente, como sendo simples ou sem espaço para a flexibilidade e o dilema, embora se afirmem claras dicotomias (entre certo e errado, bom e mau, verdadeiro e falso, etc.). A diversidade, o dilema e o contexto exigem, assim, que se façam escolhas, o que por si só exige raciocínio, que se apoia, por um lado, no debate e na dialética, mas, por outro, na experimentação, para que o indivíduo educado possa cumprir adequadamente suas obrigações na sociedade.

Este é, também, o sentido da frase *Mens sana in corpore sano* citada por Juvenal, no século 2 d.C., ou do foco do Liceu e da Academia, na Grécia Clássica, em educar aqueles que, no futuro, ocupariam posições de autoridade no Estado. A educação era, de facto, o resultado de um esforço combinado da escola intra-muros (para a educação teórica e moral)

com a sociedade em geral, aprendendo através de experiências. Mais tarde na história, poder-se-á ver essa complementaridade recorrente, por exemplo, na Idade Média na Europa, com corporações e ordens religiosas dedicadas a uma espécie de campo de experimentação do *trivium* e *quadrivium*, em si mesma fonte de reflexão. Uma *práxis* que mais tarde será totalmente absorvida pelas universidades modernas, mas mantendo algumas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, quer através de experiências em geral, quer através de espaços dedicados como os museus, e sempre sob as lentes da avaliação do desempenho final a partir de uma perspectiva filosófica (por exemplo em Husserl, mas também na avaliação da economia por Keynes) e da sua incorporação na ética (por exemplo, em George Moore ou Hans Jonas, e certamente em Heidegger e na sua abordagem das materialidades e da tecnologia).

Esta dimensão da *práxis* encontra-se também nos Analectos de Confúcio ou nos Xueji, e o seu foco nos alunos para apreender e expandir o *dao* recentrando o *li*, transformando os alunos através de um foco holístico nos domínios cognitivo, afetivo e comportamental. A ênfase taoísta no ser-em-relação, em que o Tao da inação “age sem dominar”, também deixa espaço à experiência, evitando a orientação predefinida, de uma forma que também encontra eco, na Europa, na avaliação de Heidegger sobre a tecnologia como tendo “ultrapassado há muito a vontade [do homem]” e “ultrapassado a sua capacidade de decisão”, exigindo assim uma ética diferente.

Se tentarmos perceber expressões contemporâneas desta abordagem e da sua aplicabilidade, um bom exemplo é o programa de educação implementado pelo NTU College of Public Health em Taipei, que combina conteúdos médicos sólidos com uma compreensão mais ampla, holística, filosófica, focada no desempenho e não em objetivos técnicos.

Apesar das diferenças nos currículos e entre perspectivas de ensino, a educação clássica, tanto na China como na Europa, privilegiava os conteúdos teóricos/filosóficos, reconhecendo que seria fora dos muros da escola que o conhecimento, ou o sentido da aprendizagem, pode ser cumprido, mas mantendo uma atitude cética em relação à incorporação do ensino de tais experiências na estrutura escolar. Isto significa que a educação clássica não colocava em causa a relevância da experiência e da tecnologia na educação, não só pelos seus resultados tangíveis, mas também pelos seus

valores pedagógicos, heurísticos, epistemológicos e éticos. Mas, para beneficiar plenamente da relação dialética entre princípios e experiência, manteve-os institucionalmente separados.

O ceticismo sobre as condições de conhecimento e aprendizagem baseados na tecnologia levaria em alguns casos, numa segunda fase, a privilegiar o processo de obtenção do conhecimento (o método, como na escolástica medieval, ou o *dao*), em detrimento dos conteúdos do conhecimento e, mais ainda, do seu uso prático (a divisão entre a *práxis* da agricultura pelas ordens de Cluny e Cister e a *práxis* da razão pela Academia, na Idade Média europeia, resulta desse ceticismo, assim como a abordagem não voluntária do *taoísmo*).

3. INTEGRAÇÃO

É principalmente a partir da modernidade, com a noção de progresso, que a convergência mais ampla das tendências pedagógicas em toda a Eurásia desencadearia a incorporação institucional, no núcleo da educação, das técnicas aplicadas, seguindo o exemplo do domínio transversal da medicina.

Esta é a origem das reflexões contemporâneas sobre a educação das Humanidades. Nas últimas duas a três décadas, as principais mudanças no contexto da educação incluem a emergência da OCDE como o principal fórum sobre educação (substituindo assim a UNESCO a esse respeito e acompanhando a substituição da educação pela formação profissionalizante e acrítica). A convergência inicial das pedagogias na China e na Europa pode, no entanto, ser um terreno adequado para um novo quadro educativo convergente, adaptado à era da incerteza, nomeadamente ao abordar método e razão (dialética e *práxis*), desporto e educação intelectual, disciplina e criatividade, laicidade e religião ou abordagens de objeto e paisagem.

Pode-se realmente considerar que, embora o núcleo da educação clássica interna fosse o que hoje descreveríamos como as Humanidades, o programa de educação global não era apenas isso, e sempre dependeu dos domínios experimentais, nos quais, visivelmente, também o conhecimento era produzido e transmitido. Nesse sentido, a incorporação das ciências naturais e da tecnologia na esfera da educação, sobretudo a partir do século XVII, pode ser entendida como como uma opção mais

metodológica do que fundamental, permitindo que o duplo quadro educacional prosseguisse, sob um novo e mais integrado quadro de produção e partilha de conhecimento.

A tendência atual de priorizar a integração entre ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) é uma ameaça direta à utilidade da universidade, pois oferece uma falsa integração de unidades limitadas à esfera “experimental” da educação, amputando as Humanidades e apagando o património de séculos de ensino superior. No entanto, para além da agenda política das STEM (ou do seu *proxy* STEAM, quando as artes estão levemente envolvidas), a educação tecnológica, com a engenharia (e eventualmente as artes), não deixa de ser um terreno de experimentação que pode ser ensinado como parte das Humanidades: a busca de soluções, foco da engenharia, tem uma relação especial com a ética, e mais ainda com a geoética, no sentido de “ações e comportamentos que visam preservar ou promover o bem.” (Sjursen e Oosterbeek, 2023, p. 89). Portanto, mesmo mantendo o ceticismo clássico em relação à tecnologia, é possível retomara centralidade da construção das Humanidades a partir de seu ensino e prática, e oferecendo aos seus alunos a oportunidade de seguir cursos de história, antropologia, literatura ou filosofia em diálogo com os conteúdos e propósitos da engenharia (Oosterbeek, 2021).

Será difícil ir, globalmente, além desta abordagem geral, dado que os currículos específicos dificilmente chegariam a um consenso entre diferentes tradições intelectuais e divisões políticas, e “na ausência de uma cultura comum entre os académicos/professores de humanidades que atravessa a escola pública e o ensino superior e pode argumentar de forma persuasiva e contundente a favor das humanidades”. (Fideler, 1994, p. 20). Se retomarmos a abordagem clássica, uma educação em Humanidades contribui para o florescimento humano, mas deve evitar um envolvimento demasiado apressado em agendas contextuais específicas, mesmo que estas possam reunir o apoio de muitos (por exemplo, a democracia), uma vez que a credibilidade das Humanidades assenta na autoconsciência de que os seus praticantes fazem, eles próprios, parte de tradições e posições específicas na contemporaneidade (Reeves, 2008) e o seu valor consiste na sua capacidade de ajudar os seres humanos na tomada de decisões, mas não na definição de quais devem ser essas decisões.

A educação tecnológica pode, sob esta ótica, ser entendida como uma disciplina de Humanidades, ou seja, um domínio de experimentação que, cada vez que vai além da formação de competências, entra no campo do significado, dos princípios, dos valores e de um leque de possibilidades performativas. Enquanto o ensino de disciplinas específicas de Humanidades deve ser preservado para não desaparecer (do ensino de línguas à história das religiões), a defesa das Humanidades requer considerar todo o programa de educação clássica, e não apenas o segmento dos clássicos, o que permite a incorporação do ensino das Humanidades em todos os domínios da educação orientada para tecnologias e soluções, da medicina e gestão da paisagem à informática.

Seguindo as recomendações da Conferência Europeia de Humanidades, aprovadas pela UNESCO e pela Presidência do Conselho Europeu em 2021 (Oosterbeek et al., 2023), de modo a incluir um ensino integrado de Humanidades e Ciências em todas as fases do ensino até ao doutoramento, a coerência dos vários ciclos de ensino poderia ser assegurada oferecendo uma profundidade temporal e um modo de raciocínio para avaliar os conteúdos, recuperando a relevância das várias vias disciplinares das Humanidades através da superação dos silos académicos que amputam o ensino universal, tanto das humanidades como de outros domínios académicos.

4. CONCLUINDO: DIDÁTICA DA ARQUEOLOGIA

A didática da Arqueologia inscreve-se particularmente bem neste contexto (Cruz, 2015). A referência a contextos pré-históricos e à sua transformação (como demonstração dos diferentes modos de existência do passado) e o foco na gestualidade e nas técnicas (evidenciando recorrências através de diferentes necessidades e recursos ao longo do tempo) são duas alavancas poderosas para uma educação transformadora.

As temáticas da arqueologia, e em especial da pré-história, implicam uma elevada abstração e uma significativa expansão das escalas espacial e temporal, apresentando-se como uma concatenação de dilemas no percurso das sociedades do passado. A sua plena compreensão, porém, particularmente por parte de não especialistas, requer uma capacidade de recolocação dos problemas à luz do confronto entre a

lógica argumentativa dos modelos teóricos e a lógica experimental da reprodução de gestos e técnicas.

O foco na cultura material e na tecnologia é a característica mais distintiva da pesquisa arqueológica (Olsen, Shanks et al., 2012), reunindo as contribuições de comparações etnográficas e históricas, replicações realistas dos gestos (arqueologia experimental) e métodos analíticos. A arqueologia experimental, em particular (Coles, 1979), evoluiu de um foco inicial na tecnologia (seguindo a abordagem científica), perseguindo questões sobre a função dos artefactos (formuladas seguindo a abordagem antropológica) para compreender melhor as transformações culturais ao longo do tempo, desta forma recuperando, também, as primeiras preocupações dos antiquários (Mathieu, 2002).

Envolvendo atividades experimentais e a educação sobre a pré-história, o ensino desta promove uma reflexão permanente sobre os motores das transformações culturais e a relação dialética entre os condicionalismos naturais ambientais e a ação humana. Ao estudar os vestígios dessa ação, a arqueologia inscreve-os na paisagem e nas suas dinâmicas.

Deste modo, a abordagem da gestão das paisagens, que tem uma relação direta com os debates atuais sobre sustentabilidade (Jeng et al., 2022) emerge da reflexão decorrente da didática em arqueologia, situando-se no centro do florescimento humano desde a pré-história, e evidenciando um fluxo cognitivo específico: o conhecimento como núcleo da gestão das paisagens, que requer o envolvimento de toda a comunidade (na pré-história como hoje), resultando de uma coconstrução alicerçada na confiança e na governança, que por sua vez dependem de uma gestão integrada enraizada na educação contínua.

Neste sentido, a didática da arqueologia é um meio poderoso para retomar a relação dialética entre teoria e experimentação na educação.

AGRADECIMENTOS

Este estudo é publicado em homenagem ao trabalho que Ana Rosa Cruz dedicou à dimensão pedagógica e humanística da arqueologia. No plano da investigação, sempre considerou o trabalho de campo como o principal espaço de construção de conhecimento, numa *praxis* que se prolongava na didática. Interessada na dimensão simbólica do comportamento, privilegiou nas suas pesquisas a dimensão espacial

e da contextualização (mais do que da estratigrafia e do tempo) e construiu as suas interpretações em diálogo por um lado com as materialidades do registo arqueográfico e, por outro, no diálogo não apenas com colegas, mas com aqueles que participavam nas atividades didáticas que promoveu.

A investigação foi realizada no âmbito do Centro de Geociências do Instituto Politécnico de Tomar, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (contrato UIDB/00073), como contributo para o programa do CIPSH sobre o ensino das humanidades.

BIBLIOGRAFIA

Coles, J.M. 1979. *Experimental archaeology*. London: Academic Press.

Cruz, A.P. 2015. Ser ou Não Ser Didáctica * ou * A Luneta de Galileu Galilei. *O Ideário Patrimonial*, 2, pp. 7-70.

Fideler, P.A. 1994. Toward a "Curriculum of Hope": The Essential Role of Humanities Scholarship in Public School Teaching. In: *Teaching the Humanities: Essays from the ACLS Elementary and Secondary Schools Teacher Curriculum Development Project*. American Council of Learned Societies, Occasional paper, 23.

Grant, E. 1981. *Much Ado about Nothing. Theories of Space and Vacuum from the Middle Ages to the Scientific Revolution*. Cambridge University Press.

Gregory, M. 2008. Humanities Education Then, Now and Why. *South Atlantic Review*, 73(4), pp. 117-145.

Jeng, C.-S.; Ho, S.-J.; Lin, W.-L.; Chen, F.-H. 2022. On Lao Tzu's Ethics as the Inspiration and Practice of Education for Sustainable Development. *Sustainability*, 14, 8313.

Jaspers, K. 2011 [1949]. *Origin and Goal of History*, Routledge Revivals.

Low, K.C.P. 2010. Teaching and Education: the ways of Confucius. *Educational Research*, Vol. 1(12), pp. 681- 686.

Mathieu, J. R. 2002, ed. *Experimental archaeology, replicating past objects, behaviors and processes*. Oxford: BAR International Series 1035.

Muyunda, G.; Yue, L. 2022. Confucius' Education Thoughts and Its Influence on Moral Education in China. *International Journal of Social Learning (IJSLS)*, 2(2), pp. 250-261.

Olsen, B.; Shanks, M.; Webmoor, T.; Witmore, C. 2012. *Archaeology: The Discipline of Things*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

Oosterbeek, L. 2021. Los Estudios Humanísticos y Clásicos en las sociedades actuales: cambiar la ruta. *Forvm Classicorum*, 1, pp. 149-157.

Oosterbeek, L.; Braidotti, R.; Leitão, H.; Costa, R., (eds.) 2023. *Proceedings of the European Humanities Conference*. Mação: UNESCO, CIPSH, FCT, ITM, série ARKEOS, vol.56.

Reeves, M. 2008. *The teachers' manual is developed at the Aga Khan Humanities Project of the University of Central Asia*. University of Central Asia, Aga Khan Humanities Project.

Sjursen, H. P.; Oosterbeek, L. 2023. Materialities, Perceptions and Ethics. In: G. Di Capua and L. Oosterbeek (eds.), *Bridges to Global Ethics*. Springer Briefs in Geoethics, pp. 73-92.

Tan, C. 2017a. A Confucian Conception of Critical Thinking, *Journal of Philosophy of Education*, Volume 51, Issue 1, pp. 331-343.

Tan, C. 2017b. A Confucian perspective of self-cultivation in learning: Its implications for self-directed learning. *Journal of Adult and Continuing Education*, 23(2), 250-262.

Tan, C. 2017c. Confucianism and education. In Noblit, G. (Ed.), *Oxford Research Encyclopedia of Education*. New York: Oxford University Press, pp. 1-18.

Yang, F. 2018. Taoist wisdom on individualized teaching and learning—Reinterpretation through the perspective of Tao Te Ching. *Educational Philosophy and Theory*, 51(1), pp. 117-127.

Yu, J. 2018. *The Taoist Pedagogy of Pathmarks. Spirituality, Religion, and Education*. Palgrave Pivot, Cham.

A importância das aulas práticas no ensino da História: o contributo da Arqueologia Experimental no Ensino Básico

Recebido em:
30 de Janeiro de 2025
Aceite em:
6 de Fevereiro de 2025
Publicado em:
31 de Julho de 2025

CÁTIA TEIXEIRA^A, TÂNIA FERREIRA^B, SÉRGIO NETO^A

^A Faculdade de Letras da Universidade do Porto

^B Associação dos Professores de História, Lisboa

Email: catia.teixeira90@gmail.com

RESUMO

Key-words:

History Teaching;
Middle School Education;
Experimental Archaeology;
Research;
Practical Classes.

O presente estudo tem por finalidade discutir a importância da utilização de aulas práticas no Ensino de História. Esta investigação resulta da correlação entre a arqueologia experimental e o Ensino de História através de atividades práticas realizadas com alunos do 5.º ano de escolaridade do 2.º ciclo do Ensino Básico e do 7º ano de escolaridade do 3º ciclo de Ensino Básico. Os resultados obtidos neste estudo evidenciam um maior desenvolvimento de aprendizagens ativas e significativas aquando da realização de atividades experimentais, uma vez que suscitaram nos alunos mais vontade de aprender História. Os alunos desenvolveram aptidões que incidem no respeito pela opinião dos colegas, responsabilidade nas tarefas propostas, e numa maior interação entre docente-aluno.

ABSTRACT

Palavras-chave:

Ensino de História;
Ensino Básico;
Arqueologia Experimental;
Investigação;
Aulas Práticas.

The purpose of this study is to discuss the importance of using practical classes in History Teaching. This research results from the correlation between experimental archaeology and History Teaching through practical activities carried out with students in the 5th and 7th years of Middle School. The results obtained in this study show a greater development of active and meaningful learning when carrying out experimental activities, since the students showed a greater desire to learn History. The students developed skills that focused on the respect of their colleagues' opinions, responsibility in the proposed tasks, and greater interaction between teacher and student.

1. INTRODUÇÃO

A História, enquanto disciplina curricular das Ciências Sociais, transmite uma perspetiva global da “evolução” da humanidade através da pluralidade dos modos de vida, da sensibilidade e dos valores de épocas distintas, de forma a proporcionar aos alunos uma melhor compreensão do mundo atual. A nível formativo, o Ensino de História proporciona aos alunos o desenvolvimento de “capacidades de análise e de síntese”, assim como “hábitos de pesquisa e de debate” (Moreira, 2001, p.34). O Ensino de História também fomenta o espírito crítico e a criatividade dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento psicossocial das jovens gerações. As práticas pedagógicas aplicadas em História são, essencialmente, focadas no modelo de aprendizagem tradicional em sala de aula. Os professores, enquanto

dinamizadores das aprendizagens essenciais, assentam os seus objetivos numa planificação e avaliação rigorosas, onde as estratégias de aprendizagem recaem, maioritariamente, num diálogo unidirecional onde o professor é o único interveniente ou num diálogo vertical entre professor-aluno através de perguntas e respostas. Consequentemente, regista-se a carência de uma abordagem e comunicação multidirecional. De forma a colmatar essa lacuna, será necessário promover uma metodologia ativa através de diversos recursos didáticos centrados nos alunos e numa maior dinamização e articulação de atividades escolares (Moreira, 2001).

Uma das pedagogias ativas centradas na atividade dos alunos são as aulas práticas e experimentais. Esta pedagogia prática permite aos alunos familiarizar-se com

a História de uma forma diferente, oposta aos preceitos tradicionais do ensino em sala de aula. Há evidências de uma maior relevância na aprendizagem dos conteúdos em ambientes que diferem do habitual, uma vez que os alunos experienciam uma envolvimento motivadora que desperta sentimentos positivos, permitindo uma melhor compreensão das suas próprias concepções alusivas à História (Moreira, 2022). As aulas práticas proporcionam aos alunos a possibilidade de participar na execução da atividade, uma vez que incentivam o diálogo com o professor e colegas, eliminando a condição passiva que advinha somente da assistência em sala de aula. Para além do seu caráter dinâmico, as aulas práticas também harmonizam com as aprendizagens ditas tradicionais, pois os alunos, e até mesmo estudantes do Ensino Superior, ganham aptidões que lhes conferem o desenvolvimento de atitudes reflexivas e a construção do conhecimento histórico (Teixeira, et al., 2020).

O presente estudo foi elaborado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. O público-alvo desta análise investigacional incide na disciplina de História e Geografia de Portugal nas turmas de 5º ano do 2º CEB (ciclo de Ensino Básico) e na disciplina de História na turma do 7º ano do 3º CEB. Pretende-se com esta investigação evidenciar a importância da realização de atividades práticas e experimentais nas aprendizagens dos alunos. A obtenção dos resultados da atividade assenta em questões objetivas, tais como, de que modo a análise experimental pode proporcionar ao aluno uma melhor compreensão histórica sobre o objeto de estudo? De que forma podemos utilizar os manuais para a realização de aulas práticas? Esta investigação também questiona sobre o uso da arqueologia no Ensino da História, e como a mesma pode atender às necessidades dos professores no âmbito da aprendizagem histórica no 2º e 3º ciclos de Ensino Básico, sobretudo no que concerne à utilização da Arqueologia Experimental em sala de aula. Todas as questões aqui explanadas serão analisadas no ponto “Resultados”.

2. A IMPORTÂNCIA DA ARQUEOLOGIA PARA O CONHECIMENTO DA HISTÓRIA

2.1. O contributo da Arqueologia no ensino da História

A arqueologia é a ciência que estuda os vestígios materiais das relações sociais e culturais do passado humano (Campos, 2011). Segundo Stephen E. Nash

(2005, p.2), os arqueólogos J. Jefferson Reid e Michael Brian Schiffer definem a arqueologia, no seu sentido amplo e recente, como o estudo da relação entre o comportamento humano e a cultura material na sua abrangência temporal e espacial. A arqueologia também é uma ciência interdisciplinar. Podemos entender por e interdisciplinaridade como uma visão ampla que vai além da prática de somente uma disciplina, por assim dizer:

When we think of interdisciplinary archaeology as the straightforward process of applying methods and techniques from a diverse range of disciplines, it is safe to say that archaeology has always been interdisciplinary; archaeology has always been dependent on techniques and methods of other disciplines (Ribeiro and Ion, 2022, p. 26).

Sintetizando, a arqueologia no século XXI é uma ciência social interdisciplinar que utiliza técnicas analíticas de investigação arqueológica com base em trabalhos de campo e de laboratório para responder a questões sobre o comportamento humano e a cultura material no passado pré-histórico, proto-histórico e histórico (Nash, 2005).

Mas como podemos relacionar a arqueologia com o Ensino da História? Dependendo da abordagem, ambas as áreas compartilham entre si objetivos similares e cujas problemáticas teórico-práticas possuem pontos de convergência (Campos, 2011). O foco principal da arqueologia vai ao encontro dos objetivos do Ensino da História, ou seja, aprender sobre e com o passado, ensiná-lo e envolvê-lo com o público. É verdade que o público-alvo difere entre as duas áreas, mas ambas convergem para a área educacional, tanto a nível básico, secundário ou universitário, assim como museológico e patrimonial (Azevedo and Scheel-Ybert, 2024). Cada vez mais se verifica uma colaboração entre a arqueologia e a educação de forma a ir ao encontro da promoção do conhecimento, da apropriação e da valorização da herança cultural humana entre os mais jovens (Campos, 2011). Mas de forma podemos aplicar a arqueologia na sala de aula? A resposta é simples: através da arqueologia experimental. A arqueologia experimental tem se revelado fundamental na análise crítica da arqueologia investigacional, sobretudo desde as décadas de 1960 e 1970, especialmente nos debates de etnoarqueologia, zooarqueologia,

arqueobotânica e geoarqueologia, assim como teorias de médio alcance (Maschner and Chippindale, 2005). Izumi Shimada (Shimada and Wagner, 2001 in Maschner and Chippindale, 2005, p.11) defende que a arqueologia experimental é um método fundamental para testar as nossas ideias e descobrir o passado através de atividades experimentais. Que benefícios podem os nossos alunos obter através da arqueologia experimental? Ora vejamos:

Archaeology is a hands-on experience. Investigating artefacts and monuments engages students with the physicality of the past in a way that cannot easily be matched by documents alone...it can provide students both with the thrill of touching the "real" past, and the excitement of the detective work of the archaeologist. Students also have the chance to come up with their own conclusions about what they see, and so archaeology can empower students as well as enthuse and motivate them (Henson, Bodley & Heyworth, 2006, p.36).

A arqueologia experimental não só fomenta a investigação lógica e o desenvolvimento linguístico dos alunos, como também aumenta o entusiasmo dos mesmos na aprendizagem sinestésica, através do manuseamento e manipulação de objetos e através da sua correlação física com a atividade humana (Henson, et al., 2006). A produção da cultura material na escola traduz um processo ativo na criação e recriação da materialidade da história, inserindo diretamente os alunos nos costumes socioculturais de uma determinada sociedade, levando a uma interação dos mesmos com o património cultural, artístico e regional. A utilização da metodologia específica anteriormente referida pode ser aplicada em evidências materiais ou manifestações culturais, sejam elas artefactos ou um conjunto de bens, monumentos ou sítios arqueológicos, processos de produção ou elementos tecnológicos, resultantes da relação entre o ser humano e o seu meio (Reis, et al., 2019). Em sentido restrito:

Material culture encompasses the study of material objects in their interaction with the most concrete aspects of human life. (Reis, et al., 2019, p.185).

Devido à sua componente histórica relevante, a cultura material pode, assim, ser incluída nos materiais didáticos a serem utilizados em sala de aula, a par dos registos iconográficos, quer através de desenhos, quer através de fotografias, assim como jogos, vídeos, entre outros, uma vez que são inteligíveis enquanto recursos de uma pedagogia ativa e consagrados no âmbito histórico-sociológico do Ensino e nas aprendizagens significativas dos alunos (Moreira, 2001; Reis, et al., 2019). Todavia, a interpretação em torno da cultura material continua "coberta" por uma certa ambiguidade, não só pela abordagem ténue por parte dos docentes como também pela sua inexistência nos manuais escolares. Os alunos adquirem competências na identificação da funcionalidade de artefactos ou outros objetos de produção humana, mas são incapazes de interpretar a sua manufatura e utilização das respetivas matérias-primas (Reis, 2019). É através das aulas práticas e de workshops que é possível colmatar essa lacuna, uma vez que os alunos passam a interagir diretamente com esses objetos através de etapas na cadeia-operatória, cujo conceito de Cresswell (1976, apud Desrosiers, 1991, p. 22 in Galhardo, et al., 2015, p.12) nos informa que se trata de "[...] uma série de operações que transforma uma matéria-prima em um produto, quer seja objeto de consumo ou utensílio".

Mas em que contexto cronológico podemos aplicar essa metodologia experimental em sala de aula? O Ensino da História explana uma linha cronológica extensa que inicia com a Pré-história e termina nos dias atuais (Moreira, 2022). Essa linha cronológica abrange um leque diversificado da historiografia europeia, sobretudo peninsular com destaque para a formação da construção do Reino de Portugal e, posteriormente, da República e Democracia Portuguesa (Mattoso, 2015; Mateus, et al., 2017). A análise historiográfica de pequenas comunidades, assim como sociedades e grandes civilizações abarca não só as relações político-militares e socioeconómicas de determinada sociedade, como também as inovações técnicas, científicas e artísticas. É importante salientar que é através dessas inovações que o professor de História poderá realizar aulas práticas ou oficinas especializadas em determinado objeto, por exemplo, oficinas de cerâmica (Schmitt and Avello, 2013). Todavia, essas inovações são retratadas como fontes secundárias na análise historiográfica e, por vezes, inexistentes nos manuais de História. Assim, é no período da Pré-história que esta investigação dirige a sua máxima

atenção. Os aspetos tecnológicos e artísticos são o fundamento primário na vida das sociedades pré-históricas, sobretudo paleolíticas (Rosenstock, 2018). É devido à aproximação direta no tratamento dos aspetos tecnológicos e artísticos que a cultura material “ganha” destaque nos manuais de História e Geografia de Portugal no 2º CEB e de História no 3º CEB. Sucintamente, cultura material desse período reflete a vivência das sociedades pré-históricas de modo que, com base na arqueologia experimental, permitirá aos alunos obter uma interpretação direta dos artefactos, não só através do seu estado inicial enquanto matéria-prima, como também na sua manufatura, resultando no produto final. Como nos diz Maria de Vasconcelos (2021, p.81), “não basta racionalizar sobre os artefactos, é preciso senti-los”.

2.2. A Pré-história nas aprendizagens essenciais no 5º ano do 2º CEB e no 7º ano do 3º CEB

A Pré-história abrange o período desde as origens da cultura humana até o advento da Proto-história. Em sentido abrangente, a Pré-história começa com o aparecimento dos primeiros grupos humanos, cerca de dois milhões de anos antes do presente (before present) na África e na Eurásia até, sensivelmente, o quarto e terceiro milênios a.C. com o início da escrita cuneiforme e hieroglífica das civilizações do Próximo Oriente (Rosenstock, 2018). Dessa forma, a Pré-história assenta somente em vestígios materiais (idem). Esses vestígios requerem análise e interpretação cuidadosas de forma a retirar conclusões cientificamente aceites.

A Pré-história do Próximo Oriente e da Europa está amplamente dividida em Paleolítico e Neolítico, com referência para a existência de subperíodos, como Mesolítico ou Calcolítico (Bicho, et al., 2010; Chaves, et al., 2022). O período Paleolítico, coincidindo aproximadamente com o início do período Quaternário com a primeira glaciação do Pleistoceno até cerca de 10.000 a.C., é caracterizado por um modo de subsistência recoletor (Rosenstock, 2018). As sociedades recoletoras são caracterizadas por um alto grau de mobilidade e por um baixo nível de produtividade devido à sua dependência da caça e da recolha. As sociedades de caçadores-recoletores são erroneamente vistas pela maioria das pessoas como pequenos grupos humanos em busca de alimentos. Todavia, nas últimas duas décadas os arqueólogos aperceberam-se, através do registo

arqueológico, que diversas sociedades recoletoras desenvolveram hábitos complexos, sobretudo durante o Último Máximo Glacial (Svizzero, 2014). Durante esse período geológico, as sociedades recoletoras passaram a auferir de um alto grau de sedentarismo, possuidoras de bens e de terras, com uma quantidade significativa de produção e armazenamento, bem como algum grau de estratificação social (Rosenstock, 2018). O Paleolítico Superior corresponde a uma época de rápidas mudanças climáticas e ambientais. Desse modo, a intensificação dos recursos é vista como consequência gerada por fatores internos e externos, como a expansão demográfica, as alterações ambientais ou a circunscrição territorial (Manne, et al., 2012). Afinal, os recursos vegetais e aquáticos do Holoceno eram mais previsíveis do que a caça da era glacial ou mais abundantes do que os alimentos vegetais da era glacial. Na verdade, sociedades recoletoras deste período eram mais complexas do que se pensava anteriormente (Svizzero, 2014).

Relativamente ao Ensino, que elações recolhemos no estudo do período pré-histórico em meio escolar? A Pré-história é um dos primeiros períodos sobre o qual os alunos aprendem na escola. Também pode ser um dos períodos mais desafiadores para ensinar. A Pré-história cobre um intervalo temporal muito extenso e a sua complexidade pode ser um obstáculo na aprendizagem dos jovens alunos. Este período consta, atualmente, nas aprendizagens essenciais (AE) da disciplina de História e Geografia de Portugal referente ao 5º ano do 2º CEB. Os conteúdos abrangidos nas aprendizagens essenciais têm como foco a área geográfica da Península Ibérica enquanto contexto no estudo das primeiras comunidades humanas. As aprendizagens essenciais apresentam um panorama extenso, mas simplista, indo ao encontro da faixa etária dos alunos do 5º ano. É particularmente relevante a informação sobre a identificação de conceitos, de modo a incutir nos alunos um conhecimento prévio sobre a natureza histórica de determinado contexto ou vestígio material. Todavia, há uma ausência no que concerne a tecnologia utilizada por essas sociedades, uma vez que a tecnologia teve um papel fundamental na evolução e desenvolvimento do ser humano (Évora, 2013; Smith, et al., 2024). Igualmente, as aprendizagens essenciais de História do 7º ano do 3º ciclo do CEB também retratam o período pré-histórico, mas com um teor mais abrangente, uma vez que referem diretamente o uso de fabrico de instrumentos

e o domínio sobre a natureza enquanto elementos basilares para o progresso das comunidades humanas (Ibidem). Esta referência direta permite desenvolver e enfatizar a importância da tecnologia pré-histórica na vida dessas comunidades, não só através do seu auxílio no quotidiano, como também nas novas possibilidades para o desenvolvimento humano (Smith, et al., 2024). As aprendizagens essenciais do 7º ano vão mais longe através da identificação de conceitos, e no desenvolvimento de competências ao nível do conhecimento histórico através da interpretação de fontes que, na especificidade do período pré-histórico, são as fontes materiais que vigoram.

Todavia, é necessário abordar a ausência desta periodização nas aprendizagens essenciais de História A no Ensino Secundário. A falta de implementação de uma abordagem no âmbito do conhecimento da Pré-história revela a falta de importância que lhe é dada pelo Ministério da Educação. Será a Pré-história um período menos relevante face aos períodos posteriores? Será a falta de documentação específica um dos fatores da sua ausência? Como já referido anteriormente, a Pré-história apresenta um panorama extenso e complexo, abrangendo um intervalo de tempo longo desde o Paleolítico Inferior até o Neolítico (Rosenstock, 2018). Devido à sua complexidade e importância no desenvolvimento das sociedades humanas, a Pré-história apresenta uma relevância significativa que não deve ser ignorada. Relativamente à falta de documentação específica, a Pré-história é um dos períodos com maior abrangência científica e interdisciplinar (Larsson, 2013). De facto, a larga maioria da documentação disponível não se encontra disponível em português, o que poderá ser um obstáculo para os alunos que não dominam outros idiomas. A Pré-história está ligada diretamente à Arqueologia, e esta lacuna não é sentida apenas na periodização pré-histórica como também na área da Arqueologia. Apesar de lenta, mas constante evolução neste campo, ainda há muito por percorrer a fim de ultrapassar obstáculos, nomeadamente:

Mas o fator mais importante será sempre o dos recursos existentes, humanos e materiais na área da Arqueologia, até agora escassos devido a uma deficiente, talvez mesmo nefasta, política de financiamento governamental dos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência (Bicho, 2003, p.19).

Além do mais, há uma lacuna temporal prejudicial para os alunos do Ensino Secundário, uma vez que iniciam os seus estudos com a periodização da Antiguidade Clássica, menosprezando todas as periodizações que lhe antecedem. Esta “eliminação” intencional dos períodos anteriores à Grécia Antiga desenvolve nos alunos a percepção de atribuição de diferentes níveis de importância quando deveriam, de facto, ser igualmente relevantes no Ensino da História.

3.3. A ATIVIDADE EXPERIMENTAL

3.1. Caracterização do contexto

O presente estudo foi realizado num contexto de intervenção, nomeadamente no Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão em Portimão, região do Algarve, durante o ano letivo de 2022-2023. As atividades experimentais envolveram turmas do 5º e 7º anos de escolaridade, com 20 a 22 alunos cada. As atividades constaram igualmente com a participação da docente Tânia Ferreira.

O conjunto de infraestruturas deste Agrupamento de Escolas garantiu um acompanhamento pedagógico adaptado aos alunos de diferentes níveis etários. As salas onde ocorreram as aulas apresentavam boas dimensões e boa iluminação quer natural, quer artificial. Todas as salas estavam equipadas com excelente material, enfatizando os quadros interativos que substituíram os antigos projetores. O espaço exterior também apresentou boas condições, proporcionando um ambiente limpo e seguro para os alunos.

A escolha do tema desta investigação apoiou-se em aspetos já enunciados que incidiam na compreensão do modo de vida das sociedades pré-históricas através do fabrico de instrumentos sob a forma de atividades interativas. Através das observações diretas realizadas nas turmas acima mencionadas, alguns alunos evidenciavam algumas dificuldades de aprendizagem, resultando numa complicação acrescida na capacidade em discutir o que observam ou em comunicar as suas ideias. A importância das atividades experimentais foram essenciais para colmatar essas dificuldades. A nível comportamental, houve um reforço de atenção por parte das docentes nos alunos com comportamentos pouco adequados, cuja prioridade foi sempre a segurança de todos os alunos envolvidos na atividade. Para além da segurança e comportamentos dos alunos, houve sempre a preocupação no desenvolvimento de

competências essenciais de investigação, descoberta, análise e reflexão dos alunos antes, durante e após as atividades experimentais.

3.2. Abordagem da metodologia pedagógica-didática

A natureza deste estudo educacional incidiu, essencialmente, por uma investigação de caráter qualitativo através da Observação Direta, caderno da atividade experimental e reflexões das aulas lecionadas. Segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p.196), “os métodos de observação direta constituem os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho”. A identificação dos conhecimentos prévios dos alunos foi realizada somente com a turma do 7º ano de escolaridade, ao contrário das turmas do 5º ano de escolaridade em que abordavam os conteúdos da periodização pré-histórica pela primeira vez. Neste contexto, a principal estratégia utilizada consistiu no diálogo entre docentes e alunos. Este diálogo foi construído a partir de questões definidas pelos docentes, de forma a reconhecer os conhecimentos prévios dos alunos acerca da temática em questão. Os docentes procederam ao registo desses conhecimentos prévios a fim de entender quais os conhecimentos já adquiridos pelos alunos e quais as maiores dificuldades sentidas pelos mesmos. Ao longo da atividade experimental foi utilizada como estratégia o diálogo entre docentes/alunos, com o intuito de desenvolver a discussão sobre a matéria de estudo. De forma a proporcionar uma maior discussão e reflexão, foi proposta a estratégia de diálogo entre aluno/aluno, de modo a conceber conhecimentos reconstruídos pelos próprios alunos, fomentando o pensamento crítico e o diálogo entre colegas.

As aulas práticas consistiram em diferentes etapas:

1) Fase inicial de intervenção através da apresentação do tema de estudo. Houve uma explicação detalhada sobre as idades específicas, como Idade da Pedra, subdividindo-se, maioritariamente, entre Paleolítico e Neolítico. A criação de uma linha do tempo permite auxiliar os alunos na compreensão das alterações do comportamento humano bem como no desenvolvimento no uso de instrumentos.

2) A segunda fase de intervenção consistiu na exploração dos vários conteúdos através da exposição dos mesmos. Foram utilizados diversos exemplos para explicar como a vida das sociedades humanas durante o período pré-histórico era muito diferente da vida atual. A visualização dispositiva de como era a vida no passado e relacioná-la com o presente ajudou os alunos a compreenderem os motivos que levaram essas mesmas sociedades a adquirem determinados comportamentos.

3) A terceira fase de intervenção constou no aprofundamento desses conhecimentos através das atividades experimentais. Foram utilizados diversos recursos de apoio para a execução da tarefa, tais como, os manuais de estudo, artigos científicos sobre arqueologia experimental, e visualização de vídeos interativos sobre a tecnologia pré-histórica disponíveis na plataforma digital Escola Virtual.

4) A quarta e última fase de intervenção recaiu no contexto de sala de aula tradicional, onde foram propiciados momentos de interatividade entre docente e alunos que consistiram em partilha de conhecimentos, construção de conceitos, discussão e reflexão.

Tal como observado, as primeiras etapas, de natureza mais tradicional, estão inseridas nas estratégias de intervenção das aulas práticas. É necessário explanar que, para compreender a tecnologia, as relações sociais e as implicações ambientais entre o passado e presente, as aulas práticas não devem estar desvinculadas das aulas teóricas, nem de outras estratégias pedagógico-didáticas como discussão ou reflexão dos conteúdos. Consequentemente, foi definida a inserção de todas as etapas previamente referidas na conjuntura das aulas práticas, pois há uma simbiose que assenta na interligação teórica e empírica dos conhecimentos adquiridos.

Relativamente ao papel desempenhado pelo docentes e respetivos intervenientes, houve a preocupação em planificar todas as etapas de desenvolvimento das aulas práticas que consistiram não só na planificação como na observação, ação, discussão e reflexão. A planificação foi preparada de modo a ter em conta os conteúdos a abordar, as tarefas a realizar e os objetivos a atingir. A organização dos materiais a trabalhar, assim como na disponibilização dos recursos a utilizar foram fundamentais para evitar possíveis problemáticas

durante a execução das atividades experimentais. Em paralelo, e sempre que necessário, os docentes prestaram apoio aos alunos, desempenhando um papel vital na orientação, estimulação e coordenação dos trabalhos a concretizar. Após a realização das atividades experimentais, os docentes propuseram a reflexão de todo o processo em sala de aula, avaliando as competências adquiridas pelos alunos.

Os manuais escolares serviram, maioritariamente, como recursos de apoio para a execução de determinados instrumentos. O manual escolar do 5º ano de escolaridade destinado à disciplina de História e Geografia de Portugal, intitulado “Conhecer Portugal” (Campos, et al., 2016), apresenta uma visão simplificada de um tema que é complexo, dando ênfase ao uso de imagens, abreviaturas e anotações. O manual ilustra três pontos fundamentais. Primeiro, apresenta uma linha cronológica, ferramenta essencial na visualização abstrata do Ensino de História, por exemplo, duração e ordenação. Segundo, explana de forma breve o clima e a geografia vigentes na Península Ibérica que, apesar de simplificado, a informação é acessível e útil. Terceiro, relata a importância da arqueologia no estudo de vestígios materiais da presença humana. Neste ponto, o manual proporciona exemplos significativos com o objetivo de compreender os mais diversos aspetos da humanidade. Todavia, o manual carece de uma cronologia mais precisa, anteriormente a 10,000 a.C., não existindo qualquer referência numérica. Igualmente, há uma aparente ausência da nomenclatura pré-histórica, onde a expressão “Paleolítico” foi completamente ignorada. O manual é bastante ilustrativo, ao qual expõe não só uma simulação do quotidiano da sociedade de caçadores-recoletores como na apresentação de diversos instrumentos líticos. Há uma clara preocupação em apresentar a tipologia lítica e faunística, bem como a sua funcionalidade e matéria-prima. É importante realçar que o manual delinea uma listagem de vocabulário específico, extremamente relevante na aprendizagem de determinados conceitos. Neste seguimento, o manual demonstra um desenho humorístico que retrata, muito sinteticamente, o dia a dia do Homem pré-histórico. A sua forma de expressão simbólica é relevante, uma vez que ilustra as dificuldades de sobrevivência e subsequente necessidade de colmatar essas mesmas dificuldades. A legenda do desenho humorístico, a saber “A necessidade alimenta o engenho” foi utilizada como motivação das aulas

práticas pelos docentes, com o objetivo de incutir a curiosidade e fomentar o espírito crítico dos alunos.

O manual escolar do 7º ano de escolaridade destinado à disciplina de História, intitulado “Vamos à História” (Maia, et al, 2021), apresenta um maior grau de complexidade em comparação com o manual do 5º ano de escolaridade. O manual principia os conteúdos da periodização pré-histórica com o processo de hominização através de uma ilustração e de uma tabela. Há, evidentemente, uma relação entre a evolução do ser humano e o desenvolvimento da tecnologia. Todavia, esta analogia carece de uma terminologia adequada, levando, até mesmo, à ausência da mesma na ilustração do processo de hominização. A adoção de legendas para os instrumentos apresentados facilitaria significativamente a compreensão dos conteúdos. O manual apresenta as primeiras conquistas dos seres humanos, ao qual refere o fabrico de instrumentos como sendo uma dessas conquistas. Neste segmento, a reconstituição do fabrico de instrumentos é pouco concisa, uma vez que não nos permite reconhecer a técnica e o instrumento, levando à incapacidade dos alunos de processar o que viram. Há referências da matéria-prima utilizada pelas sociedades recoletoras na componente textual na página supracitada do manual, contudo essas referências estão ausentes nas ilustrações, impossibilitando a existência de uma correlação. Expõe uma representação figurativa do conhecimento e manipulação do fogo pelo Homem através da técnica de produção do fogo. Há, neste âmbito, uma referência direta da manipulação do fogo com instrumentos, conforme exemplificada na reconstituição idealizada da economia das sociedades recoletoras. A complexidade do manual providencia, não só simples ilustrações, mas também documentos, por exemplo, na descoberta do fogo e da sua importância na confeção dos alimentos, no aquecimento, na construção de objetos e, sobretudo, no desenvolvimento da linguagem.

Os manuais escolares foram determinantes para entender o período Paleolítico e como os humanos aproveitaram fragmentos e lascas de materiais ósseos como ferramentas expeditas para além dos materiais líticos já utilizados (Évora, 2013). Através dos manuais foi possível evidenciar a importância dos animais como fonte de matéria-prima nas sociedades pré-históricas, sendo representados através de um conjunto variados de materiais como têxteis, instrumentos de caça e pesca, objetos decorativos, arte rupestre e, mais tarde,

cerâmica (García, 2023; Smith, et al., 2024). Para além disso, os animais têm sido uma fonte determinante na obtenção de carne, bem como lã, couro ou leite (García, 2023). Todavia, apesar da importância dos manuais escolares para o percurso educativo dos alunos, determinadas lacunas presentes nos mesmos dificultam a utilização correta enquanto recurso pedagógico-didático preferencial. Cabe ao docente averiguar essas lacunas de forma a construir um discurso científico coerente e fidedigno. Assim, no âmbito desta investigação, foi necessário recorrer a outros recursos bibliográficos para a realização das aulas práticas. O primeiro artigo (Évora, 2023), auxiliou os alunos a entender a importância das matérias-primas enquanto elemento tecnológico, elemento este utilizado, sobretudo na fabricação de vários tipos de ferramentas que os caçadores-recoletores usavam nas tarefas diárias. O segundo artigo (Teixeira, et al., 2020), permitiu demonstrar aos alunos a prática da arqueologia experimental em contexto de aprendizagem, ainda que incidisse no Ensino Superior. Ainda assim, esse estudo evidencia as diferentes etapas da cadeia-operatória através de determinadas matérias-primas e técnicas definidas, auxiliando os alunos na manufatura dos seus instrumentos.

Durante as aulas práticas de arqueologia experimental com os alunos do 5º e 7º anos, os docentes propuseram a criação de um caderno de análise experimental, no qual os alunos registaram as suas observações, hipóteses e resultados sobre as atividades desenvolvidas. O foco principal foi a reprodução de técnicas e instrumentos utilizados por sociedades de caçadores-recoletores, de forma a proporcionar aos alunos uma aproximação da realidade material e cultural desses grupos humanos. As atividades envolveram a experimentação com matérias-primas semelhantes às usadas no período pré-histórico, como lascas de quartzo leitoso e de sílex, madeira, linho e fibras vegetais.

Com esses materiais, os alunos foram incentivados a fabricar réplicas de instrumentos rudimentares, tais como:

- 1) Raspadores feitos com lascas de sílex ou quartzo, utilizados pelos povos pré-históricos para tratar peles de animais ou cortar fibras e alimentos;
- 2) Pontas de flecha ou lança, fixadas em hastes de madeira com o auxílio de cordões feitos de fibras vegetais;

3) Agulhas ou alfinetes, produzidos a partir de pequenos fragmentos de madeira ou lascas finas, utilizados em atividades de costura com linho;

4) Ferramentas agrícolas primitivas de porte pequeno, como enxadas ou machados, produzidos através da madeira e recursos líticos afiados.

A técnica utilizada para a produção de instrumentos líticos como raspadores e pontas de flecha foi o lascamento, mais especificamente o lascamento por percussão direta. As agulhas ou alfinetes foram utilizados a partir de lascas e lâminas já existentes no espólio disponível, uma vez que se aproveitou fragmentos finos e pontiagudos para simular instrumentos de costura com linho. Relativamente às ferramentas agrícolas primitivas de porte pequeno, a técnica utilizada foi a de lascamento, com o intuito de produzir lâminas cortantes. A montagem em madeira foi realizada com a fixação de fibras vegetais torcidas, em que simulavam tendões de animais usados na Pré-História. A produção dos instrumentos foi sempre realizada com a presença supervisionada dos docentes, para que a segurança dos alunos fosse salvaguarda. Foram utilizados óculos de proteção, indispensáveis para evitar lesões nos olhos, luvas, que ajudaram a proteger as mãos, e superfícies acolchoadas como tapetes, colocados sobre o pavimento do recinto escolar para absorver o impacto e evitar que os fragmentos se espalhem. Antes da atividade experimental, os docentes realizaram uma demonstração para guiar os alunos. A técnica supervisionada de lascamento foi concedida através da percussão controlada, onde os alunos tiveram de retalhar com leveza através do uso de percussor de madeira ou lítico, sempre com o auxílio direto dos docentes. Os alunos foram direcionados a posicionar as mãos de forma segura, com o objetivo de manter a mão que segura o lítico fora do eixo de impacto. Os alunos foram orientados a recolher cuidadosamente os fragmentos após a atividade experimental. Houve também um limite no número de alunos por sessão de lascamento através de pequenos grupos e turnos de observação, permitindo aos docentes uma observação cuidadosa e pormenorizada das tarefas realizadas, pelo que possibilitou aos alunos colaborar entre si, a fim de produzirem os instrumentos eficazmente e mais rapidamente.

3.3. Resultados

Tanto os alunos do 5º ano como do 7º ano de escolaridade demonstraram interesse, dedicação e entusiasmo na realização da atividade experimental. Foram curiosos e questionaram os docentes sobre cada passo no fabrico dos instrumentos e na sua aplicabilidade. Os alunos verbalizaram o seu interesse nas aulas práticas, e ficaram expectantes relativamente aos conteúdos futuros das disciplinas de História e Geografia de Portugal e de História.

Durante a realização das aulas práticas em que a técnica utilizada para a produção de instrumentos líticos foi o lascamento por percussão direta, os alunos foram capazes de produzir diversos instrumentos pré-históricos como lanças, arco e flecha, e machados. Contudo, houve desafios significativos no processo de produção das ferramentas. Uma das principais dificuldades sentidas foi o controle da força e do ângulo no momento do impacto durante a percussão direta. Inicialmente, muitos alunos aplicaram golpes excessivamente fortes ou mal direcionados, o que resultava em fraturas irregulares de alguns líticos. Foi necessário reforçar, por meio da observação e da prática guiada, que o objetivo do lascamento era moldar intencionalmente os líticos e não apenas fraturá-los.

Outro obstáculo sentido foi a diferenciação entre lascas e lâminas. Embora os termos sejam próximos, os alunos tiveram dificuldade em identificar as características que distinguem uma lâmina, enquanto fragmento mais fino, alongado e com bordas cortantes regulares, de uma lasca. Essa dificuldade abriu espaço para discussões conceituais importantes, pelo que permitiu que os alunos desenvolvessem uma observação mais atenta das formas e funções dos fragmentos obtidos. Na etapa de montagem de ferramentas compostas, como machados e enxadas rudimentares, os desafios foram ainda mais evidentes. A fixação do fragmento lítico à madeira com fibras vegetais exigiu coordenação motora, paciência e tentativa de diferentes formas de amarração. Muitos alunos perceberam que a simples sobreposição não garantia estabilidade e compreenderam a necessidade de encaixes mais firmes, ou mesmo a adaptação do formato da madeira ao do lítico.

Foi possível observar as trocas de informações entre os alunos, levando ao levantamento de hipóteses e respetivas conclusões sobre a atividade experimental. A contextualização e a problematização das ações

ao longo desta atividade foram determinantes para a formação dos alunos como cidadãos reflexivos e críticos. Após a finalização da sua produção, os docentes, juntamente com o apoio da comunidade escolar, realizaram duas exposições com os instrumentos fabricados pelos alunos, primeiramente no próprio Agrupamento de Escolas e posteriormente no Centro de Acolhimento e Interpretação dos Monumentos Megalíticos de Alcalar, igualmente no concelho de Portimão. A nível do trabalho em grupos, os docentes observaram uma evolução na cooperação entre alunos, pois os mesmos demonstraram uma enorme facilidade em trabalhar em grupo, entreajudando-se. É necessário salientar que houve alguns impedimentos para a realização da atividade experimental. A falta de materiais foi um dos grandes obstáculos, uma vez que o Agrupamento de Escolas dispunha de poucos materiais de trabalho para esta atividade específica. Os materiais providenciados pelos docentes foram imperativos para o desenvolvimento da atividade. Também se evidenciou uma larga dificuldade em preservar a produção material, quando a mesma poderia e deveria ser reutilizada em anos futuros. Devido a essa lacuna, as escolas tendem a perder toda uma produção material sem seleção prévia ou qualquer tratamento de preservação (Reis, et al, 2019). O tempo reduzido para a preparação da atividade experimental constituiu noutro desafio, levando aos docentes a planificar de forma minuciosa o número de aulas a aplicar para o seu efeito, não existindo margem para a realização de aulas extra de forma a concluir o programa de ambas as disciplinas. Igualmente, a falta de informação relevante nos manuais adotados, sobretudo no manual do 7º ano de escolaridade, não atendeu às necessidades dos docentes em preparar as aulas práticas, tornando-se desafiante, uma vez que foi necessário utilizar outras fontes bibliográficas para colmatar essa lacuna (Évora, 2023; Teixeira, et al., 2020). Ainda assim, os manuais escolares foram uma fonte determinante na concretização das aulas práticas devido não só ao carácter ilustrativo enquanto referencial de aprendizagem, como também na sua acessibilidade enquanto recurso disponível a todos os alunos.

Esta análise experimental proporcionou aos alunos uma melhor compreensão histórica sobre o objeto de estudo e sobre a importância da arqueologia no Ensino da História, uma que vez que permitiu a construção de narrativas produzidas pelos próprios alunos sobre

quem somos, de onde viemos e qual deverá ser o nosso papel no futuro. A arqueologia experimental teve, assim, um papel determinante na aprendizagem dos alunos, tornando-os mais participativos, curiosos, críticos e reflexivos. Os alunos foram capazes de argumentar e construir as suas ideias. Em suma, e de modo geral, as turmas corresponderam às exigências da atividade experimental e demonstraram interesse na realização de futuras aulas práticas e interativas. Esta investigação incidiu, essencialmente, no conceito de cadeia-operatória na produção de instrumentos pré-históricos, mas o leque de possíveis atividades é amplo, tais como, escavação simulada, oficina de arte rupestre, análise laboratorial, entre outros (Fagundes, 2013), servindo de inspiração para futuras aulas práticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o presente estudo que as aulas práticas e experimentais são de grande importância para o Ensino da História, uma vez que podem contribuir para despertar a atenção dos alunos de modo a motivá-los. Podem, igualmente, estimular a capacidade de observação e análise, a fim de auferir competências na compreensão histórica e no desenvolvimento de outras aptidões como a criatividade.

É relevante salientar a importância da Pré-história, uma vez que o seu estudo permite aos alunos compreender de onde viemos e porque desenvolvemos determinadas aptidões, sobretudo no que concerne a determinados comportamentos e adaptação face ao meio. Saber como as sociedades recoletoras e, mais tarde, agro-pastoris, lidaram com dificuldades e dilemas no seu tempo, permite aos alunos reconhecer essas problemáticas, de modo a ficarem preparados para lidar com os seus próprios dilemas, tanto no presente como no futuro.

A contextualização e a problematização das ações ao longo dessa atividade foram determinantes para a formação dos alunos como cidadãos reflexivos e críticos. Após a finalização dos instrumentos produzidos, os docentes, com o apoio da comunidade escolar, organizaram duas exposições: a primeira no próprio Agrupamento de Escolas e a segunda no Centro de Acolhimento e Interpretação dos Monumentos Megalíticos de Alcalar, no concelho de Portimão. Dessa forma, fica evidente que a arqueologia experimental no Ensino Básico foi utilizada de maneira

ativa e participativa, promovendo o pensamento crítico e desenvolvendo a consciência e a sensibilidade culturais dos alunos por meio do estudo do passado humano. Assim, as aulas práticas e experimentais devem incidir, não como verdade absoluta, mas como um processo de construção do conhecimento científico dos alunos, para que os mesmos possam aplicar esses conhecimentos, questionar e fazer interpretações.

BIBLIOGRAPHY

Azevedo, L. W., SCheel-Ybert, R. 2024. Percorrendo caminhos da Arqueologia e da Educação: encontros no ensino escolar. *Revista de Arqueologia*, Volume 37, No. 2, pp. 118–149.

Bicho, N. 2003. O Ensino da Arqueologia em Portugal. *Era Arqueologia*, nº 3, pp.14–19.

Bicho, N., Umbelino, C., Detry, C., Pereira, T. 2010. The Emergence of Muge Mesolithic Shell Middens in Central Portugal and the 8200 cal yr BP Cold Event. *The Journal of Island and Coastal Archaeology*, 5 (1), pp. 86–104.

Campos, A. G., Catarino, A. L., Fortunato, F. 2016. *Conhecer Portugal - 5º Ano*. Porto, Areal Editora.

Campos, A. N. 2011. Arqueologia e Educação: uma parceria em torno de um sítio quinhentista. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, pp. 1–13.

Chaves, R. C., Veiga, J. P., Soares, A. M. 2022. Characterization of Chalcolithic Ceramics from the Lisbon Region, Portugal: An Archaeometric Study. *Heritage*, nº 5, pp. 2422–2443.

Évora, M. 2013. Osseous industry and exploitation of animal resources in Southern Iberia during the Upper Palaeolithic. *Quaternary International*, vol. 318, pp. 33–45.

Fagundes, M. 2013. Arqueologia e educação-programa “Arqueologia e comunidades” para crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha, Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, vol. 11, núm. 1, pp. 199–216.

Galhardo, D. A., Faccio, N. B., Luz, J. A. R. (2015). O conceito antropológico de cadeia operatória, sua aplicação e contribuição no estudo de artefatos líticos arqueológicos. *Cadernos do LEPAARQ*, vol. XII, nº23, pp. 6–21.

García, M. A. 2023. Animals as a remarkable source of raw material: Osseous artifacts manufacture in 2nd millennium BC Southern Iberia. *Quaternary International*, vol. 665-666, pp. 145–159.

Henson, D., Bodley, A., Heyworth, M. 2006

. The Educational Value of Archaeology. In Marquet, J. C., Pathy-Barker, C., Cohen, C. (Eds.). *Archaeology and Education: From Primary School to University. British Archaeological Reports International Series*, n. 1505, pp. 35–39.

Larsson, A. M. 2013. Science and Prehistory: Are we Mature enough to Handle It? *Current Swedish Archaeology*, 21(1), pp. 27–33.

Maia, C., Maia, A. M., Araújo, J. P., Caraméz, M. 2021. *Vamos à História - 7.º Ano*. Porto, Porto Editora.

Manne, T., Cascalheira, J., Évora, M.; Marreiros, J.; Bicho, N. 2012. Intensive subsistence practices at Vale Boi, an Upper Paleolithic site in southwestern Portugal. *Quaternary International*, vol. 264, pp. 83–99.

Maschner, H., Chippindale, C. 2005. *Handbook of Archaeological Methods*. Volume I. Lanham, Maryland, AltaMira Press.

Mateus, J., Gaudêncio, S., Varela, R. 2017. 25 de Abril - *Roteiro da Revolução*. Lisboa, Edições Parsifal.

Mattoso, J. 2015. *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa, Círculo de Leitores.

Moreira, A. I. (2022). *A História de Portugal nas Aulas do 2.º CEB: Educação Histórica entre representações sociais e práticas educativas*. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Porto, Edições Afrontamento.

Moreira, J. M. 2001. Ensinar História, Hoje. *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 2, pp. 033–039.

Nash, S. E. 2005. The History of Archaeology. In HARDESTY, D. L.: *Archaeology*, Vol. I, Encyclopedia of Life Support Systems.

Quivy, R., Campenhoudt, L. 1998. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª Ed. Lisboa, Gradiva.

Reis, M., Ortega, L. M., Calvo, J. Veríssimo, M. 2019. Archaeology of school practice in education of children. *@rquivo Brasileiro de Educação*, Belo Horizonte, v. 7, n. 16, pp. 181–197.

Ribeiro, A., Ion, A. 2022. Interdisciplinary Contentions in Archaeology: An Introduction. In Ribeiro, A., Ion, A. (Eds.). *Interdisciplinary Contentions in Archaeology. Forum Kritische Archäologie*, nº 11, pp. 25–29.

Rosenstock, E. 2018. Economic Prehistory. In Blum, M., Colvin, C. L. (Eds.). *An Economist's Guide to Economic History. Palgrave Studies in Economic History*, pp.251–258.

Schmitt, D. V., Avello, A. S. 2013. Por uma história moldada na argila: O uso de oficina de cerâmica para

conhecer diferentes culturas. *Revista Latino-Americana de História*, Vol. 2, nº. 6, pp. 495–506.

Smith, G. M., Ruebens, K., Zavala, E. I., Sinet-Mathiot, V., Fewlass, H., Pederzani, S., Jaouen, K., Mylopotamitaki, D., Britton, K., Rougier, H., Stahlschmidt, M., Meyer, M., Meller, H., Dietl, H., Orschiedt, J., Krause, J., Schüler, T., McPherron, S. P., Weiss, M., Hublin, J.-J., Welker, F. 2024. The ecology, subsistence and diet of ~45,000-year-old *Homo sapiens* at Ilsenhöhle in Ranis, Germany. *Nature Ecology & Evolution*, 8(3), pp. 564–577.

Svizzero, S. 2014. Pre-Neolithic Economy. *History of Economic Ideas*, XXII (2), pp. 25–40.

Teixeira, C., Aleixo, P., Matias, R., Évora, M. 2020. “Hands-on Archaeology”: an experimental program based on bone tool assemblages created during the Osseous Industry course, University of Algarve (Faro, Portugal). *Revista ArkeoGazte Aldizkaria*, 10, pp. 51–68.

Vasconcelos, M. R. 2021. *Pensar com as mãos, palavra e desenho analógico como ferramenta projetual no ensino do design gráfico* (Tese de Mestrado). Universidade do Porto.

Povoamento Indígena e Abrigos Funerários no Extremo Sul Catarinense, Brasil: Algumas aproximações ao tema

Recebido em:
12 de Novembro de 2024
Aceite em:
30 de Janeiro de 2025
Publicado em:
31 de Julho de 2025

RODRIGO LAVINA^A, CLAUDIO RICKEN^B, JAISSON TEIXEIRA LINO^C, JACIARA ANDRADE SILVA^D,

^A Gaturamos Serviços Arqueológicos, Brasil

^B Secretaria de Educação do Município de Criciúma, Santa Catarina, Brasil

^C Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

^D Universidade Federal do Vale do São Francisco

Email: lino@uffs.edu.br

RESUMO

Key-words:

Abrigos Funerários;

Jê Meridionais;

Sepultamentos.

O artigo explora os sítios arqueológicos do extremo sul de Santa Catarina, destacando vestígios de culturas pré-coloniais que habitaram a região, bem como os assentamentos dos povos Xokleng/Laklãnô, a partir de uma discussão bibliográfica sobre a arqueologia e a história dos povos indígenas da região, especialmente nos espaços entre a Mata Atlântica e a Serra do Mar, e em especial os abrigos funerários¹ e os rituais a eles associados. De modo introdutório, apresentamos dados locais e de cultura material extraídas dos sítios Salto Catâneo e Morro dos Conventos, tentando iniciar um debate sobre a associação de abrigos funerários e cursos d'água na região de estudo.

ABSTRACT

Palavras-chave:

Funeral Shelters;

Southern Jê Indigenous People;

Burials.

The article explores the archaeological sites in the extreme south of Santa Catarina, highlighting remnants of pre-colonial cultures that inhabited the region, as well as the settlements of the Xokleng/Laklãnô peoples, based on a bibliographic discussion about the archaeology and history of the indigenous peoples of the area, especially in the spaces between the Atlantic Forest and the Serra do Mar, with a particular focus on funeral shelters and the rituals associated with them. As an introductory approach, we present locational data and material culture extracted from the Salto Catâneo and Morro dos Conventos sites, aiming to initiate a debate about the association of funeral shelters and watercourses in the study area.

1. INTRODUÇÃO

A região do extremo sul de Santa Catarina apresenta abundantes testemunhos arqueológicos pré-coloniais, vestígios de povos que ocuparam tanto o relevo acidentado dos contrafortes da Serra Geral, cobertos por Floresta Ombrófila Densa (mata Atlântica), quanto o relevo plano ou suave² do Planalto Meridional, coberto pela Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucárias) (Schmitz, 1984; Kern, 1990; Prous, 1992; Hilbert, 1994,

1999). Na análise dos sítios arqueológicos identificados na região onde os sítios em questão estão localizados, destacam-se, dentro da área da Mata Atlântica, os sítios líticos pré-cerâmicos. Esses sítios são caracterizados por manchas escuras no solo e/ou pela concentração de material lítico lascado. Entre os materiais encontrados, estão pontas lascadas feitas de quartzo e calcidônia, além de outras ferramentas produzidas em basalto e núcleos de hematita³. Estes sítios geralmente estão situados

¹ Os "abrigos funerários" são entendidos neste artigo como estruturas naturais conhecidas como grutas. A escolha de abrigos funerários está frequentemente ligada a crenças espirituais ou religiosas, bem como a considerações práticas, como a proteção do corpo contra elementos naturais e predadores. Um exemplo de estudo sobre abrigos funerários pode ser encontrado no livro de Mike Parker Pearson (1999). Este trabalho aborda diversas práticas funerárias, incluindo o uso de abrigos naturais e artificiais para sepultamentos, explorando o significado cultural e social dessas práticas ao longo da história.

² O termo "relevo suave" refere-se a uma paisagem geográfica caracterizada por formas de terreno ligeiramente onduladas, com elevações e depressões de baixa amplitude. Este tipo de relevo geralmente apresenta encostas suaves e declives moderados, resultando em uma topografia pouco acidentada. As áreas com relevo suave podem ser encontradas em planícies, vales largos ou colinas baixas, onde os processos erosivos e sedimentares ocorrem

de maneira gradual ao longo do tempo.

³ Os "núcleos de hematita" referem-se a fragmentos ou blocos de hematita que são usados em processos de lascamento para a produção de ferramentas ou objetos. A hematita é um mineral de óxido de ferro (Fe_2O_3) conhecido por sua cor vermelha a marrom e por ser uma importante fonte de ferro. Em contextos arqueológicos, os núcleos de hematita são frequentemente encontrados em sítios onde houve fabricação de ferramentas, pois eram lascados para criar objetos cortantes ou abrasivos. Além do uso funcional, a hematita também era valorizada por suas propriedades pigmentares, sendo moída para produzir pigmentos vermelhos usados em arte rupestre e decoração corporal em várias culturas antigas. Assim, os núcleos de hematita representam tanto um recurso utilitário quanto uma matéria-prima para expressão artística.

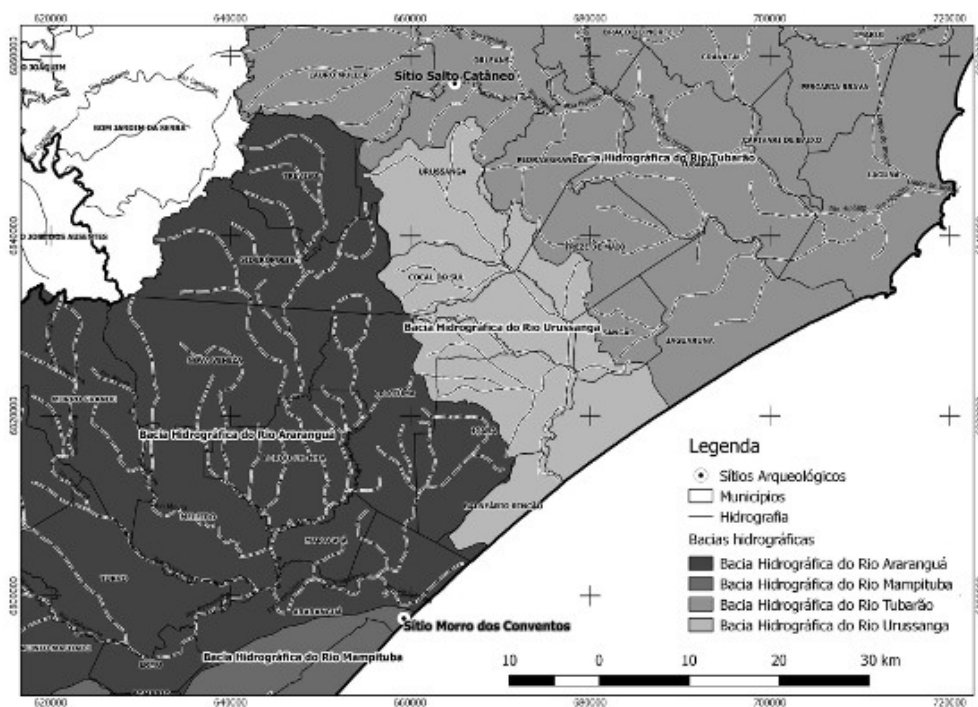


Figura 1: Localização geográfica dos Sítios Salto Catâneo e Morro dos Conventos, Santa Catarina.

em colinas suaves, próximas à cursos d'água. Também estão registrados sítios associados a sepultamentos, geralmente localizados em abrigos próximos a quedas d'água (Rohr, 1982, Lavina, 1999). Santos et. al. (2017) apresenta diversos sítios (36) associados a ocupação Guarani na região entre os rios Mampituba e Urussanga (SC) com características de áreas de assentamento ou mesmo práticas específicas relacionadas à exploração de recursos diversos. (cabe uma síntese com amplitude bibliográfica para melhor entendimento da magnitude à qual os autores dominam e não está clara no parágrafo)

Em altitudes acima de 300 metros encontram-se sítios conhecidos como “estruturas subterrâneas”. Essas estruturas são caracterizadas como depressões escavadas no solo, cujos diâmetros podem variar de dois a 20 metros, comumente em formas circulares, e associadas às habitações (BEBER, 2004), com narrativas associadas ao seu uso enquanto moradias temporárias, para fugir de baixas temperaturas ou estruturas de maior permanência, instaladas de forma estratégica e alterando a configuração da paisagem do planalto (Copé, 2006).

Os conjuntos arqueológicos englobam indústrias líticas, como lascas e raspadores em quartzo e calcedônia, ferramentas confeccionadas em basalto e artefatos cerâmicos classificados dentro da tradição Taquara, cuja distribuição geográfica se estende pelo planalto meridional. Galerias subterrâneas associadas à mesma

tradição também ocorrem na região (Rohr, 1973). Ainda, segundo Rohr (1973), além das estruturas subterrâneas, sítios a céu aberto também podem ocorrer na região do Planalto Meridional, ambos associados às atividades domésticas/habitacionais e apresentando material lítico e cerâmico associados às tradições Taquara e Itararé.

Beber (2004) unifica a denominação como Taquara/Itararé, considerando que as denominações anteriores dadas por Eurico Miller e Igor Chmyz se referem a um mesmo padrão de assentamento. O autor destaca que os sítios outrora denominados Itararé, também são registrados no litoral dos estados de Santa Catarina e Paraná, evidenciando hipoteticamente o fluxo migratório ou pelo menos o contato das populações do planalto com aquelas do litoral. O autor demonstra assim que há claramente relação entre os padrões históricos de assentamento e cerâmica Kaingang com os padrões registrados nos sítios de tradição Taquara/Itararé, sendo, portanto, na bibliografia mais recente, uma tendência de unificar tais nomes de “tradições” em torno do termo “Jê Meridionais” (ver crítica ao modelo de uso de denominações de Tradições arqueológicas no sul do Brasil em Noelli (1999/2000)), fazendo jus inclusive a historicidade dos povos indígenas na longa duração.

Os levantamentos realizados por Miller (1971) no Planalto Meridional, mais especificamente nas bacias do Rio Pelotas e do Rio das Antas, no município de Bom Jesus, Rio Grande do Sul, evidenciaram 71 sítios arqueológicos

caracterizados como “cemitérios em abrigos sob rocha” (sítios de sepultamento), casas subterrâneas e “sítios situados em campo aberto” tanto cerâmicos, como pré-cerâmicos. Reis et. al (2018) apresenta uma síntese do contexto arqueológico entre o planalto de Santa Catarina e o litoral, em uma área serrana do Alto Vale do Itajaí do Sul. Os autores apontam para a presença de diversos sítios (mais de 100) com diversidades tanto associadas ao conjunto artefactual quanto a períodos de ocupação e culturais. Os sítios foram definidos enquanto sítios líticos a céu aberto (Tradição Umbu), abrigos sob rocha, estruturas subterrâneas e sítios com montículos.

Rohr (1973), refere-se à presença de casas subterrâneas, sítios de sepultamento junto às cascatas e “terreiros de antigas aldeias” (sítios abertos com cerâmica) no Planalto Meridional catarinense. Em 1982, o autor realizou um levantamento arqueológico no município de Urussanga, na região de Mata Atlântica, onde localizou 14 sítios abertos pré-cerâmicos com material lítico lascado (principalmente pontas lascadas em quartzo) e um sítio de sepultamento em abrigo sob rocha, denominado Salto Catâneo⁴, sendo este um dos objetos do presente artigo.

Pesquisas arqueológicas nos municípios de Bom Jesus e Vacaria, na divisa com o estado de Santa Catarina, localizaram 11 conjuntos de casas subterrâneas, três sítios-acampamento e um sítio fonte de matéria-prima, além de várias indicações de novos sítios arqueológicos que não puderam ser visitados no final da década de 1980 como é apontado por Kern (et al., 1989). Schmitz (2016) indica 22 sítios identificados em Vacaria dos quais ele destaca três, sendo o RS-A-28 um abrigo rochoso junto à queda d'água, próximo a um assentamento com casas subterrâneas, identificado como Perau das Cabeças, onde havia “denso aglomerado superficial de ossos humanos” (Schmitz, 2016, p.11). Característica semelhante ao já apontado quando a presença de abrigos próximos à cursos d'água, e com dados de pesquisa realizados entre 1994 e 2001 pela equipe do IAP (Instituto Anchieta de Pesquisa) e UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos).

A identificação de sítios arqueológicos na região de Siderópolis foi apresentada por Lavina (1999) ao serem realizados trabalhos de Arqueologia Preventiva na Barragem do Rio São Bento, que apontam sítios com

variedade de instrumentos líticos confeccionados sobre lascas e blocos de basalto. Nesta região de Mata Atlântica, Farias (2005) realizou pesquisas de campo e laboratório para sua tese de doutorado, identificando 22 sítios de grupos caçadores-coletores. Esta pesquisa teve como principais objetivos estabelecer padrões de assentamento e a tipologia lítica de alguns sítios. Em síntese, “sugere-se um modelo relativamente estável, distribuído em áreas propícias à captação de recursos, apresentando abundância de matéria-prima, águas próximas e alimentos diversificados” (Farias, 2005 p. 22). As datações obtidas pela autora variam entre 230±60 BP (Beta 2016).

Descobertas realizadas em outros municípios que estão dentro do bioma de Mata Atlântica ocorreram em Taquaruçu, município de Ermo, em que foi registrado sítio lítico (Ricken e Campos, 2009) e em Nova Veneza (Campos et al. 2014), Santa Rosa de Lima (Campos et al. 2011) e Lauro Muller (Campos e Ricken, 2012), que apresentaram sítios de caçadores-coletores.

Em Rio Fortuna, Claudino (2011) mapeou a região e identificou 66 sítios arqueológicos, obtendo para quatro deles, datações radiométricas situadas entre 920 e 990 A.P. Essas datações foram consideradas recentes pela autora, se comparadas com aquelas obtidas por Schmitz et al (2009) nos sítios do município de Taió, vale do rio Itajaí que variam entre 8000 e 4000 A.P.

Sobre os grupos que ocuparam a região, Farias (2005) que estudou a distribuição e padrão de assentamento para sítios da Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina, assume uma posição semelhante à de Schmitz em suas publicações anteriores, considerando a proximidade entre as populações de caçadores-coletores que produziam pontas líticas (Umbu) e as populações Jê Meridionais de períodos históricos. Lavina (1999) ainda adiciona que pontas líticas que são atribuíveis à tradição Umbu, tanto na região de Mata de Araucária como de Mata Atlântica possuem indicadores que sugerem sucessões ou coabitações no território histórico dos Xokleng/Laklãnõ.

O mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes elaborado por Curt Nimuendajú (1944) apresenta a presença do grupo na região com uma data associada ao ano de 1824 e com especificação de Botocudos. Lavina (1994) apresenta que a notícia mais antiga a respeito da presença dos Xokleng/Laklãnõ no sul de Santa Catarina data de 1798. Os dados históricos apontam que com o início da exploração de terras no sul do Brasil para pecuária, agricultura e exploração da madeira, ocorridas

⁴Em Farias (2005) a autora apresenta dados obtidos a partir dos trabalhos de Rohr (1979; 1982), e, descreve em uma tabela (p. 269-270) os sítios apresentados por ele para Urussanga. Na descrição o sítio está identificado como José Catâneo que não possui mais nenhuma informação além de ser um abrigo sob rocha. Ainda na mesma tabela a autora descreve um segundo sítio nomeado José Catâneo, em Orleans, que é a céu aberto, lítico e que foram encontrados pontas de projétil, material polido e lascado.

desde o século XVIII foram aos poucos alterando os espaços nativos e exterminando, ou expulsando os grupos de seus territórios. Gakran (2005) aponta que entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX foram promovidas várias ações, sobretudo com o endosso dos governos, para o extermínio completo da população, resultando assim entre 1914, ano de contato e 1935, a morte de dois terços do grupo.

A partir do início da colonização do atual município de Nova Veneza por imigrantes italianos, os contatos violentos entre estes e os Xokleng/Laklãnõ tornaram-se frequentes (Bortolotto, 1992, Lavina, 1994; Dall'Alba, 1997) e resultaram no extermínio do grupo, em meados do século XX. Noelli (1999-2000) aponta a necessidade por ampliar estudos relacionados aos grupos Xokleng/Laklãnõ e Kaingang, sobretudo genético, entendendo melhor as filiações e fugindo de associações equivocadas.

Os estudos com remanescentes humanos no Brasil apresentaram um aumento crescente nas últimas décadas. Sítios como a Lapa do Santo⁵ em Minas Gerais ou os Sambaquis de Santa Catarina⁶, apresentam-se como importantes sítios que auxiliam no melhor entendimento sobre as práticas funerárias e perfil populacional de grupos pretéritos. Mudanças significativas vão ocorrer desde a segunda metade do XX, quando as pesquisas vão deixar de se concentrar apenas nos remanescentes osteológicos, sobretudo crânios, e vão abrir espaço para um entendimento mais amplo, que vai envolver aspectos de saúde e doença ligado ao indivíduo/grupo, além dos contextos funerários, conduzindo assim os trabalhos de profissionais especializados já em campo, anteriores ao processo de exumação. As áreas funerárias no Brasil são tão diversas quanto o próprio processo de ocupação do território nos é sabido, enterrar os seus mortos em sítios a céu aberto, dentro de recipientes cerâmicos ou promovendo cremações, são parte do que é percebido até hoje nas pesquisas. A presença de remanescentes em áreas abrigadas, quer sejam abrigos ou grutas,

estão presentes em diversas regiões do país, com seus enterramentos primários diretos ou com práticas rituais de secundarização. A preservação desses ambientes nem sempre é possível, quer seja pelo processo natural de decomposição ou por ações de fauna local ou de curiosidade humana.

2. AMBIENTES FUNERÁRIOS

As formações de abrigos ocorrem em rochas de diferentes litologias no Brasil, estando sua definição associada, efetivamente, à morfologia de entrada e profundidade. Frigo (2017) aponta que a legislação brasileira ou mesmo as definições da SBE (Sociedade Brasileira de Espeleologia) são compatíveis com a definição adotada pela Arqueologia para abrigos-sob-rocha. O autor apresenta uma definição de Souza (1997), do glossário de termos técnicos, sendo uma “cavidade na rocha, com indícios de ocupação humana, onde a altura da entrada se mostra maior que a profundidade”. A definição da SBE (1989)⁷ diz que serão considerados abrigos-sob-rocha cavidades que tenham desenvolvimento menor que a altura de entrada, enquanto as grutas ou cavernas possuem maior desenvolvimento, ou seja, profundidade.

As ocupações de grutas ou abrigos-sob-rocha são recorrentes em diversas áreas do território brasileiro. Sítios em estados do Nordeste abrigaram remanescentes humanos em momento pré ou pós-cerâmicos como a Furna do Estrago em Pernambuco⁸ ou Toca do Enoque no Piauí⁹, ajudam a compreender parte do contexto funerário da região. Os diversos enterramentos identificados em Minas Gerais, como os da Lapa do Santo (Strauss, 2016), também corroboram com o entendimento sobre o uso de áreas abrigadas e, sobretudo para práticas funerárias próprias de cada grupo.

Weiss-Krejci (2011) apresenta um esquema que ilustra uma proposta para análise da formação do espaço mortuário, com ou sem ações funerárias, partindo da morte do indivíduo, seja ela natural, violenta ou

⁵Strauss (2016) analisa os padrões de sepultamento encontrados no sítio arqueológico Lapa do Santo, datado do Holoceno Inicial no Brasil. O autor, descreve 26 sepultamentos exumados entre 2001 e 2009, que revelam uma diversidade de práticas funerárias não observadas anteriormente para a região, desafiando a ideia de que esses grupos tinham práticas mortuárias simples e homogêneas. Os sepultamentos foram classificados em sete padrões distintos, que incluem enterros articulados, desarticulados, cremação e manipulações perimortem.

⁶Dentre os diversos trabalhos publicados, destacamos aqui o artigo de Klokler (2012), que usou como análise o Sambaqui Jabuticabeira II, no litoral sul catarinense. O texto discute a importância dos rituais funerários nas comunidades indígenas, especialmente em contextos arqueológicos como os sambaquis. Ele enfatiza que os rituais, incluindo festins funerários, são fundamentais para a construção da memória coletiva e para a conexão entre os vivos e os mortos. Esses eventos promovem solidariedade e coesão social, permitindo que os participantes compartilhem o luto e honrem a vida do falecido.

⁷CCEPE-SBE. Normas e Convenções espeleométricas, 1989.

⁸O artigo “Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, PE: Reflexões Sobre o Lugar dos Mortos na Paisagem” de Marinete Neves Leite, Viviane Cavalcanti de Castro e Daniela Cisneiros discute o papel do espaço funerário na paisagem cultural do Agreste de Pernambuco. As autoras analisam práticas funerárias e rituais associados, destacando a importância dessas práticas na construção de identidades sociais e na interação entre os vivos e os mortos (Leite, Castro e Cisneiros, 2014).

⁹As escavações no sítio foram realizadas em três etapas, revelando sepultamentos complexos. A primeira escavação achou uma sepultura com um indivíduo, enquanto na segunda foram descobertos mais de dez esqueletos, além de ossos isolados. As sepulturas mostraram práticas funerárias elaboradas, como a utilização de vegetação e ocre, além de ornamentos funerários feitos de conchas e outros materiais. (Guidón e Luz, 2011).

acidental. Para a autora, “a formação de um espaço é em muitos casos o resultado de eventos complexos e que podem ou não estar relacionados e que vão ocorrer entre a morte do indivíduo e recuperação dos restos humanos pelos arqueólogos” (Weiss-Krejci, 2011: tradução nossa). Os estudos sobre os contextos funerários na Arqueologia fazem-se mais presentes a partir da década de 1970, com as proposições de Lewis Binford (1971) e Arthur Saxe (1970) nos Estados Unidos. Binford (1971) apresenta uma discussão sobre a identificação de estruturas sociais a partir do contexto funerário, fazendo analogias e uso da Etnografia. Saxe (1970) elabora algumas hipóteses sobre como os contextos funerários representariam a sociedade dos vivos. Essas pesquisas foram fundamentais para romper barreiras sobre os estudos com remanescentes humanos e contextos funerários, indo para além das análises cranianas e contagens de ossos. As proposições foram questionadas por pesquisadores nos anos seguintes, inclusive pelo próprio Binford, dentro de um pensamento em que são propostas novas discussões com o Pós-Processualismo, e, conseqüentemente os estudos de remanescentes humanos.

Este direcionamento é percebido também na Europa, com estudos que vão buscar enfatizar o contexto em que o indivíduo está depositado, entendendo que bem como os artefatos dependem de um contexto para contar parte da história do passado, os remanescentes humanos necessitavam de igual forma. É neste momento que a então *L’anthropologie de terrain* vai surgir (Duday e Masset, 1987, Duday et. al, 1990; Duday, 2006; Guillon, 1997) corroborando com procedimentos metodológicos próprios para leitura e recuperação do material, buscando uma interpretação dos processos desde o momento de deposição à recuperação, que também serviu como base para o modelo exposto por Weiss-Krejci (2011).

Sheila Mendonça de Souza, uma importante pesquisadora brasileira nos estudos em bioarqueologia, propõe que devem ser considerados 6 tipos de elementos que devem ser considerados na análise dos achados, com base no que ela chama de consenso na literatura. Além dos aspectos da biologia humana, manipulação nas práticas funerárias bem como o preparo desta área, além disso as características desses locais de enterramento, os acompanhamentos presentes e características químicas, físicas e biológicas do ambiente funerário e suas implicações tafonômicas (Mendonça de Souza, 2003).

Os locais utilizados para deposição de remanescentes humanos identificados em Santa Catarina caracterizam-se desde os presentes nas terras mais altas com as deposições sobretudo em abrigos funerários ou montículos (Schmitz, 2016; Saldanha, 2008) e as ocupações marcadas por sambaquis¹⁰ no litoral com datações mais recuadas de 4500 AP (Okumura, 2007), com grupos pré-cerâmicos e que faziam em suas estruturas de grandes dimensões, enterramentos duplos e com material corante associado.

As grutas e os abrigos sob-rocha com sepultamentos se encontram situados próximos à cascatas, e, embora predominem no Planalto, também podem ser encontrados em áreas baixas cobertas de Mata Atlântica (Rohr, 1982). Esses sítios são caracterizados pela presença de sepultamentos humanos, algumas vezes acompanhados por cerâmica, pontas líticas ou adornos confeccionados em pedra, dente ou concha. As estruturas encontradas na planície costeira de Santa Catarina assemelham-se aquelas encontradas no planalto, tanto em sua utilização, quanto em sua inserção na paisagem: “jazigos funerários com esqueletos depositados em abrigos ou fendas rochosas, nos quais os corpos eram colocados sem enterrar” (Schmitz e Rogge, 2004). Os apontamentos de Dall’Alba (1997) relatam a existência no litoral de dois sítios com enterramentos em áreas de abrigo: a Gruta de Morro dos Conventos (situada no município de Araranguá) e as Furnas de Sombrio.

Rohr (1982) descreve a situação da maioria dos abrigos sob-rocha com a seguinte frase: “Como, a par da ignorância generalizada, grassa no interior do país imensa curiosidade pelo desconhecido, infelizmente a maioria das grutas é depredada e devastada, antes de terem sido visitadas por um arqueólogo, que pudesse estudá-las cientificamente”. Mostrando que em sua maior parte há pouco o que se estudar. Dall’Alba (1997), ao comentar sobre a presença desses abrigos no litoral, descreveu dois deles como depredados e mencionou a retirada de ossos sem acompanhamento especializado de um terceiro.

Brochado (1984) classificou os abrigos funerários como oriundos de sepultamentos dos grupos de cultura Jê. Saldanha (2008) propôs duas fases de enterramento: a primeira, realizada em abrigos, e a segunda, quando os restos são cremados e enterrados em montículos, tendo ambas sido originadas de transformações de um mesmo

¹⁰ Os sítios referidos por Okumura são Rio Comprido, Pântano do Sul I, Porto do Rio Vermelho 1, Mato Alto 2, além de outros sítios (OKUMURA, 2007, p.38).

grupo cultural. Schmitz et al. (2010), após revisar os dados acerca dos assentamentos Jê Meridionais, definiu cinco padrões de assentamentos: as casas subterrâneas, os sítios superficiais litocerâmicos, os montículos, os abrigos com sepultamentos e as áreas entaipadas.

Para Schmitz (2016), os grupos indígenas Kaingang e Xokleng/Laklãnõ foram os maiores sobreviventes dos considerados Jê Meridionais. O autor ainda acrescenta que com base em linguistas, os ancestrais desses indígenas teriam se desprendido do tronco “localizado nos cerrados do Brasil Central a cerca de 3 mil anos atrás, penetrando nos campos de altitude do planalto meridional” (Schmitz, 2016, p.7).

Podemos considerar que a inserção dos sítios na paisagem e a recuperação de dados existentes, como a localização dos vestígios recolhidos, a atual preservação dos sítios e a possível existência de outros locais ainda não descritos, poderá trazer novos contributos ao estudo do fenômeno em áreas próximas ao litoral. Nessa perspectiva, os dois sítios arqueológicos apresentados neste artigo são analisados enquanto categoria de abrigos com sepultamentos e suas possíveis relações com os Jê Meridionais. O fato de ocuparem locais espacialmente importantes para o trânsito entre o litoral e o planalto e o fato de que, apesar de conhecidos, a ausência de trabalhos sistematizados sobre seu conteúdo material e sua inserção na paisagem, mostram que a análise mais acurada desses sítios poderá oferecer novas opções de interpretação para a territorialidade dos Jê Meridionais.

3. SOBRE OS POVOS XOKLENG/LAKLÃNÕ

Os dados apresentados foram selecionados com o objetivo de formar um quadro da cultura material Xokleng/Laklãnõ, povo indígena que historicamente ocupou a região do extremo sul de Santa Catarina, servindo como base para um trabalho de comparação etnográfica com os sítios arqueológicos estudados e procurando perceber como as informações a respeito das técnicas de captação de recursos e produção artesanal Xokleng/Laklãnõ poderiam contribuir na explicação dos contextos arqueológicos observados em Salto Catâneo e no Morro dos Conventos, partindo-se do princípio que culturas de um mesmo nível tecnológico habitando um mesmo território, possivelmente encontrarão soluções semelhantes para a exploração do ambiente, mesmo que sejam temporalmente diferenciadas. Lavina (1994), considerando a classificação de Galvão

(1979)¹¹, posiciona os Xokleng/Laklãnõ como um grupo indígena de língua Jê, cujo território está localizado dentro da Área Cultural Tietê-Uruguaí, sendo, portanto, os Xokleng/Laklãnõ linguisticamente aparentados aos Kaingang, que ocupam um território contíguo, como apresentado por Schmitz (2016).

Os Xokleng/Laklãnõ que na história foram descritos por diversas denominações como “bugres”¹², “botocudos”, “Aweikoma”, “Xokleng”, “Xokrén”, “Kaingang de Santa Catarina” e “Aweikoma-Kaingang” atualmente habitam o sul do Brasil, no alto do vale do Itajaí, sendo esta Terra Indígena (TI-Ibirama), dividida em aldeias (Priprá, 2021; Tschucambang, 2020; Pate, 2020; Conceição, 2020; Machado, 2016; Lavina, 1994). Tschucambang (2020) aponta que em 2019 a população Xokleng/Laklãnõ era de 878 famílias totalizando 2.207 indígenas, sendo, com base na autora “constituída principalmente pelos sobreviventes deste povo e de alguns descendentes Kaingang e Guaraní Mbya, que migraram para a T.I. ao longo das décadas” (Tschucambang, 2020, p. 16).

A publicação da primeira pesquisa etnográfica de Jules Henry (1941) ainda na primeira metade do século, vai denominar o grupo como Kaingang do Sul, mesmo admitindo que há diferenças linguístico-culturais entre eles. O termo Xokleng vai se popularizar com o trabalho de Santos (1973) que o utiliza como uma forma de apresentar o grupo com uma identidade externa (Gakran, 2005). Sobre a designação Xokleng, Gakran (2005) que desenvolveu sua pesquisa sobre a língua de seu povo, identifica a partir do depoimento de anciãos da comunidade que este termo veio de fora, foi inventado por não indígenas, de forma equivocada ou preconceituoso, e que não reflete a identidade do povo que vive no vale do Itajaí. Conforme afirmam Priprá (2021) e Gakran (2005), ambos pesquisadores pertencentes à comunidade, este não é um nome com o qual o povo se identifica pois foi dado por alguém não indígena e que o significado não é muito agradável¹³.

¹¹ GALVÃO, Eduardo. *Encontro de Sociedades*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

¹² Bugre foi um termo pejorativo atribuído pelo homem branco. Guisard (1999) apresenta que o termo bugre teve sua origem na Europa, durante a Idade Média, representando uma força contrária aos preceitos ditados pela ortodoxia da Igreja. No Brasil, os costumes dos indígenas, os hábitos alimentares, o fato de andarem nus, a cor da pele, os traços faciais, a “imoralidade” e a relação com o meio ambiente eram vistos como características que os aproximavam ao que era dito por eles como um comportamento dos animais ou uma pré-humanidade sendo esta entendida como prova da privação das luzes da fé religiosa. Fonte: Guisard, L. A. M. 1999, O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. São Paulo em perspectiva, v. 13, p. 92-99.

¹³ Gakran (2005) é quem vai primeiro apontar sobre a origem do termo. Em sua pesquisa, o autor chega a algumas conclusões com base na etimologia da palavra. Xo ou Txo quer dizer paredão de pedra, rocha, gruta e Kleng ou Kle montanha e Xokleng ou Txugleg, aranha. Assim, o pesquisador chega a uma identificação de que o nome foi atribuído por identificarem o povo como das montanhas ou que vivem embaixo de paredões ou cavernas (local que utilizavam como forma de proteção da chuva) ou como Aranhas (em função da forma de transporte da carne de boi abatido, em mochilas de taquara, nas costas).

Desde as décadas de 1980 e 1990, membros da comunidade se organizam em busca de uma reafirmação de sua identidade e, “[...] o processo de auto-denominação Laklãnõ vem ganhando cada vez mais força dentro da comunidade, através de um movimento recente de recuperação da língua materna e de elementos culturais importantes para a pró-revitalização da cultura deste povo” (Priprá, 2021). Laklãnõ, conforme aponta Gakran (2005) quer dizer “povo que vive onde o sol nasce”, “gente do sol” ou ainda “povo ligeiro”. Segundo o autor, “do ponto de vista linguístico, sugere-se que a tradução literal mais apropriada seja próxima de ‘os que são descendentes do Sol’ [...] ou ‘os do clã do Sol’, do ponto de vista mais antropológico e em uma fonética similar ao idioma” (Gakran, 2005). O contato com os não indígenas ocorreu de forma mais tardia. A ocupação colonial no sul de Santa Catarina iniciou a partir de 1880, por meio de políticas imperiais que promoveram a ocupação de “vazios” demográficos, garantindo a posse das terras e a disponibilidade de mão-de-obra para uso na agricultura. A primeira leva imigratória foi formada por italianos que fugiam das péssimas condições político-econômicas que assolavam a Europa naquele fim de século (Dall’Alba, 1973, 1979, 1983, 1986, 1997, 2003, 2005). Poucos anos após a constituição do núcleo colonizador inicial, a região foi sendo ocupada também por famílias de origem africana e de outras partes da Europa. Os colonos, chegando nestas terras, entraram em conflito com os povos indígenas que ali existiam, promovendo quase o extermínio da população Xokleng/Laklãnõ, principalmente por meio da atuação de indivíduos contratados pelos governos imperiais das províncias para exterminar indígenas, conhecidos como bugreiros¹⁴ (Santos, 1973).

O território tradicional associado aos Xokleng/Laklãnõ é apontado por Santos (1973) como a região da Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), situada entre o litoral e o planalto catarinense, abrangendo também parte da região da Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucárias), dentro dos quais, segundo Lavina (1994), estavam em contínuo deslocamento de acordo com a oferta sazonal dos recursos naturais em cada uma destas áreas, ecologicamente distintas. A este fato é adicionado o comentário de Machado (2016) que enfatiza que a área de ocupação não está muito bem definida, ao que se sabe.

Diversos autores apresentam dados semelhantes aos de Boiteux (1911, p.71), quando afirma que “vivem em contínua emigração de serra acima para serra abaixo, conforme é tempo do pinhão na zona do Planalto ou de outros frutos nas zonas marítimas”.

Os apontamentos de Lavina (1994) sugerem que devido ao nomadismo associado às atividades de caça e coleta de alimentos, os Xokleng/Laklãnõ viviam, na região de Mata Atlântica, geralmente em grupos familiares entre oito e trinta pessoas, de maneira a otimizar estas atividades de caça e coleta. Neste caso, a instalação do acampamento seria simples, sendo escolhido um local plano onde eram construídos abrigos em meia-água, um para cada núcleo familiar. Os homens se encarregavam de cortar a madeira e de instalar a estrutura dos abrigos, e as mulheres, da cobertura e do restante da instalação. Ainda segundo o autor, já no planalto, na região da Mata de Araucária, os grupos seriam maiores, congregando diversas famílias aparentadas, associadas pelas atividades de coleta do pinhão (semente da Araucária - *Araucaria angustifolia*) e de outras práticas destas decorrentes. Nestes locais, o número de indivíduos acampados poderia chegar a cinquenta. Neste caso, os acampamentos possuíam ranchos em forma de cúpula, formados pela junção de dois abrigos em meia-água, onde podiam se instalar diversas famílias aparentadas (Lavina, 1994).

Sobre os “caminhos e paradas” associados a eles, Machado (2016, p.183) apresenta que “os documentos históricos indicam, portanto, mobilidade, mas também estabilidade. Indicam dispersões, mas também agrupamentos e uma análise mais detalhada e minuciosa poderia nos indicar com maior clareza a dinâmica dessas populações à época do contato”. A autora utiliza os dados como os apontados por Lavina (1994), Farias (2005), Noelli (2004) e De Masi (2006), em que alguns sugerem maior mobilidade enquanto outros apresentam características de maior permanência por parte do grupo. Aos seus apontamentos, pode ser adicionado o trecho de Entres (1929 apud Machado, 2016, p.183) que descreve que “após um dia de caminhada, levantavam ranchos em locais ricos em caça e de lá poderiam ficar várias semanas. Em acampamentos mais estáveis [...] cercados de estacas para defesa e trincheiras que eram construídas”.

Sobre os aspectos alimentares, a coleta vegetal e animal, muito importante para a subsistência do grupo, baseava-se no pinhão, no palmito e em diversos frutos nativos, mel e larvas de insetos. Poucos recursos, como

¹⁴ O termo pejorativo atribuído aos indígenas, bugres, deram origem ao nome bugreiro. Eles atuavam em tropas de 8-15 homens que possuíam conhecimento sobre a vida no sertão. Atuavam promovendo ataques aos indígenas em seus acampamentos, de forma repentina, reduzindo assim as possibilidades de fuga (Santos, 1973).

por exemplo, peixes e animais aquáticos, não eram utilizados pelo grupo. A caça pode ser considerada como generalista, embora os Xokleng/Laklãnõ dessem preferência a animais de médio a grande porte, como antas, porcos-do-mato, veados e bugios. Espécies menores de mamíferos, também podiam ser caçadas indiscriminadamente, assim como quase todas as espécies de aves (Lavina, 1994). Conceição (2020) afirma que mesmo após o contato o povo Xokleng/Laklãnõ “seguiam fazendo suas caminhadas, em especial de março a junho, período do pinhão”, alimento este que ainda faz parte do grupo (Conceição, 2020, p.59).

Os artefatos desempenhados para a caça e defesa, os Xokleng/Laklãnõ utilizavam principalmente arcos e flechas, podendo estas serem classificadas em três tipos básicos: com ponta de metal (possivelmente confeccionadas em pedra lascada, antes do contato com o europeu), com ponta de madeira serrilhada e com ponta tipo virote, confeccionada geralmente em nó-de-pinho. Enquanto as primeiras eram utilizadas preferencialmente para a caça de animais, a última era utilizada para a caça de aves, abatendo-as por impacto. Lanças e bordunas também podiam ser utilizadas na caça de grandes animais, sendo, porém, mais usadas no ataque e na defesa pessoal (Lavina, 1994).

No que se refere aos demais artefatos, Lavina (1994) aponta que a cestaria era utilizado no cotidiano tanto como auxílio para transporte de objetos doméstico como os produtos de caça e coleta, além da conservação de líquidos e mel, realizada em cestos impermeabilizados com cerol. A cerâmica não se faz tão presente no registro artefactual do grupo, já que grande parte de suas funções era substituída pela utilização de gomos de taquaruçu, recipientes de cedro escavado ou por cestos impermeabilizados. Os poucos vasilhames observados são de cor negra, brunidos, de pequenas dimensões e em forma de cuia ou em meia-calota. Sobre os artefatos líticos o autor apresenta que apesar da não existência de registros pós-contato, é provável que tenham sido utilizados para produção de instrumentos. Também é possível, como aponta Lavina (1994) que a técnica de lascamento de pontas de flecha em pedra tenha se perdido a partir de meados do século XIX, quando os objetos de metal foram introduzidos.

Sobre os enterramentos, os Xokleng/Laklãnõ, Gakran (2005) afirma que para o grupo a morte era “um fator de relevante ruptura social e evocava seu principal ritual, a reclusão do cônjuge sobrevivente”. O autor ainda adiciona que “os mortos adultos eram cremados e seus

restos mortais eram colocados em um cesto e enterrados. Já as crianças eram enterradas, pois se acreditava que seu espírito retornaria ao ventre da mãe e renasceriam”. Para tal, os pais da criança deveriam seguir um rito de ir, diariamente ao final do dia ao local do enterramento, e chamar o espírito. Ao nascer, a criança nova receberia o nome da falecida (Gakran, 2005, p.22-23). No ano de sua pesquisa, o autor ainda adiciona que os mais velhos do grupo ainda acreditam que o espírito da criança depois de morta retorna aos pais.

Com base em Lavina (1994), o ritual era uma atividade importante para o grupo, inclusive, segundo Vasconcellos (1912 apud Lavina, 1994), quando indivíduos eram mortos em conflitos, os que se salvavam retornavam depois para recuperar o corpo. O ritual dos adultos consistia na cremação, com base no que é apresentado por Henry (1964 apud Lavina, 1994). O autor aponta ainda que a cremação ocorria de forma direta, com uso de madeira em volta do corpo, sendo posicionado o indivíduo para oeste e com oferendas em suas mãos. Quando finalizado o processo, as cinzas eram recolhidas, transportadas em cestos e enterradas em covas, em áreas específicas, livres de vegetação.

4. MÉTODOS E DESCRIÇÃO DOS ABRIGOS FUNERÁRIOS SALTO CATÂNEO E MORRO DOS CONVENTOS

A metodologia adotada apresenta vínculos com pressupostos da Arqueologia Contextual (Contextual Archaeology) que, conforme Waters (1992), refere-se a uma abordagem sistêmica em que a recuperação de componentes contextuais do ecossistema humano (flora, fauna, clima, paisagem e cultura humana) é usada para a interpretação de aspectos de estabilidade e mudança cultural. Assim, sobressai o uso de técnicas de detecção e delimitação de sítios arqueológicos, bem como o desencadeamento dos trabalhos em etapas interligadas e uso de avaliações em múltiplas escalas de análise (Plog, 1976; Krakker e Chartkoff, 1978; Schiffer et al. 1978; Hole, 1980; Kraker e Shott, 1983; Shott, 1985; Lightfoot, 1986; Redman, 1987; Kintigh, 1988; Schuldenrein, 1991; Stein, 1991), e a inserção do enfoque geoarqueológico como elemento adicional de avaliação, especialmente àquele ligado aos ambientes fluviais e sistemas de encostas associados (Blum et al. 1992; Waters, 1992; Waters e Kuehn, 1996; Brown, 1997).

A área de estudo compreendeu toda a planície costeira do sul de Santa Catarina. A primeira etapa do projeto

consistiu em uma ampla pesquisa a respeito dos dados bibliográficos existentes sobre os Abrigos Funerários na região sul do estado de Santa Catarina. O objetivo dessa etapa foi fornecer o maior volume possível de informações que possam auxiliar na definição das ações para a pesquisa de campo.

Em um segundo momento, realizamos visitas aos museus da região com o objetivo de registrar possíveis vestígios arqueológicos recolhidos desses locais, mas que não estejam registrados em bibliografia acadêmica. Com o término da segunda etapa, foi possível elaborar uma lista de materiais que possam ser estudados de forma integrada com aqueles registrados no planalto, viabilizando futuras comparações.

A terceira etapa da pesquisa envolveu a visita aos sítios Salto Catâneo e Morro dos Conventos. Nesse momento os locais foram devidamente registrados e descritos em sua paisagem, considerando para isso a vegetação atual e pretérita, geologia e recursos hídricos. Também foi registrada a atual situação de conservação dos sítios, seu atual uso e a existência de artefatos na superfície. Ressaltamos que não foram feitas intervenções de quaisquer espécies ao sedimento, piso ou paredes dos sítios estudados.

4.1 O sítio Salto Catâneo

O abrigo funerário de Salto Catâneo está localizado na divisa entre os municípios de Orleans e Urussanga,

Figura 2: Coleção arqueológica proveniente do Sítio Salto Catâneo, depositado no Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel.



no estado de Santa Catarina, sob as coordenadas geográficas UTM 6856942.64S/664923.19E. Em 1970, por meio de informações de moradores, o Padre Dall'Alba e sua equipe visitaram o local, retirando e posteriormente dividindo entre os museus de Orleans e Urussanga os artefatos encontrados (figura). (Datum SIRGAS 2000). A abertura do abrigo está voltada ao sul e apresenta dimensões de cinco metros de comprimento, três metros de altura e dois de largura (Rohr, 1982).

Foram localizados materiais procedentes do referido sítio no Laboratório de Arqueologia do Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, Orleans e no Museu Histórico Municipal de Urussanga. Devido ao grande número de fragmentos, não foi realizada a contabilidade total dos vestígios, até o momento.

4.2 O sítio Morro dos Conventos

O sítio Morro dos Conventos localiza-se no Balneário Morro dos Conventos, no município de Araranguá, Santa Catarina, sob as coordenadas geográficas UTM: 6797478.97S/659263.57E (Datum SIRGAS 2000). A estrutura apresenta 30 metros de largura, 25 metros de comprimento e 4 metros de altura na entrada. O arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz, em comunicação pessoal, relatou que esteve com o Padre Balduino Rambo na localidade de Morro dos Conventos na década de 1950.

Na ocasião da visita, já havia sido feita uma “limpeza” do local com o objetivo de transformarem-no em ponto turístico. Schmitz relatou que os moradores locais

descreveram cestos ou “caixas” trançadas em taquara comportando corpos, e que na ocasião da visita ainda era possível encontrar restos dos mesmos, tendo sido recolhida um artefato de cristal em formato fusiforme e engastado em resina, que se encontra atualmente na reserva técnica do Instituto Anchieta de Pesquisas UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul). Sobre a fuma de Sombrio, o pesquisador afirmou que na época foram realizadas sondagens que resultaram negativas, descartando assim a hipótese de que a mesma tenha sido ocupada em tempos pretéritos. (Lavina (2000) coletou um crânio que estava em uma duna próxima à fuma onde se localiza o sítio. Segundo o arqueólogo o material foi depositado na reserva técnica do laboratório de arqueologia da UNESCO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa arqueológica em regiões específicas do Brasil muitas vezes enfrenta desafios relacionados à escassez de documentação e estudos aprofundados. Exemplos disso podem ser encontrados em sítios como o Salto Catâneo e o Morro dos Conventos, localizados na região sul do país. A importância desses sítios reside não apenas em seu valor histórico e cultural, mas também no potencial que oferecem para futuras descobertas

arqueológicas. No caso do sítio Salto Catâneo, a literatura disponível é bastante limitada. As únicas referências indiretas a abrigos funerários na área são feitas por Rohr (1982) e Claudino (2011). Esses autores mencionam o sítio em seus trabalhos, mas não fornecem uma análise detalhada ou extensa sobre o mesmo. Essa falta de informações bibliográficas mais abrangentes destaca uma lacuna significativa na documentação acadêmica sobre o Salto Catâneo. Por outro lado, o sítio Morro dos Conventos recebe apenas uma menção superficial na obra “Histórias do Grande Araranguá” do Padre Dall’Alba (1997). Essa referência é insuficiente para uma compreensão completa do potencial arqueológico do local, sublinhando novamente a necessidade de pesquisas mais aprofundadas e sistemáticas. Atualmente, a fonte mais confiável de informações sobre esses sítios é o testemunho do arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz, do Instituto Anchieta de Pesquisas, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Sua comunicação pessoal fornece insights valiosos, mas ainda assim, há uma necessidade premente de estudos publicados que possam ampliar o conhecimento e a compreensão desses importantes sítios arqueológicos.

Sobre as relações dos abrigos funerários com outros tipos de sítios arqueológicos no sul do Brasil, Beber (2005) é categórico ao associar os enterramentos em



Figura 3: Dentes encontrados no Sítio Morro dos Conventos.

abrigo sob-rocha com a cultura Jê Meridional, sendo que os abrigos funerários fariam parte de um complexo sistema de assentamento que também envolve casas subterrâneas e os sítios lito-cerâmicos; espaços funerários com os montículos cercados por taipas. Tendo como característica básica dos abrigos registrados pelo autor acima citado, a sua proximidade com uma queda d'água ou pequeno córrego, havendo ainda, em alguns casos, presença de cerâmica, adornos e pontas de flecha. Utilizando Rohr (1982) como referência, Beber (2005) refere-se à distribuição de abrigos com igual inserção na paisagem e cultura material, pelos Planaltos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

É importante destacar a realização do ritual funerário de cremação em adultos praticado pelos Xokleng/Laklãnô com posterior enterramento das cinzas em cestos. Considerando o que foi apontado por Müller (2008), com base no estudo de esqueletos cremados procedentes de três sítios em estruturas anelares localizados na bacia do rio Pelotas, em que a autora conclui que apenas o fato de ocorrerem cremações mortuárias não constitua elemento conclusivo para a determinação da etnia do grupo em questão. Ainda que seu discurso aponte para uma aproximação entre os sítios por ela estudados e os enterramentos descritos por diversos etnógrafos que conviveram com os Jê Meridionais em tempos históricos.

Schmitz (2006) argumenta que a composição de algumas estruturas chamadas "sambaquis", no sul de Santa Catarina, difere do padrão geral, assemelhando-se com padrões registrados em sítios do Planalto. No caso do sítio SC-IÇ-01, um sítio pré-cerâmico onde se distinguem sepultamentos primários, secundários e cremados, o autor levanta a hipótese da presença no litoral de populações ligadas à Mata Atlântica, como é o caso do povo Xokleng-Laklãnô. O mesmo se dá em relação ao abrigo sob-rocha de Morro dos Conventos (Schmitz, 2016, com. pess.).

É importante ressaltar que nem o sítio Morro dos Conventos, nem o sítio Salto Catâneo sofreram intervenções arqueológicas sistemáticas até o momento. Segundo o que consta nos registros do Museu ao Ar Livre Princesa Isabel e na bibliografia de Dall'Alba, a única intervenção realizada no sítio Salto Catâneo, foi o recolhimento dos ossos (cabe aqui a referência.). Já o sítio Morro dos Conventos é considerado parcialmente destruídos, como os autores deste artigo puderam averiguar in loco.. No entanto, devemos considerar que possa haver vestígios ainda em

contexto, particularmente em locais mais recônditos de ambos os abrigos.

Outro ponto que deve ser considerado é o estudo dos remanescentes ósseos presentes no Museu Histórico municipal de Urussanga e Museu ao Ar Livre Princesa Isabel de Orleans. Tal abordagem poderá levantar maiores informações sobre os aspectos paleopatológicos, que podem fornecer informações sobre o estado de saúde/doença da população e, alterações tafonômicas, que permitem entender os processos transformativos sofridos post-mortem. Além disso, o bom estado de conservação dos dentes poderá possibilitar uma análise mais específica de aspectos alimentares além de patologias dentárias, auxiliando a entender além das alterações resultantes da dieta, possíveis alterações culturais., conforme demonstrado por Hillson (1996).



Figura 4: Dentes provenientes do Sítio Salto Catâneo, depositados no museu ao Ar Livre Princesa Isabel.

É fundamental realizar estudos mais aprofundados sobre o conteúdo e a relação dos sítios atualmente investigados com aqueles localizados no planalto do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Além disso, deve-se considerar a possibilidade de existirem ocorrências semelhantes ainda não documentadas na planície e nas encostas da serra sul-catarinense. Um exame mais detalhado destes sítios pode abrir um novo leque de possibilidades interpretativas, enriquecendo a compreensão sobre a história e a cultura da região.

BIBLIOGRAFIA

- Beber, M. V. 2004. *O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da tradição Taquara/Itararé* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Beber, M. V. 2005. O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos* 10, 124-156.
- Binford, L. R. 1971. Mortuary practices: their study and their potential. *Memoirs of the Society for American Archaeology*, 25, 6-29.
- Blum, M. D., Abbott, J. T., & Valastro, S. 1992. Evolutions of landscapes on the double mountain fork of the Brazos River, West Texas: implications for preservation and visibility of the archaeological record. *Geoarchaeology*, 7(4), 339-370.
- Boiteux, L. A. 1911. *Notas para a História Catharinense*. Livraria Moderna.
- Bortolotto, Z. H. 1992. *História de Nova Veneza*. Prefeitura Municipal.
- Brochado, J. P. 1984. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America* [Tese de Doutorado, University of Illinois].
- Brown, A. G. 1997. *Alluvial geoarchaeology: floodplain archaeology and environmental change*. Cambridge University Press.
- Campos, J. B., Ricken, C., Rosa, R. C., & Santos, M. C. P. 2014. Relatório do Programa de Resgate Arqueológico da Jazida de Argila Araçá Município de Nova Veneza – Santa Catarina. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, 11, 303-321.
- Campos, J. B., Ricken, C., & Zocche, J. J. 2012. *Relatório Final de Levantamento Arqueológico Prospectivo e Educação Patrimonial da Jazida de Argila Vargem Grande III*. Processo IPHAN 01510.000690/201171.
- Campos, J. B., Ricken, C., & Rosa, R. C. 2011. Programa de Arqueologia Preventiva do Sítio Arqueológico Santa Rosa De Lima V, Municípios de Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna/SC. In: *Planejamento Regional Sustentável: uma discussão interdisciplinar*. Modelo.
- Chartkoff, J. L. 1978. Transect Interval Sampling in Forests. *American Antiquity*, 43(1), 46-53.
- Claudino, D. C. 2011. *Arqueologia na encosta catarinense: em busca dos vestígios materiais Xokleng* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale dos Sinos].
- Conceição, L. C. et al. 2020. *Memórias Laklãnõ-Xokleng: conhecimentos, silêncios e temporalidades* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Copé, S. M. 2006. *Les Grands Constructeurs Précoloniaux du Plateau du Sud Brésil: Étude de Paysages Archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil* [Tese de Doutorado, Université de Paris I Panthéon-Sorbonne].
- Dall'Alba, J. L. 1973. *O Vale do Braço do Norte*. Edição do autor.
- Dall'Alba, J. L. 1979. *Laguna antes de 1880: documentário*. Lunardelli/UDSC.
- Dall'Alba, J. L. 1983. *Imigração italiana em Santa Catarina*. Editora da Universidade de Caxias do Sul/Lunardelli.
- Dall'Alba, J. L. 1986. *Colonos e mineiros no grande Orleans*. Lunardelli.
- Dall'Alba, J. L. 1997. *Histórias do Grande Araranguá*. Gráfica e Editora Orion.
- Dall'Alba, J. L. 2003. *Pioneiros nas terras dos condes* (2ª ed.). Gráfica do Lelo.
- Dall'Alba, J. L. 2005. *São Ludugero para o Brasil: memórias do padre José Pereira Kuns*. FEBAVE.
- De Masi, M. A. N. (Org.). 2006. *Xokleng 2860 a.C. As Terras Altas do Sul do Brasil. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Ed. Unisul.
- Duday, H. 2006. L'archéothanatologie ou l'archéologie de la mort (Archaeothanatology or the Archaeology of Death). In R. Gowland & C. Knüßel (Orgs.), *Social Archaeology of funerary remains* (pp. 30-56). Oxbow Books.
- Duday, H., & Masset, C. 1987. *Anthropologie physique et archéologie: Méthodes d'étude des sépultures*. CNRS.
- Duday, H., Courtaud, P., Crubézy, E., Sellier, P., & Tillier, A.-m. 1990. L'anthropologie "de terrain": reconnaissance et interprétation des gestes funéraires. *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, 2(3-4), 29-50.
- Farias, D. S. E. 2005. *Distribuição e padrão de assentamento: propostas para os sítios da Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].

- Frigo, F. J. G. 2017. Variabilidade litológica e formas de abrigos sob rocha-uma discussão geoespeleológica. In: *Congresso Brasileiro de Espeleologia* (pp. 465–475).
- Gakran, N. 2005. *Aspectos morfossintáticos da língua Laklãnô (Xokleng) Jê* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas].
- Guidón, N., & Luz, M. de F. 2011. Sepultamentos na Toca do Enoque (Serra das Confusões-Piauí). *Fundamentos*, VIII, 116–123.
- Guillon, M. 1997. *Anthropologie de Terrain et paléodémographie: études méthodologiques sur les grands ensembles funéraires* [Tese de Doutorado, Université de Bordeaux].
- Henry, J. 1942. The Kaingang Indians of Santa Catarina, Brazil. *America Indígena*, II(1), 75–79. (Obra original publicada em 1941)
- Hilbert, K. 1994. Caçadores-coletores pré-históricos no Sul do Brasil: um projeto para uma redefinição das tradições líticas Umbu e Humaitá. In: M. Flores (Org.), *Negros e índios: literatura e história* (pp. 9–24). Edipucrs.
- Hillson, S. 1996. *Dental Anthropology*. Cambridge University Press.
- Hole, B. L. 1980. Sampling in archaeology: a critique. *Annual Review of Anthropology*, 9, 217–234.
- Kern, A. A. 1990. Grupos pré-históricos de caçadores-coletores da floresta subtropical. *Revista do CEPA*, 20(17), 101–128.
- Kern, A., Souza, J. O., & Seffner, F. 1989. Arqueologia de Salvamento e a Ocupação do Vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). *Veritas*, 35(133), 99–127.
- Kintigh, K. W. 1988. The effectiveness of subsurface testing: a simulation approach. *American Antiquity*, 53(4), 686–707.
- Klokler, D. M. 2012. Consumo Ritual, Consumo no Ritual: Festins funerários e sambaquis. *Revista Habitus*, 10(1), 83–104.
- Kraker, J. J., Shott, M. J., & Welch, P. D. 1983. Design and evaluation of shovel-test sampling in regional archaeological survey. *Journal of Field Archaeology*, 10, 469–480.
- Lavina, R. 1994. *Os Xokleng/Laklãnô de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos* [Dissertação de Mestrado, Instituto Anchieta de Pesquisas].
- Lavina, R. 1999. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: A. Braches (Ed.), *História de Santa Catarina—Estudos Contemporâneos* (pp. 73–82).
- Lavina, R. 2000. *Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraias (trecho Morro dos Conventos a Lagoa dos Esteves, Araranguá-Içara, SC)*. Relatório Final. UNESC.
- Leite, M. N., Castro, V. C. de, & Cineiros, D. 2014. Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, PE: Reflexões Sobre o Lugar dos Mortos na Paisagem. *Fundamentos*, XI, 50–64.
- Lightfoot, K. G. 1986. Regional Survey in the Eastern United States: the strengths and weakness of implementing subsurface testing programs. *American Antiquity*, 51(3), 484–504.
- Machado, J. S. 2016. Caminhos e Paradas. Perspectivas sobre o território Laklãnô (Xokleng). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, 27, 179–196.
- Mendonça de Souza, S. M. F. 2003. *Arqueologia de Funerais: Quando os Mortos Esclarecem os (Arqueólogos) Vivos* [Manuscrito não publicado].
- Miller, E. T. 1971. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul (rios Uruguai, Pelotas e das Antas). In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados preliminares do quarto ano (1968- 1969)* (Vol. 4, pp. 37–60). Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Müller, L. M. 2008. *Sobre índios e ossos: estudo de três sítios de estruturas anelares construídos para enterramento por populações que habitavam o vale do rio Pelotas no período pré-contato* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].
- Nimuendajú, C. 1944. *Mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Museu Nacional.
- Noelli, F. S. 1999-2000. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. *Revista USP*, 44, 218–269.
- Noelli, F. S. 2004. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: K. Tommasino, L. T. Mota, & F. S. Noelli (Orgs.), *Novas Contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang* (pp. 17–56). Eduel.
- Okumura, M. M. M. 2007. *Diversidade morfológica craniana, micro-evolução e ocupação pré-histórica da*

costa brasileira [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].

Parker Pearson, M. 1999. *The Archaeology of Death and Burial*. Sutton Publishing.

Pate, O. K. 2020. *O contato descrito pelos Laklãnõ Xokleng, os descendentes de Kaingang e as trocas de costumes e saberes* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina].

Plog, S. 1976. Relative efficiencies of sampling techniques for archaeological surveys. In: K. Flannery (Ed.), *The Early Mesoamerican Village* (pp. 136–158). Academic Press.

Pripá, W. C. 2021. *Lugares de acampamento e memória do povo Laklãnõ/Xokleng, Santa Catarina* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].

Prous, A. 1991. *Arqueologia brasileira*. Editora Universidade de Brasília.

Redman, C. L. 1987. Surface Collection, Sampling, and Research Design: a Retrospective. *American Antiquity*, 52(2), 249–265.

Ricken, C., & Campos, J. B. 2009. Perfil Tecnológico do Material Lítico do Sítio Taquaruçu, Ermo, Santa Catarina. *CLIO. Série Arqueológica* (UFPE), 24, 190–199.

Rohr, J. A., S.J. 1973. A pesquisa arqueológica no estado de Santa Catarina. *Dédalo*, 9(17-18), 49–58.

Rohr, J. A. 1982. Pesquisas Arqueológicas no município catarinense de Urussanga. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 48–59.

Saldanha, J. D. de M. 2008. Paisagem e sepultamentos nas terras altas do sul do Brasil. *Revista de Arqueologia*, 21(1), 85–95.

Santos, J., Milheira, R. G., & Campos, J. B. 2017. Entre rios, dunas, lagoas e o mar: Arqueologia Guarani no litoral sul de Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, 30(1), 28–55.

Santos, S. C. dos. 1973. Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng.

Saxe, A. A. 1970. Social dimensions of mortuary practices [Tese de Doutorado, University of Michigan].

Schiffer, M., et al. 1978. The Design of Archaeological Surveys. *World Archaeology*, 10(1), 1–28.

Schmitz, P. I. 1984. Caçadores e coletores da pré-história do Brasil. Instituto Anchieta de Pesquisas.

Schmitz, P. I. 2006. O povoamento da planície litorânea. *Pesquisas, Antropologia*, 63, 3–10.

Schmitz, P. I. 2016. A Arqueologia do Jê Meridional Uma longa aventura intelectual. *Revista Cadernos do Ceom*, 29(45), 7–32.

Schmitz, P. I., Arnt, F. V., Beber, M. V., & Rosa, A. O. 2010. Casas Subterrâneas No Planalto De Santa Catarina: São José Do Cerrito. *Pesquisas. Antropologia*, 68, 7–78.

Schmitz, P. I., Arnt, F. V., Beber, M. V., Rosa, A. O., & Rogge, J. H. 2009. Taió, no Vale do Rio Itajaí, SC. O encontro de antigos caçadores com as casas subterrâneas. *Pesquisas, Antropologia*, 67, 185–320.

Schmitz, P. I., & Rogge, J. H. 2004. Dados e reflexões para o sistema de assentamento de populações ceramistas do planalto do Rio Grande do Sul. *Revista de Arqueologia*, 17(1), 101–115.

Schuldenrein, J. 1991. Coring and the Identity of Cultural-Resource Environments: A Comment on Stein. *American Antiquity*, 56(1), 131–137.

Shott, M. J. 1985. Shovel-test sampling as a site discovery technique: a case study from Michigan. *Journal of Field Archaeology*, 12(4), 457–468.

Stein, J. K. 1991. Coring in CRM and archaeology: a reminder. *American Antiquity*, 56(1), 138–142.

Strauss, A. 2016. Os padrões de sepultamento do sítio arqueológico Lapa do Santo (Holoceno Inicial, Brasil). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 11(1), 243–276.

Tschucambang, J. de L. 2020. Ouvir os velhos, aprender com eles: memórias, histórias e conhecimentos dos anciões da Terra Indígena Xokleng/Laklãnõ/Laklanõ [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina].

Waters, M. R. 1992. Principles of geoarchaeology: a north american perspective. The University of Arizona Press.

Waters, M. R., & Kuehn, D. 1996. The Geoarchaeology of place: The Effect of Geological Processes on the Preservation and Interpretation of the Archaeological Record. *American Antiquity*, 61(3), 483–497.

Weiss-Krejci, E. 2006. The formation of mortuary deposits: Implications for understanding mortuary behavior of past populations. In R. Gowland & C. Knüßel (Eds.), *Social archaeology of funerary remains* (pp. 1–29). Oxbow Books.

Desafios de *compliance* e governança corporativa no comércio de bens culturais: uma perspectiva do código de ética da UNESCO

Recebido em:
24 de Abril de 2025
Aceite em:
30 de Maio de 2025
Publicado em:
28 de Julho de 2025

HENRIQUE AUGUSTO MOURÃO ^{A,B,C}

^A Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales – UCES (Buenos Aires, Argentina)

^B Escola Superior de Advocacia da OAB/MG.

^C Centro de Geociências, Portugal

Email: henrique@mouroeassociados.com.br

RESUMO

Key-words:

Governança corporativa;
Bens culturais;
Artefatos;
UNESCO;
Comércio internacional.

Este artigo analisa os desafios de *compliance* e governança corporativa no comércio internacional de bens culturais, com ênfase no Código de Ética da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para Negociantes de Bens Culturais (UNESCO, 1999a). A pesquisa investiga a interação entre esse Código e convenções internacionais, como a Convenção de 1970, relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, a Convenção UNIDROIT de 1995, sobre os Bens Culturais Roubados ou Ilícitamente Exportados, e a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático de 2001. O estudo evidencia as limitações do Código, como sua aplicação restrita e a ausência de mecanismos eficazes de fiscalização, sugerindo modificações para enfrentar desafios emergentes e garantir sua eficácia na promoção de um comércio de bens culturais responsável e ético. Além disso, propõe-se uma reavaliação das noções de propriedade e custódia cultural no âmbito internacional, de modo que o Código não apenas atenda às exigências de governança, mas também reconheça e valorize a participação de diferentes grupos sociais na preservação e promoção da herança cultural mundial. Isso é particularmente relevante no que se refere aos sítios arqueológicos e aos objetos deles extraídos, desafiando a visão restritiva que limita tais contribuições ao campo arqueológico. Destaca-se, por fim, a importância da Convenção de Haia de 1954, cujo preâmbulo oferece uma visão cosmopolita da propriedade cultural, em contraste com normas mais restritivas de outras convenções. Essa abordagem reforça a noção de patrimônio universal, pertencente à humanidade como um todo, e permite compreender melhor as tensões entre diferentes abordagens regulatórias no comércio global de bens culturais. A análise baseia-se em revisão normativa e bibliográfica, com abordagem qualitativa.

ABSTRACT

Palavras-chave:

Corporate Governance;
Cultural Property;
Artifacts;
UNESCO;
International Trade.

This article analyzes the challenges of *compliance* and corporate governance in the international trade of cultural property, with an emphasis on the Code of Ethics for Dealers in Cultural Property of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO, 1999a). The research investigates the interaction between this Code and international conventions such as the 1970 Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property, the 1995 UNIDROIT Convention on Stolen or Illegally Exported Cultural Objects, and the 2001 Convention on the Protection of the Underwater Cultural Heritage. The study highlights the limitations of the Code, including its restricted application and the absence of effective monitoring mechanisms, and suggests revisions to address emerging challenges and ensure its effectiveness in promoting a responsible and ethical trade in cultural property. Furthermore, it proposes a reassessment of the concepts of cultural property and custodianship at the international level, so that the Code not only meets governance requirements but also acknowledges and values the participation of different social groups in the preservation and promotion of the world's cultural heritage. This is particularly relevant with regard to archaeological sites and the objects extracted from them, challenging the restrictive perspective that limits such contributions to the archaeological field. Finally, the importance of the 1954 Hague Convention is emphasized, as its preamble offers a cosmopolitan view of cultural property, in contrast to the more restrictive norms of other conventions. This approach reinforces the notion of a universal heritage belonging to all humanity and helps to better understand the tensions between different regulatory approaches in the global trade of cultural goods. The analysis is based on a normative and bibliographic review, adopting a qualitative approach.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de ser uma prática centenária, o comércio de bens culturais enfrenta desafios significativos impostos por normativas internacionais e estatais. Tais normativas, promovidas por entidades como a UNESCO, são frequentemente justificadas pela necessidade de combater o tráfico ilícito de artefatos, particularmente aqueles provenientes de escavações arqueológicas não autorizadas pelos Estados onde os sítios estão localizados. No entanto, o impacto dessas medidas vai além do controle do tráfico ilícito; também afetando, diretamente, a propriedade privada desses objetos e influenciando as práticas comerciais e a elaboração de códigos de conduta relativos ao mercado de arte e antiguidades.

Este trabalho realiza uma análise crítica do Código de Ética da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para Negociantes de Bens Culturais (International Code of Ethics for Dealers in Cultural Property), adotado em 1999. O código está contextualizado nas convenções editadas pela UNESCO que impõem restrições ao comércio de bens culturais, como a Convenção de 1970 e a UNIDROIT de 1995, que visam proteger sítios arqueológicos e seus respectivos artefatos, limitando sua circulação no mercado. Em contraste, a Convenção de Haia de 1954 sobre a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, primeira editada pela UNESCO, apresenta uma visão cosmopolita da propriedade cultural e propõe uma perspectiva de patrimônio universal, da qual divergem as normas restritivas das demais convenções. É importante ressaltar que essa convenção de 1954 e seus dois protocolos concentram-se na proteção do patrimônio cultural em tempos de guerra, regulando o comércio de bens culturais derivados do saque em contextos de conflito armado.

Neste estudo, investigamos não apenas a capacidade do Código de Ética da UNESCO (1999a) de mitigar o tráfico ilícito, mas também o modo como as normativas internacionais e estatais influenciam a propriedade privada e moldam os códigos de conduta. Nesse contexto, exploramos como os princípios de governança corporativa e práticas de compliance podem ser integrados para reforçar as estruturas regulatórias e éticas no comércio de bens culturais, considerando as tensões entre diferentes abordagens regulatórias no contexto global.

A pesquisa é conduzida por meio de revisões normativa e bibliográfica detalhadas, focando documentos

legais e éticos, publicações acadêmicas e relatórios de instituições culturais e jurídicas. São examinadas as convenções da UNESCO, legislações nacionais a elas relacionadas, bem como literatura sobre governança corporativa e compliance no comércio de bens culturais. A análise crítica se orienta por uma abordagem qualitativa, utilizando a interpretação de textos legais e a comparação de diferentes normativas para entender como elas influenciam as práticas comerciais e a gestão dos sítios de interesse arqueológico e seus respectivos objetos, considerados patrimônio cultural da humanidade segundo a UNESCO.

Em particular, este estudo examina como tais normativas afetam tanto a proteção quanto a comercialização desses bens culturais, destacando as complexidades e os desafios que surgem na tentativa de alinhar as práticas de mercado com as exigências legais e éticas internacionais. A escolha de fontes procura abranger a variedade de perspectivas acerca do problema, buscando uma compreensão abrangente dos temas discutidos, especialmente no que diz respeito às tensões entre as abordagens restritivas e cosmopolitas da propriedade cultural, ilustrando os conflitos que impactam diretamente os comerciantes de arte e antiguidades.

Estruturalmente, o texto se divide em seis partes, sendo a primeira esta introdução, na qual apresentamos o contexto em que se insere a pesquisa, assim como a metodologia e as fontes adotadas. A segunda seção examina o contexto histórico que levou ao desenvolvimento do Código de Ética, detalhando os eventos e discussões fundamentais que moldaram sua criação. A terceira seção detalha as regras desse código que orientam a conduta dos negociantes de bens culturais.

A quarta seção avalia os reflexos concretos dessas regras nas dinâmicas que regem, além das críticas que recebe dos negociantes, seus sujeitos de regulação. A quinta seção parte dos desafios mapeados para explorar estratégias de governança e que podem facilitar a adesão ao Código de ética, beneficiando o cenário global de comércio de bens culturais. Por fim, as conclusões sintetizam as implicações das críticas e discutem medidas aptas a reformular essas normas para promover um comércio mais ético e responsável.

2. CONTEXTO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DO CÓDIGO DE ÉTICA DA UNESCO

A adoção de um código de conduta para a prática profissional dos negociantes de bens culturais já havia sido solicitada, em 1987, pela quinta sessão do Comitê Intergovernamental da UNESCO para Fomentar o Retorno dos Bens Culturais aos seus Países de Origem ou sua Restituição em Caso de Apropriação Ilícita (Intergovernmental Committee for Promoting the Return of Cultural Property to its Countries of Origin or its Restitution in case of Illicit Appropriation – ICPRCP). Tal Comitê consistia em uma espécie de fórum de negociação, mediação e conciliação formado por países cujo propósito era desenvolver ferramentas de prevenção e de sensibilização ante a luta contra o tráfico ilícito de bens culturais. Foi nesse Comitê Intergovernamental que tiveram lugar as discussões iniciais para a aprovação de um código de ética para negociantes de bens culturais.

Em sua 8ª sessão (ocorrida em Paris, de 24 a 27 de maio de 1994), após examinarem um documento preparado pelo Secretariado da UNESCO, intitulado *Feasibility of an International Code of ethics for dealers in cultural property for the purpose of more effective control of illicit traffic in cultural property* (O’Keefe, 1994) – no qual se buscava avaliar a viabilidade de um código de ética internacional para os negociantes de bens culturais, com vista a um controle mais eficaz do tráfico ilícito de bens culturais – os Países-Membros do indigitado Comitê adotaram a Recomendação nº 5, com o seguinte encaminhamento:

O Diretor-Geral convida a realizar estudos especializados por arqueólogos, conservadores, arquitetos, especialistas em museus, comerciantes, administradores culturais e advogados, a fim de esclarecer questões que atualmente são contestadas ou não estão claras e que tais estudos sejam examinados por um comitê de especialistas que redigirá orientações políticas para a futura conduta do comércio; e convida ainda o Diretor-Geral a incluir um item sobre um código de ética internacional para os negociantes na agenda da nona sessão do Comitê (UNESCO, 1994-1995).

Com efeito, em sua 9ª sessão, em agosto de 1997, os Países-Membros do Comitê adotaram a Recomendação

nº 6, em que avaliaram que a elaboração de um Código de Ética para negociantes contribuiria para a melhor implementação do Art. 5º da Convenção da UNESCO de 1970. Na 10ª sessão, em setembro de 1999, o Comitê adotou a Recomendação nº 3, que acolheu os comentários dos Estados-Partes acerca da proposta de minuta do Código de Ética e solicitou ao diretor-geral da UNESCO que submetesse o texto aprovado ao exame da Conferência-Geral da UNESCO.

Por sua vez, a Conferência-Geral da UNESCO, que reúne todos os Estados-Membros da Organização, em sua 30ª sessão, ocorrida em novembro de 1999, adotou a Resolução nº 27/99 (UNESCO, 1999b). Entre outras coisas, essa resolução criou o Fundo do Comitê Intergovernamental, em conformidade com a Recomendação nº 6 (aprovada em 1997 pela 9ª sessão do Comitê). Segundo ficou estabelecido, o

Fundo tem como objetivo apoiar os Estados-Membros em seus esforços para buscar a devolução ou restituição de bens culturais e combater efetivamente o tráfico ilícito em bens culturais, particularmente no que diz respeito a: verificação de objetos culturais por especialistas, transporte, custos de seguro, criação de instalações para exibi-los em condições satisfatórias e formação de profissionais de museus nos países de origem de objetos culturais (UNESCO, 1999b, p. 10-19).

Em novembro de 1999, a UNESCO finalmente publicou o seu Código de Ética Internacional para Negociadores de Bens Culturais (UNESCO, 1999a), um documento adicional à normativa constante de seus tratados principais, menos efetivo que eles, mas importante para estabelecer uma relação de princípios com o grupo dos negociantes de arte e de antiguidades. Conforme declarou a UNESCO, o Código foi elaborado em conformidade com a regra-modelo de política de aquisição para museus do Código de Ética Profissional do Conselho Internacional de Museus (ICOM, 1986), bem como a partir das ideias centrais de diferentes códigos éticos privados, incluindo o da França, dos Países Baixos, da Suíça e do Reino Unido, além do Código de Ética da Confédération Internationale des Négociants d’Oeuvres d’Art (CINOA, 2024). O’Keefe (1997) comenta, uma a uma, as adequações propostas à UNESCO pelo British/CINOA e pelo Switzerland’s Art Law (Swiss Code), que exige que vendedores de propriedade cultural evitem transferir a

posse de um objeto caso tenham razões para acreditar que ele teria sido roubado, escavado ilegalmente ou exportado de forma ilícita. O'Keefe (1997) também menciona a ausência de determinados participantes no Código da UNESCO, como os restauradores, que não estão contemplados no escopo da regulamentação.

Apesar de o Código do ICOM e os estatutos éticos privados apresentarem princípios que, em muitos casos, se excluem mutuamente, a UNESCO afirmou ter conseguido harmonizar o conteúdo desses documentos, realizando apenas pequenas alterações e ajustes terminológicos.

É importante observar que as decisões da Conferência-Geral, como a Resolução nº 27/99, vinculam apenas os Países-Membros da UNESCO. Assim, entidades privadas, como museus, associações de colecionadores e de comerciantes de arte, não podem aderir individualmente às normativas estabelecidas. Cabe exclusivamente aos Estados-Membros a responsabilidade de implementar essas diretrizes em seus territórios.

Além disso, sem uma lei nacional específica, grupos privados não podem ser obrigados a cumprir as determinações do Código de Ética da UNESCO, tampouco sofrer qualquer sanção por não seguirem suas disposições. Isso reforça o caráter não vinculante do Código, que depende da adesão voluntária dos negociantes e da regulamentação interna de cada país para ser efetivamente aplicado.

Aprofundando a compreensão do contexto histórico e dos desenvolvimentos que levaram à criação do Código de Ética da UNESCO para Negociantes de Bens Culturais, ficam evidentes a complexidade e os desafios associados à regulação ética do comércio de arte e de antiguidades. Esse código, apesar de não ser juridicamente vinculativo, tenta estabelecer padrões de conduta que promovam práticas comerciais responsáveis entre os negociantes. Avançando a análise, a seção a seguir foca especificamente nas regras estabelecidas por esse Código de Ética (UNESCO, 1999a), examinando como elas se propõem a moldar as operações no mercado de bens culturais. É crucial entender como estas regras são recebidas pelos negociantes e quais os desafios práticos enfrentados na tentativa de aderir a essas normativas internacionais, considerando a diversidade de legislações e contextos culturais nos quais operam.

Estabelecida a estrutura do Código, a próxima seção detalha suas regras que orientam, especificamente, a conduta dos negociantes de bens culturais.

3. AS REGRAS DO CÓDIGO DE ÉTICA INTERNACIONAL DA UNESCO PARA NEGOCIANTES DE BENS CULTURAIS

O Código foi concebido como uma ferramenta de autorregulação, destinada a ser adotada voluntariamente por negociantes de bens culturais em todo o mundo. Embora não seja um instrumento legalmente vinculativo, ele estabelece um conjunto de diretrizes que buscam promover a transparência, a responsabilidade e o respeito pela proveniência dos bens culturais, principalmente artefatos arqueológicos e objetos de arte. A iniciativa é um exemplo de como os princípios de governança e compliance podem ser integrados em setores não regulados por leis vinculativas, encorajando práticas que reforcem a confiança e a ética nos negócios globais.

Entre as principais disposições do Código de Ética (UNESCO, 1999a), destacam-se estas:

- **due diligence:** os negociantes são instados a realizar uma investigação cuidadosa da proveniência dos bens culturais que adquirem ou vendem. Isso inclui a verificação da autenticidade dos documentos de propriedade e a garantia de que os bens não sejam saqueados ou exportados ilegalmente. Este aspecto de compliance não só ajuda a evitar a aquisição de itens ilícitos, como também protege os negociantes de possíveis sanções legais e danos à reputação;

- **transparência nas transações:** o Código exige que os negociantes mantenham registros detalhados de todas as transações e que esses registros estejam disponíveis para inspeção por autoridades competentes. Essa transparência é fundamental para a construção de um mercado de bens culturais mais responsável e é essencial para combater a lavagem de dinheiro e outras formas de crimes financeiros associados ao tráfico de arte;

- **respeito às leis nacionais e internacionais:** os negociantes devem respeitar não apenas as leis de seus próprios países, mas também as normas dos países de origem dos bens culturais. Isso inclui aderir a convenções internacionais, como a Convenção da UNESCO de 1970, que estabelece obrigações para prevenir a exportação e a importação ilegal de bens culturais;

- **cooperação internacional:** o Código incentiva a cooperação entre negociantes, governos, instituições culturais e organizações internacionais para prevenir o tráfico ilícito. Os negociantes são encorajados a colaborar com as autoridades na repatriação de bens

culturais que tenham sido exportados ilegalmente; e

- **educação e sensibilização:** o Código promove a educação e a conscientização sobre a importância de proteger o patrimônio cultural. Os negociantes são incentivados a informar seus clientes sobre o valor cultural e legal dos bens, ajudando a fomentar uma cultura de respeito e preservação do patrimônio cultural mundial.

Além disso, o documento da UNESCO conta com 8 artigos que orientam os negociantes de artes e de antiguidades a sobrestar a compra de um bem cultural quando houver motivos razoáveis para supor que ele:

- Tenha sido roubado ou transferido ilicitamente de bibliotecas, museus, lugares religiosos e coleções;
- Resulte de escavações clandestinas; ou
- Tenha sido importado ilegalmente.

Os negociantes são orientados a verificar a proveniência dos objetos de arte e de antiguidades, dando especial atenção para que se constatem indícios de roubo e/ou de exportação ilícita (art. 2º) e para que se denuncie a ocorrência de um ilícito às autoridades estatais. Inclusive, quando for o caso, não deve ser descartada a devolução do objeto ao Estado de origem (art. 4º). O Código estabelece, ainda, que os comerciantes podem ser submetidos a uma investigação pública por parte dos seus próprios pares, a fim de garantir os padrões de conduta ética nele estabelecidos (art. 8º).

A implementação do Código de Ética da UNESCO (1999a) representa um esforço significativo para definir padrões internacionais no comércio de artefatos culturais. Contudo, críticas frequentes ao Código ressaltam uma tensão notável entre o objetivo de regular este mercado e a realidade das operações de mercado livre. As restrições estabelecidas pelo Código, destinadas a proteger os sítios de interesse arqueológico e seus objetos – considerados patrimônio cultural global pela UNESCO – podem criar barreiras substanciais para os negociantes que buscam operar dentro das dinâmicas do mercado. Isso sugere a necessidade de abordagens mais flexíveis e adaptáveis que efetivamente considerem as realidades comerciais, permitindo que os comerciantes operem de forma ética sem comprometer a viabilidade de suas atividades comerciais (Merryman, 2003).

Tendo discutido as diretrizes estabelecidas pelo Código, a discussão a seguir busca explorar essa tensão, examinando como os negociantes, legisladores

e organismos internacionais podem colaborar para encontrar um equilíbrio entre a proteção dos sítios de interesse para a arqueologia e a liberdade de mercado. Consideramos essencial considerar estratégias que permitam tanto a preservação dos sítios quanto a operação eficiente e ética do mercado de artefatos, garantindo que as práticas de governança e compliance se adaptem de forma eficaz às dinâmicas globais e às diversas necessidades dos stakeholders envolvidos. Para tanto, avaliamos o modo como essas regras se refletem nas dinâmicas reais do comércio de bens culturais, bem como as críticas que elas suscitam entre os negociantes.

4. DINÂMICAS ENVOLVIDAS NO COMÉRCIO DE BENS CULTURAIS E CRÍTICAS AO CÓDIGO DE ÉTICA DA UNESCO

Os comerciantes de arte e antiguidades desempenham um papel significativo na manutenção de objetos históricos através de um comércio centenário, utilizando suas habilidades, recursos e incentivos econômicos (Merryman, 2003). No entanto, eles frequentemente enfrentam legislações restritivas produzidas pela UNESCO e pelos Estados sob sua supervisão. Essas legislações, que recebem apoio incondicional dos arqueólogos (Boardman, 2009), baseiam-se principalmente na Convenção da UNESCO de 1970 sobre Medidas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícita dos Bens Culturais, na Convenção UNIDROIT de 1995 sobre os Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, bem como na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático de 2001, editada pela UNESCO pouco tempo após a vigência do seu Código de Ética.

Essas normativas foram criadas para prevenir a comercialização de objetos escavados, tratando o comércio desses itens como uma forma de roubo sob diversos sistemas jurídicos nacionais e restringindo severamente a capacidade legal dos comerciantes de operar neste mercado (Mourão, 2017). Até mesmo os itens que já circulavam no mercado antes da entrada em vigor da Convenção de 1970 entraram na mira da comunidade arqueológica e dos governos dos Estados. Com efeito, desde a implementação dessas normativas, muitas sociedades arqueológicas passaram a censurar a publicação em periódicos científicos ou a citação em trabalhos acadêmicos de antiguidades sem proveniência clara, argumentando que tal prática poderia, indiretamente, apoiar o tráfico ilícito de

antiguidades (Owen, 2009). Essa posição reflete a extensão das preocupações éticas e legais incutidas pelas convenções internacionais, que visam não apenas proteger os sítios arqueológicos e seus artefatos, mas também influenciar a maneira como a comunidade acadêmica e os mercados lidam com objetos de origem incerta (Argyropoulos et al., 2011).

O Código de Ética da UNESCO (1999a) serve como uma ponte entre as referidas regulações legais e as operações do dia a dia dos negociantes de arte e de antiguidades, encorajando a adoção de práticas comerciais transparentes e éticas. No entanto, ao exigir que os comerciantes adotem princípios éticos que muitos consideram inadequados, o Código enfrenta desafios substanciais em mitigar riscos e promover a responsabilidade efetiva no setor.

A percepção de inadequação muitas vezes decorre das restrições impostas pelo Código, que limitam severamente a capacidade dos negociantes de operar no mercado global. Tais restrições incluem proibições amplas sobre a aquisição e venda de objetos sem proveniência claramente documentada, o que pode ser considerado um impedimento excessivo, especialmente em casos em que a proveniência pode ser difícil de verificar devido à natureza histórica dos objetos. Assim, a implementação prática dessas diretrizes revela significativas dificuldades, já que o Código, muitas vezes, não leva em conta as realidades complexas do comércio de antiguidades, resultando em uma aplicação que pode parecer desconectada das práticas de mercado estabelecidas e sustentáveis (Bator, 1983).

De fato, para que o Código fosse eficiente e coerente, seria necessário adotar uma abordagem que não se baseasse exclusivamente em restrições e proibições. A UNESCO, ao desenvolver um Código que muitas vezes parece redundante para os negociantes, não estabeleceu uma regulamentação que equilibre de maneira racional e prudente as necessidades do mercado. Embora o Código de Ética reconheça a importância dos negociantes no setor cultural, frequentemente a UNESCO critica o comércio de objetos de arte e antiguidades – não apenas o comércio ilícito – como um desafio para combater as violações do tratado de 1970 (Bardon, 2020). Essa postura pode acabar por desconsiderar as práticas comerciais legítimas que também contribuem para a preservação e divulgação de objetos históricos e artísticos importantes.

Seguramente, todas as recomendações, tratados e códigos da UNESCO impõem restrições para os grupos

usuários privados interessados na posse, na exibição, na venda ou no fornecimento de serviços envolvendo os objetos da herança cultural da humanidade. Está clara, nesses documentos, a aversão à circulação internacional da propriedade cultural por meio de transações livres de mercado, mesmo dos estoques de objetos excedentes das escavações arqueológicas: apoiam-se, tão somente, as trocas interinstitucionais, que são as negociações entre as instituições culturais oficiais dos países (Merryman, 1986).

Nesse sentido, a Recomendação relativa ao Intercâmbio Internacional de Bens Culturais, de 1976 (UNESCO, 1976), defende as operações unilaterais de empréstimos, o intercâmbio entre instituições com troca de itens excedentes, os depósitos ou as doações da propriedade cultural, bem como a circulação de bens culturais como um meio poderoso de promover a compreensão e a apreciação mútuas entre as nações. A condição para tanto é de que estas atividades sejam reguladas por condições legais, científicas e técnicas calculadas para impedir o comércio desses bens.

Nesse grau de objeção, que é estimulado, principalmente, pelo establishment arqueológico, pelos conservacionistas e pelas nações das quais são provenientes os objetos, não é verdadeiro falar de uma ética universal (nesse sentido, ver o trabalho dos arqueólogos Bruhns et al., 2001). Apesar disso, os negociantes de artes e de antiguidades aceitaram cooperar com base em um código de conduta de aplicabilidade geral no combate às escavações clandestinas e aos negócios com bens culturais sem origem definida.

Patrick O'Keefe (1997) cita o exemplo de uma dezena de organizações de negociantes de arte e de antiguidades que já têm seus próprios códigos de conduta, mas que sempre ressaltam que os princípios éticos que orientam a sua conduta profissional estão alicerçados na visão cosmopolita da propriedade cultural apresentada no preâmbulo da Convenção de Haia de 1954. É inaceitável para tais organizações a ideia de propriedade pré-constituída das nações modernas sobre as artes e os objetos do passado, bem como a distinção dos arqueólogos como guardiões absolutos da herança cultural do mundo. Além disso, postulam que as leis nacionais dos seus membros considerem os princípios da Hague-54, porque tanto o conteúdo das Convenções UNIDROIT (1995) e do Patrimônio Subaquático (2001) quanto os códigos de ética do ICOM (1986) e da UNESCO (1999a) buscam respaldo na Convenção da UNESCO

de 1970, que, sob a pretensão de ser um documento de caráter universal, tem como características a contradição e as crenças disfuncionais – e, em alguns casos, ingênuas.

Além da falta de consenso sobre o Código, que já impede seu cumprimento uniforme, os negociantes que optam por cooperar enfrentam obstáculos substanciais devido às diretrizes do Código, que impõem restrições operacionais significativas. A implementação das diretrizes do Código de Ética frequentemente demanda uma infraestrutura de compliance robusta, o que pode representar um ônus significativo para pequenos negociantes, reduzindo sua competitividade e limitando a flexibilidade operacional no mercado de bens culturais. A falta de clareza em determinadas seções do Código também pode levar a interpretações divergentes, comprometendo a uniformidade na aplicação das normas e gerando incertezas entre os participantes do mercado.

Além disso, a implementação das diretrizes do Código muitas vezes coloca os negociantes em uma posição desvantajosa no mercado global, em que concorrentes em países com regulamentações menos rigorosas podem operar com mais flexibilidade. Isso não só afeta a competitividade dos negociantes que seguem o Código, mas também pode, inadvertidamente, incentivar o mercado paralelo, no qual menos escrúpulos na proveniência dos objetos podem levar a uma maior lucratividade. Por exemplo, negociantes que aderem estritamente às normas do Código podem perder oportunidades de adquirir e vender peças valiosas que não possuem documentação completa devido à sua antiguidade ou às circunstâncias de sua descoberta. Esta situação é particularmente problemática para peças que foram coletadas ou descobertas antes da implementação das normas atuais, para as quais a documentação histórica pode ser inexistente ou incompleta (Mourão, 2023).

Além disso, a necessidade de manter uma infraestrutura de compliance robusta inclui custos com treinamento de pessoal, sistemas de gestão de inventário que assegurem a rastreabilidade dos objetos e seguros que cubram potenciais litígios relacionados à proveniência das peças. Tais investimentos podem ser proibitivos para pequenas empresas, que encontram dificuldades em amortizar tais custos sem comprometer sua viabilidade financeira. Essa disparidade cria um campo desigual no qual grandes entidades com mais recursos podem se adaptar e prosperar, enquanto negociantes menores

podem se ver forçados a abandonar o mercado ou operar em uma zona cinzenta de conformidade (Hardy, 2016).

Portanto, enquanto o Código de Ética da UNESCO (1999a) é louvável em sua intenção de promover práticas éticas no comércio de bens culturais, as implicações práticas de sua aplicação apresentam desafios significativos que necessitam de uma revisão crítica. Possivelmente, serão necessários também ajustes nas normas, para assegurar que todos os negociantes possam operar em um ambiente justo e competitivo, sem comprometer os objetivos de proteção dos sítios de interesse arqueológico.

À medida que avançamos na análise das implicações do Código de Ética da UNESCO, torna-se crucial explorar como essas normativas se traduzem em práticas de governança efetivas no comércio de bens culturais. A próxima seção, portanto, é dedicada a desvendar os desafios enfrentados pelos negociantes de arte e antiguidades, bem como as estratégias de governança que podem ser adotadas para melhorar a adesão ao Código e otimizar as práticas comerciais no cenário global.

5. DESAFIOS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA NO COMÉRCIO DE BENS CULTURAIS

No comércio de arte e antiguidades, a governança corporativa responsável e ética é essencial para assegurar que as operações comerciais sejam conduzidas de forma legal e ética (OECD, 2015). Esta governança é fundamental não apenas para proteger a integridade do mercado e de seus operadores legítimos, mas também para prevenir a comercialização de objetos adquiridos ilegalmente, especialmente aqueles provenientes de escavações não autorizadas ou de roubos de instituições culturais e coleções privadas.

As práticas de compliance, particularmente as relacionadas à due diligence conforme delineadas pelo código de ética da UNESCO, enfrentam desafios significativos. A exigência de comprovação de proveniência e a documentação associada tornam o compliance uma tarefa desafiadora no mercado de antiguidades (Van der Lande, 2018). Historicamente, transações nesse mercado raramente envolviam a troca de documentos formais, complicando a tarefa de verificar a legalidade dos objetos conforme os padrões atuais. O cenário sublinha a dificuldade de implementar práticas de due diligence rigorosas em um mercado no

qual a documentação formal não era comum (Bennett, 2013).

Um exemplo prático dessa implementação pode ser visto na iniciativa do Art Loss Register (ALR) (Art Loss, 2021), uma base de dados internacional que registra obras de arte roubadas, perdidas e contestadas. Negociantes de arte e casas de leilão frequentemente consultam o ALR para verificar a proveniência das peças, antes de comprar ou vender, garantindo assim que não estejam lidando com itens ilícitos. Esse sistema promove a transparência no mercado de arte, oferecendo uma forma eficaz de compliance que ajuda a impedir o tráfico de artefatos roubados e protege tanto os comerciantes quanto os compradores de potenciais litígios e danos à reputação (Sease, 2007).

É crucial, portanto, reconhecer e abordar essas dificuldades ao desenvolver e aplicar políticas de governança. Enquanto o conceito de patrimônio cultural pode evocar ideias de bens sob domínio público para muitos, no contexto do comércio de antiguidades, estes objetos são considerados patrimônio privado. Para os comerciantes, os artefatos são propriedades privadas de interesse histórico e cultural, cuja negociação é vista como uma transação de mercado legítima.

Implementar uma governança corporativa responsável e ética, portanto, não é apenas uma questão de cumprir obrigações legais ou morais; é uma necessidade estratégica para proteger tanto o valor comercial quanto o histórico dos objetos negociados. Assegurando que todas as transações sejam transparentes e verificáveis, mesmo diante de desafios significativos, os comerciantes podem sustentar um mercado robusto e confiável, onde tanto vendedores quanto compradores possam operar com segurança e confiança.

Os comerciantes de arte e antiguidades têm expressado repetidamente sua condenação à pilhagem e à destruição de sítios de interesse arqueológico, seja no Oriente Médio, nas Américas Central ou do Sul, ou em qualquer outro lugar. Eles enfatizam que a forma mais eficaz de preservar tanto os artefatos quanto as informações que eles portam é protegendo os locais de interesse histórico e arqueológico, conforme estipulado no Artigo 5º da Convenção da UNESCO de 1970 – regra que foi integralmente apoiada por arqueólogos e conservacionistas durante a formulação do tratado (International Association of Dealers in Ancient Art [IADAA], 2017).

Contudo, implementar essa proteção carrega obstáculos significativos. Muitos governos dos países signatários argumentam que a proteção efetiva desses sítios seria dispendiosa e, em alguns casos, operacionalmente inviável. Diante da dificuldade de controlar os saques diretamente na origem, esses governos optaram por regulamentar o mercado de arte e de antiguidades. Essa regulamentação, no entanto, tem sido criticada por ser desproporcional, equivocada e prejudicial, tanto para os sujeitos envolvidos no mercado quanto para a preservação dos bens culturais que deveriam ser protegidos (Geerling, 2017).

Essa abordagem regulatória, ao invés de seguir um modelo de acesso compartilhado que poderia democratizar a custódia e o benefício desses objetos, muitas vezes resulta em políticas que não apenas falham em deter a pilhagem, mas também complicam o legítimo comércio de artefatos que já estão em circulação. A crítica dos negociantes sugere que uma estratégia mais balanceada e menos restritiva poderia ser mais eficaz tanto para proteger os sítios arqueológicos quanto para permitir o comércio responsável de objetos antigos (Merryman, 2005).

Os comerciantes de artes e antiguidades ressaltam que os princípios éticos que orientam a sua conduta profissional estão alicerçados na visão cosmopolita da propriedade cultural apresentada no preâmbulo da Convenção de Haia de 1954 (IADAA, 2017). Essa visão rejeita a ideia de que as nações modernas possam reivindicar uma propriedade pré-constituída sobre as artes e os objetos do passado, bem como contrasta com a posição de muitos arqueólogos que frequentemente se posicionam como os guardiões exclusivos e legítimos da herança cultural. Diferentemente dos arqueólogos, que muitas vezes apoiam legislações restritivas, os comerciantes defendem uma abordagem mais inclusiva e aberta, aceitando a contribuição de múltiplos atores na preservação e na divulgação da herança cultural. Esta postura dos comerciantes desafia as normativas internacionais que favorecem restrições rigorosas, promovendo um debate sobre a possibilidade de os objetos oriundos de escavações arqueológicas circularem livremente pelo mercado, o que poderia contribuir para uma gestão mais equitativa e democrática da Herança Cultural da Humanidade (Merryman, 2005).

Em resumo, para que o Código de Ética alcance seus objetivos de promover um comércio responsável e ético de bens culturais, é fundamental que as críticas

e os desafios identificados sejam abordados por meio de uma colaboração mais forte entre a UNESCO, os governos e os próprios negociantes. Isso inclui aprimorar a clareza das diretrizes, fornecer exemplos práticos para facilitar a aplicação do Código e reforçar os mecanismos de fiscalização e cooperação internacional.

À medida que avançamos para a conclusão deste estudo, é essencial refletir acerca das críticas fundamentais dirigidas ao sistema ético proposto pelas normativas da UNESCO, incluindo o Código de Ética para Negociantes de Bens Culturais (UNESCO, 1999a). As análises apresentadas revelaram lacunas significativas e desafios práticos que questionam a eficácia dessas normativas em regular o comércio de arte e antiguidades de forma justa e eficiente. Na conclusão, examinamos as implicações dessas críticas e discutimos medidas futuras ligadas à reformulação dessas normas para promover um comércio mais ético e responsável.

CONCLUSÕES

Este estudo analisou criticamente o Código de Ética da UNESCO para Negociantes de Bens Culturais de 1999, um documento que destaca sua interação com as práticas de governança corporativa e os desafios de compliance no comércio de antiguidades e arte. Observamos que, apesar das intenções construtivas do Código de Ética, a sua efetividade é frequentemente comprometida por uma questão fundamental que o senso comum não absorve completamente. Os comerciantes de arte e antiguidades, frequentemente retratados como antagonistas pelo establishment arqueológico, desempenham um papel significativo na conservação de objetos históricos por meio de um comércio centenário, utilizando suas habilidades, recursos e incentivos econômicos. Este papel é particularmente significativo quando consideramos que muitos objetos em mãos privadas, apesar de serem antiguidades valiosas, são classificados pela UNESCO e pelos arqueólogos apenas como objetos de arte, não como objetos arqueológicos – uma categoria reservada para itens extraídos diretamente de sítios arqueológicos por arqueólogos (Rothfield, 2009).

Os comerciantes, muitas vezes, possuem habilidades especializadas e acesso a recursos que garantem a manutenção e a restauração de objetos culturais em um nível comparável ou superior ao de algumas instituições estatais. A preservação de um objeto não só é uma prática ética desejada, mas também um fator que pode

aumentar significativamente seu valor de mercado (Giuliani, 2004). Esse incentivo econômico para manter os artefatos em excelente estado desafia a noção de que apenas museus ou entidades governamentais estão equipados para essa tarefa.

Além disso, os comerciantes frequentemente facilitam o acesso público a bens culturais através de exposições e vendas, contribuindo para a educação e apreciação cultural em larga escala. Por meio de parcerias com museus e outras instituições culturais, eles ajudam a enriquecer o conhecimento público sobre o patrimônio cultural e promover a troca intercultural. Essas iniciativas destacam como os comerciantes podem operar dentro de um quadro de compliance, seguindo regulamentações que promovem transparência e responsabilidade na gestão de bens históricos e culturais.

Os princípios éticos que orientam a conduta profissional desse grupo transcendem as normas jurídicas, estando profundamente ancorados em uma visão cosmopolita da propriedade cultural. Essa perspectiva foi primeiramente delineada no preâmbulo da Convenção de Haia de 1954, para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado e seus protocolos, que promove uma visão dos objetos do passado como patrimônio universal, comum a toda a humanidade, independentemente do povo a que pertençam ou mesmo do território onde estejam localizados (Merryman, 1986). Tal visão permite interpretar que as nações modernas não devem reivindicar uma propriedade pré-constituída sobre as artes e os objetos do passado, desafiando também a concepção de que os arqueólogos sejam os únicos guardiões legítimos desses objetos em nome de toda a humanidade (Mourão, 2015).

Os comerciantes frequentemente enfrentam legislações restritivas originadas pela UNESCO e pelos Estados sob sua supervisão, as quais visam impedir a manipulação comercial de objetos provenientes de escavações arqueológicas, inclusive aquelas conduzidas de maneira controlada e legal por arqueólogos com financiamento estatal, classificando a comercialização desses bens como roubo sob diversos estatutos jurídicos nacionais. Como os Estados não possuem meios eficazes para determinar de imediato a origem de cada objeto cultural, a presunção adotada é de que qualquer item de interesse arqueológico possa ter sido escavado ilegalmente, colocando todos sob suspeição até que se prove o contrário. Esse critério amplia de modo significativo as restrições, limitando drasticamente a

capacidade dos comerciantes de operar legalmente no mercado e restringindo seu acesso aos objetos cuja proveniência arqueológica não possa ser descartada com certeza.

A complexidade regulatória se intensifica quando comerciantes de arte e antiguidades defendem que as leis nacionais deveriam espelhar os princípios da Convenção de Haia (UNESCO, 1954), que promove uma visão cosmopolita do patrimônio cultural como comum a toda a humanidade. Essa perspectiva se choca com as abordagens mais restritivas da Convenção UNIDROIT (UNESCO, 1995) e dos códigos de ética do ICOM (1986) e da UNESCO (1999a), todos inspirados pela Convenção de 1970, que busca uma proteção universal e rigorosa dos sítios arqueológicos e de seus artefatos. Essa discrepância entre os princípios de “universalidade” propostos e as realidades legais e culturais divergentes de cada país resulta em conflitos e mal-entendidos significativos, especialmente no que tange à propriedade e ao manejo de objetos de valor arqueológico. As tensões entre a proteção internacional e os direitos de propriedade local criam um cenário desafiador para a aplicação equilibrada dessas normas globais, complicando o comércio legal de artefatos culturais.

Esta desconexão indica que o Código de Ética, como instrumento de regulação, pode ser insuficiente para abordar todas as complexidades envolvidas no comércio de bens culturais. Além disso, ele pode não atender plenamente à aspiração por uma governança corporativa responsável e ética em setores que vão desde museus e galerias até leilões e feiras de antiguidades. Em resumo, o Código de Ética da UNESCO (1999a) foi projetado primariamente para impedir que objetos retirados indevidamente de sítios arqueológicos (o que a UNESCO equipara a um roubo) sejam inseridos no comércio internacional. A UNESCO tem como objetivo primário proteger sítios e objetos arqueológicos de escavações não autorizadas, visando mitigar o impacto dessas atividades sobre o patrimônio arqueológico.

Com efeito, a falta de um consenso claro sobre como os princípios cosmopolitas devem ser integrados nas leis nacionais limita a capacidade do código de promover práticas éticas de maneira consistente e eficaz. Além disso, ao enquadrar os arqueólogos como guardiões exclusivos da herança cultural, o código pode inadvertidamente marginalizar outros atores importantes no campo cultural, como os próprios negociantes de arte, que também desempenham

um papel crucial na preservação e disseminação do conhecimento cultural.

Portanto, para que o Código de Ética da UNESCO (1999a) seja verdadeiramente eficaz, seria necessário não apenas revisar suas premissas e adequá-las à complexidade do panorama cultural global contemporâneo, mas também fomentar um diálogo mais inclusivo e abrangente entre todos os stakeholders envolvidos. Isso incluiria uma reavaliação de como as noções de propriedade e custódia cultural são percebidas e regulamentadas internacionalmente, assegurando que o código não apenas responda às necessidades de governança, mas também respeite e celebre a diversidade cultural global. Essa conclusão precisa levar em conta também os princípios de governança corporativa e compliance.

Para integrar efetivamente os princípios de governança corporativa e compliance, é essencial que o Código não apenas promova a conformidade com as normas éticas estabelecidas, mas também assegure que as práticas de governança sejam consistentemente aplicadas em todas as operações. Isso envolve tanto o cumprimento das leis quanto a implementação de sistemas robustos de gestão de riscos, auditorias regulares e treinamentos contínuos, para garantir que todos os envolvidos compreendam suas responsabilidades e os padrões éticos esperados. Com essas estratégias, o Código poderia não apenas prevenir violações éticas e legais, mas também fortalecer a confiança pública na integridade do comércio de bens culturais. Portanto, é fundamental estabelecer um quadro regulatório que, ao mesmo tempo, reconheça a existência de um vasto e rico acervo centenário em mãos privadas e integre as operações comerciais desses negociantes dentro das estratégias de governança e compliance relacionadas à preservação de sítios de interesse arqueológico e dos objetos oriundos destes sítios.

A implementação de normas claras e juridicamente vinculativas, que promovam práticas comerciais éticas e legalmente sustentáveis, é crucial para assegurar a colaboração efetiva entre comerciantes, instituições culturais e órgãos reguladores. Essas regulamentações tendem a ajudar a mitigar os riscos associados ao tráfico ilícito de novos bens culturais e a reforçar o papel construtivo que os comerciantes podem desempenhar na conservação dos artefatos já existentes em coleções privadas.

BIBLIOGRAFIA

Argyropoulos, V., Polikreti, K., Simon, S., Charalambous, D. (2011) Ethical issues in research and publication of illicit cultural property. *J. Cult. Herit.* 12(2), 214-219. <https://doi.org/10.1016/j.culher.2010.09.007>.

Art Loss, (2021) Register. <https://www.artloss.com/register/> (acessado em 28 de março de 2025).

Bardon, A. (2020) Wide angle: 50 years of the fight against the illicit trafficking of cultural goods. *The UNESCO Courier* 2020, 5-8. <https://doi.org/10.18356/202d3744-en>.

Bator, P. (1983) *The international trade in art*. University of Chicago Press, Chicago.

Boardman, J. (2009) Archaeologists, collectors and museums. In: Cuno, JB (Ed.), *Whose Culture? The Promise of Museums and the Debate over Antiquities*. Princeton University Press, Princeton, pp. 107-124.

Bruhns, KO, Brodie, N., Doole, J., Renfrew, C. (2001) Trade in illicit antiquities: The destruction of the world's archaeological heritage. *J. Field Archaeol.* 28(1/2), 222. <https://doi.org/10.2307/3181473>.

Geerling, V. (2017) *Open letter to Irina Bukova, Director General of UNESCO*. International Association of Dealers in Ancient Art, Amsterdam, 11-05-2017.

Giuliani, L. (2004) Archäologische Bodenfunde als nationale Kulturgüter. In: Heilmeyer, W.-D., Eule, JC (Eds.), *Illegale Archäologie?* Staatliche Museen zu Berlin, Berlin.

Hardy, S. (2016) The law and the ethics of museum acquisitions. *Museum Manag. Curatorship* 31(1), 1-27.

International Association of Dealers in Ancient Art [IADAA] (2017) *What really happened with Operation Pandora?* IADAA Investigates. <https://iadaa.org/wp-content/uploads/2016/05/IADAA-investigates-operation-Pandora-Executive-summary-with-pictures-28-03-2017.pdf> (acessado em 28 de março de 2025).

Merryman, J.H. (1986) Two ways of thinking about cultural property. *Am. J. Int. Law* 80(4), 831-853. <https://doi.org/10.2307/2202065>.

Merryman, J.H. (2003) Cultural property ethics: The balance between market and preservation. *Stanford Law Rev.* 55(6), 2141-2155.

Merryman, J.H. (2005) A licit international trade in

cultural objects. In: Gibbon, K.F. (Ed.), *Who Owns the Past? Cultural Policy, Cultural Property, and the Law*. Rutgers University Press, New Brunswick.

Mourão, HA, (2015) Patrimônio cultural é da humanidade? J. Estado de Minas, *Caderno Opinião*, 24 de março.

Mourão, HA, (2017) Implicações da Convenção da UNESCO de 1970 para a posse e gestão privada dos bens móveis da antiguidade. *REPATS – Rev. Estud. Pesqui. Avançadas Terceiro Setor* 4(1), 842-867.

Mourão, HA, (2023) Las controversias actuales en torno al coleccionismo y el comercio de antigüedades. *Ratio Iuris. Rev. Direito* 11(2), 17-46. <https://publicacionescientificas.uces.edu.ar/index.php/ratioiurisB/article/view/1648> (acessado em 28 de março de 2025).

O'Keefe, P.J. (1997) *Trade in Antiquities: Reducing Destruction and Theft*. UNESCO Publishing.

Owen, D.I. (2009) Censoring knowledge: The case for the publication of unprovenanced cuneiform tablets. In: Cuno, JB (Ed.), *Whose Culture? The Promise of Museums and the Debate over Antiquities*. Princeton University Press, Princeton and Oxford.

Rothfield, L. (2009) Orphan antiquities study. <http://larryrothfield.blogspot.com/2009/11/orphan-antiquities-study.html> (acessado em 28 de março de 2025).

Sease, C. (2007) Faking pre-Columbian artifacts. *AIC Objects Spec. Group Postprints* 14, 146-160. <http://resources.culturalheritage.org/wp-content/uploads/sites/8/2015/02/osg014-09.pdf> (acessado em 28 de março de 2025).

Van der Lande, J. (2018) *The problem with provenance and what we can do about it*. Antiquities Dealers' Association. <https://theadaco.uk/the-problem-with-provenance-and-what-we-can-do-about-it/> (acessado em 28 de março de 2025).

FONTES DE INFORMAÇÃO

Confédération Internationale des Négociants d'Oeuvres d'Art [CINOA], 2024. Code of Ethics. <https://www.cinoa.org/code-of-ethics> (acessado em 28 de março de 2025).

International Council of Museums [ICOM], 1986. Code of Ethics for Museums. <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/code-of-ethics/> (acessado em 28 de março de 2025).

Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD], 2015. Compliance and ethics programs: Guidance for companies. OECD. <http://www.oecd.org> (acessado em 28 de março de 2025).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1999a. Code of Ethics for Dealers in Cultural Property. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000121320?posInSet=8&queryId=1adbd9d4-08f9-49f9-8ef1-45325c3e7d15> (acessado em 28 de março de 2025).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 12-14 de novembro 1970. Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais. <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001606/160638por.pdf> (acessado em 28 de março de 2025).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 2 de novembro de 2001. UNESCO. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000126065> (acessado em 28 de março de 2025).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 14 de maio de 1954. Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and Protocols (Convenção de Haia). <https://en.unesco.org/protecting-heritage/convention-and-protocols/1954-convention> (acessado em 28 de março de 2025).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1978. Intergovernmental Committee for Promoting the Return of Cultural Property to its Countries of Origin or its Restitution in case of Illicit Appropriation (ICPRCP). "Return & Restitution" Intergovernmental Committee. <https://www.unesco.org/en/fight-illicit-trafficking/return-and-restitution> (acessado em 28 de março de 2025).

[restitution](#) (acessado em 28 de março de 2025).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], Nairobi, 26 de outubro - 30 de novembro de 1976. Recommendation concerning the International Exchange of Cultural Property. <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/recommendation-concerning-international-exchange-cultural-property> (acessado em 28 de março de 2025).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1994-1995. Report by the Intergovernmental Committee for Promoting the Return of Cultural Property to its Countries of Origin or its Restitution in Case of Illicit Appropriation, on its activities. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000101444> (acessado em 28 de março de 2025).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1999b. Resolución 27/99 (Records of the General Conference 30th Session. Paris, 26 de outubro - 17 de novembro de 1999). <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000118514> (acessado em 28 de março de 2025).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 24 de junho de 1995. UNIDROIT Convention on Stolen or Illegally Exported Cultural Objects. Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado [UNIDROIT] & <https://www.unidroit.org/instruments/cultural-property/1995-convention/> (acessado em 28 de março de 2025).

Conheiras de Vila de Rei: Geoarqueologia, Património e Desenvolvimento Sustentável

Recebido em:
27 de Abril de 2025
Aceite em:
18 de Junho de 2025
Publicado em:
28 de Julho de 2025

HUGO GOMES^{A,B,C}, RITA FERREIRA ANASTÁCIO^{A,B,C}, BRUNO CARDOSO^D, ANA ROSA CRUZ^{†A},

^A Instituto Politécnico de Tomar

^B Instituto Terra e Memória, Mação

^C Centro de Geociências, Portugal

^D Câmara Municipal de Vila de Rei

Email: hugo.hugomes@gmail.com

In memoriam Ana Rosa Cruz

RESUMO

Key-words:

Conheiras;
Geoarqueologia;
Turismo Cultural;
Médio Tejo Português.

Este artigo apresenta um estudo abrangente que investiga as evidências históricas da mineração aluvial de ouro nos municípios de Vila de Rei, Abrantes e Mação, em Portugal, e o seu potencial para o turismo geoarqueológico. Oferece uma análise aprofundada das características geológicas e geomorfológicas da Região Centro de Portugal, com foco principalmente nas formações sedimentares conglomeráticas associadas aos depósitos de ouro. O artigo analisa os aspetos da exploração do ouro e o seu impacto na ocupação humana nessas regiões. Com ênfase no património cultural, o artigo descreve as atividades de mineração de ouro na região do Tejo Médio em Portugal durante diferentes períodos históricos. Além disso, elucida as evidências da mineração de ouro romana através da presença de «conheiras» ou estruturas hidráulicas. O artigo conclui propondo a promoção do turismo geoarqueológico para o desenvolvimento socioeconómico, enfatizando a importância da mineração histórica de ouro.

ABSTRACT

Palavras-chave:

Conheiras;
Geoarchaeology;
Cultural Tourism;
Portuguese Middle Tagus.

This article presents a comprehensive study investigating the historical evidence of alluvial gold mining in the municipalities of Vila de Rei, Abrantes, and Mação, in Portugal, and its potential for geoarchaeological tourism. It offers an in-depth analysis of the geological and geomorphological characteristics of the Central Region of Portugal, focusing mainly on the conglomerate sedimentary formations associated with gold deposits. The article analyses aspects of gold mining and its impact on human occupation in these regions. With an emphasis on cultural heritage, the article describes gold mining activities in the Middle Tagus region of Portugal during different historical periods. In addition, it elucidates the evidence of Roman gold mining through the presence of “conheiras” or hydraulic structures. The article concludes by proposing the promotion of geoarchaeological tourism for socio-economic development, emphasising the importance of historical gold mining.

1. INTRODUÇÃO

O concelho de Vila de Rei, situado no centro geodésico de Portugal, guarda nos seus vales e encostas testemunhos silenciosos de uma atividade económica que moldou profundamente a paisagem e a história da região: a mineração aurífera. Entre estes vestígios destacam-se as conheiras, estruturas resultantes da exploração do ouro aluvionar, particularmente associadas ao período romano.

O Executivo Municipal de Vila de Rei, em 2015, aprovou o Protocolo de Cooperação entre o Município e o

Instituto Politécnico de Tomar (IPT), com objetivo de criar condições para inserir as Conheiras de Vila de Rei num Plano Especial de Ordenamento do Território, com vista à sua classificação como ‘Conjunto de Interesse Nacional ou Público’ (fig. 1). A proposta de protocolo previa que o IPT elaborasse um relatório detalhado das atividades desenvolvidas a nível do levantamento arqueológico, ambiental e geológico das Conheiras de Vila de Rei, para que a autarquia vilarregense pudesse preparar um dossier de candidatura do seu património. O protocolo estabeleceu ainda um quadro de

cooperação institucional entre as duas entidades, como a possibilidade do IPT ministrar ciclos de estudos e ações de formação no Concelho de Vila de Rei, divulgação da oferta de formação de Técnicos Superiores Profissionais (de Licenciatura e Mestrado) junto da comunidade escolar de Vila de Rei ou a cedência mútua de espaços para a realização de atividades de ensino e formação a desenvolver em Vila de Rei ou nas instalações do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), garantindo que o património geoarqueológico possa ser adequadamente preservado e valorizado. Em 2015, sob a supervisão de Ana Rosa Cruz, foi assim realizado o levantamento geoarqueológico sistemático das conheiras ainda existentes no território vilarregense. Esta investigação permitiu identificar, mapear e caracterizar cerca de 50 conheiras ao longo do rio Codes e dos seus afluentes, revelando não só a densidade e diversidade destas formações como também a sua importância no contexto nacional.

Este artigo propõe-se a descrever detalhadamente o trabalho realizado durante esse levantamento,

contextualizando historicamente a mineração do ouro na região, apresentando a metodologia adotada e discutindo os principais resultados obtidos. Para além disso, pretende-se refletir sobre o papel das “Conheiras” enquanto património multifacetado - arqueológico, geológico, biológico e imaterial - e o seu potencial enquanto recurso para o desenvolvimento regional sustentável, destacando iniciativas recentes desenvolvidas nos Passadiços do Penedo Furado, que integram e valorizam este legado de forma acessível ao público e incrementam a economia local, através do fomento do turismo, educação e envolvimento comunitário.

2. CONTEXTO GEOLÓGICO

A região abordada é um ponto de convergência geológica e geotectónica situada entre o Maciço Antigo de cariz metamórfico, o Maciço Calcário Estremenho da Bacia Lusitaniana e a Bacia Cenozoica do Baixo Tejo.

O Complexo Xisto-Grauváquico, também conhecido

VILA DE REI – Município e Instituto Politécnico de Tomar assinam protocolo com vista à classificação das Conheiras

 Rádio Hertz  4 anos atrás



Figura 1: Comunicação Regional sobre o protocolo de colaboração CMVR-IPT (fonte: Rádio_Hertz 24/06/2021 - <https://radiohertz.pt/vila-de-rei-municipio-e-instituto-politecnico-de-tomar-assinaram-protocolo-com-vista-a-classificacao-das-conheiras/>).

como Supergrupo Dúrico-Beirão, é uma grande série de rochas metassedimentares (essencialmente xistos e metagrauvaques, intercalados por quartzitos, metaconglomerados) depositadas num ambiente marinho durante os períodos Ediacariano e o Câmbrio. Estas formações foram-se depositando como espessas camadas de sedimentos, que posteriormente foram emersos e dobrados, aquando da interrupção desse regime tectónico de extensão por eventos compressivos (Dias et al., 2023).

Entre os elementos mais significativos figuram o xisto ou o quartzito, os fósseis ou mesmo a “Bicha Pintada”, bem como os depósitos sedimentares do Cenozóico. Xisto (do grego σχιστόςschistós, ‘cindido’) é o nome genérico de vários tipos de rochas metamórficas facilmente identificáveis por serem fortemente laminadas. Em linguagem popular, em Portugal é também conhecida por “lousã”. A argila metamorfizada, devido ao aumento de pressão e temperatura (metamorfismo), torna-se primeiro um “xisto argiloso” (folhelho) e, em seguida, ao continuar o metamorfismo, passa a ardósia, que depois vira filito e finalmente passa a xisto. Ou seja, a sequência de formação é: *argila-folhelho (xisto argiloso) -ardósia-xisto*. O quartzito é uma rocha metamórfica cujo componente principal é o quartzo (mais de 75% como ordem de grandeza). Outros constituintes são a moscovite, biotite, sericite, turmalina, entre outros minerais. Algumas dos níveis (camadas quartzíticas) apresentam fósseis de cruziana. Os fósseis de cruziana resultam da atividade de trilobites, (organismos marinhos antigos), encontrados no Penedo dos Corvos em Vila de Rei. Estas marcas, deixadas pela movimentação destes animais no leito marinho, são testemunhos pré-históricos e naturais do património geológico e paleontológico da região.

A “Bicha Pintada” em Vila de Rei é uma formação rochosa fossilizada, estima-se que tenha mais de 480 milhões de anos e está incrustada numa camada de quartzito cinzento-escuro, interpretada como tendo sulcos produzidos pela atividade de alimentação e deslocação de trilobites num fundo marinho arenoso. A população local associa ainda este elemento a uma lenda que conta a história de um encontro entre uma pastora e uma moura, que teria ficado gravado na rocha. Mitos, contos e lendas que foram passando de geração em geração, fazem também parte da História do Município de Vila de Rei e deixam a imaginação popular aliar-se a este património único. Os Depósitos Sedimentares do Cenozoicos são compostos por produtos residuais

concentrados de unidades de natureza conglomerática, que resultaram da decomposição das formações designadas por Conglomerados da Lousã (Romão, 2000, 2006) e por Conglomerados de Rio de Moinhos e Conglomerados de Serra de Almeirim (Barra et al., 2000).

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA EXPLORAÇÃO AURÍFERA

Tendo por base estudos anteriores, foram identificadas importantes evidências de povoamento humano e de encontro de civilizações, desde a Pré-História (Oosterbeek, 1997) até à Proto-História (Delfino, 2012), atingindo mesmo a Idade Romana (Batata, 2006). A exploração do ouro em território português remonta ao período pré-romano, mas é com a chegada do Império Romano que se verifica uma intensificação e sistematização desta atividade (Batata, 2006). A província da Lusitânia, particularmente as zonas interiores ricas em depósitos aluvionares, como os cursos de água da região centro, foi alvo de um aproveitamento intensivo dos seus recursos minerais. Através de métodos hidráulicos sofisticados, os romanos extraíram grandes quantidades de ouro, deixando como testemunho as conheiras — acumulações de seixos rolados resultantes da lavagem sistemática dos sedimentos auríferos (Delfino et al., 2011).

Vila de Rei, pela sua localização geográfica e geologia favorável, insere-se plenamente neste fenómeno. O rio Codes, com as suas águas constantes e margens ricas em depósitos auríferos, foi explorado exaustivamente. A toponímia local, referências em fontes históricas e, sobretudo, os vestígios físicos no terreno confirmam esta intensa atividade mineira (Batata, 2006). As conheiras, embora muitas vezes camufladas pelo coberto vegetal ou transformadas por práticas agrícolas e florestais, permanecem como traços materiais desta história de longa duração.

3.1 Conheiras

O ouro seria obtido principalmente pelo método hidráulico (fig.2), “que fazia uso de grandes quantidades de água para desagregar e lavar areias auríferas. As pedras arredondadas, cujo transporte pelas águas era facilitado pela forma esférica, eram separadas do ouro e empilhadas em acúmulos denominados conheiras ou barreiros” (Dinis, 2021). O método aproveitava a força da água corrente, que era desviada para depósitos de aluvião. Esta, ao lavar a terra, arrastava os sedimentos

mais leves, deixando para trás as pesadas partículas de ouro. De acordo com Cardoso (1989), “os seixos, uma vez separados dos sedimentos mais leves e do metal precioso, eram removidos para fora da zona de lavagem, formando amontoados conhecidos como monteiras ou conheiras, peculiares dos campos auríferos do Douro e Terva”. A tipologia predominante das conheiras corresponde a acumulações lineares de seixos rolados, com comprimentos que variam entre 30 e 150 metros e larguras médias de 5 a 15 metros. Em alguns casos, observam-se taludes artificiais, canais de derivação de água e indícios de estruturas de retenção, sugerindo um elevado grau de planeamento na exploração. O estado de conservação é variável: algumas conheiras permanecem praticamente intactas, enquanto outras foram parcialmente destruídas por intervenções

agrícolas, construção de infraestruturas ou plantações florestais intensivas. A análise espacial revelou uma correlação clara entre a localização das conheiras e a morfologia do terreno, privilegiando zonas de declive moderado, solos aluvionares e proximidade de nascentes ou confluências. Esta distribuição indica um conhecimento apurado das condições hidrológicas por parte dos mineradores antigos, bem como uma adaptação eficaz às especificidades do meio físico.

3.2 Metodologia Interdisciplinar de Levantamento Geoarqueológico

O levantamento geoarqueológico constitui uma abordagem fundamental para o estudo integrado do território e do património arqueológico em contexto

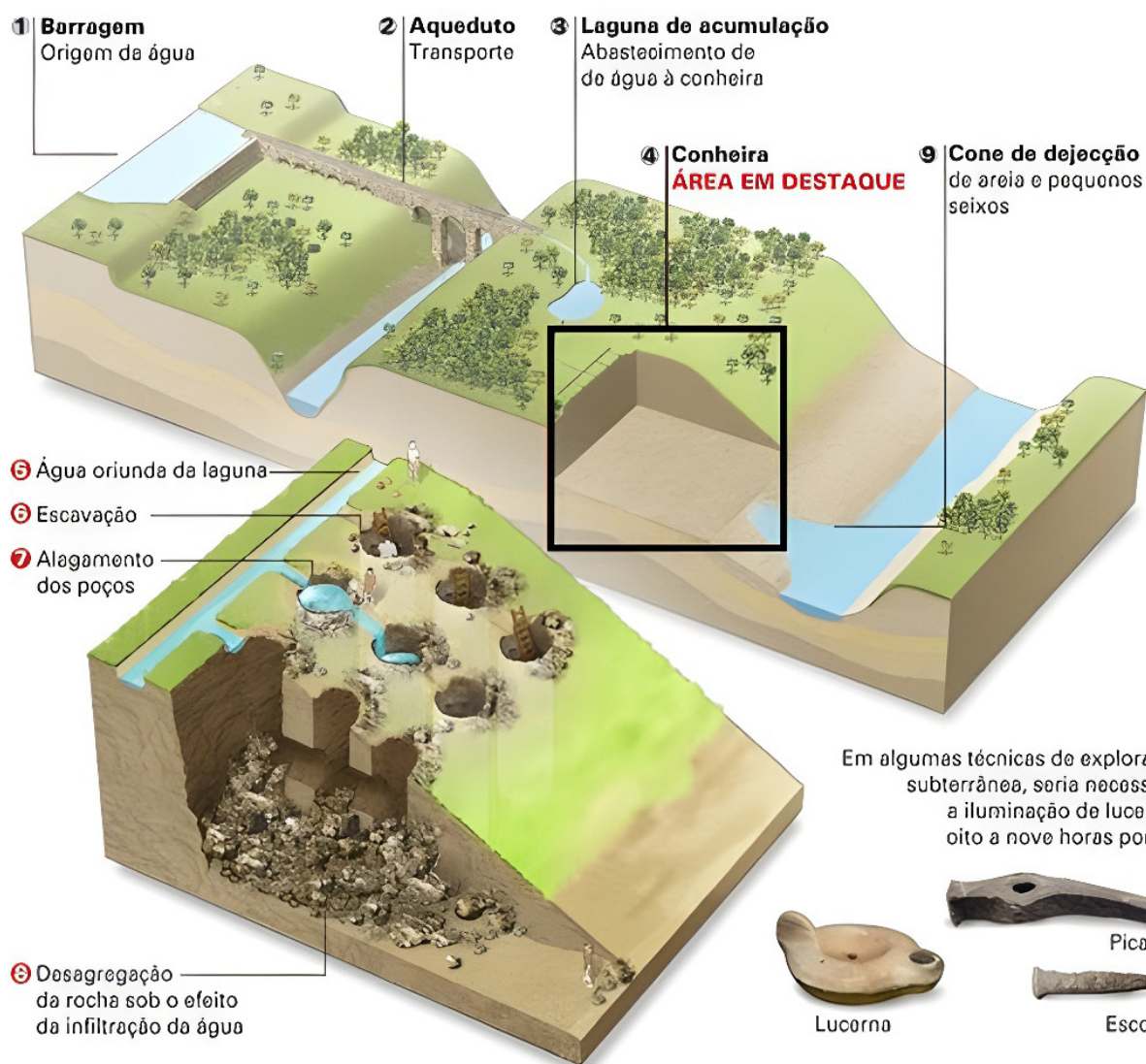


Figura 2: Esquema em quatro fases de Ruína montium operada pelos romanos: desflorestação, escavação de galerias e retenção e condução de águas. A paisagem apresenta os aquedutos, as cortas mineiras (frentes de mineração e amontoados de pedras-conheiras, os depósitos de inertes (areias e argilas), valas canais e cones de dejeção, entre outros (Pereira, 2007).

de paisagem. Assentando numa articulação rigorosa entre técnicas da Arqueologia, Geografia Física e Geociências, a metodologia desenvolvida neste processo visa maximizar a identificação, documentação e interpretação de sítios arqueológicos, privilegiando sempre a análise do contexto físico e ambiental em que os vestígios se inserem. Esta abordagem, proposta para o levantamento realizado em 2015 e adaptável a outros contextos, procura conjugar rigor científico com flexibilidade operacional, facilitando a sua replicação e contínua atualização metodológica:

a. Preparação do levantamento e planeamento interdisciplinar: a preparação de um levantamento geoarqueológico inicia-se com uma fase de planeamento pormenorizado. Nesta etapa, é constituída uma equipa multidisciplinar envolvendo arqueólogos, geólogos e, sempre que relevante, especialistas em SIG e processamento remoto.

O trabalho conjunto na definição de objetivos centrais e específicos permite adequar as metodologias à realidade do território e às questões de investigação.

b. Revisão Bibliográfica e Cartográfica: o primeiro passo concreto consiste na recolha, análise e síntese da informação bibliográfica e cartográfica disponível sobre a região. São consultados estudos arqueológicos prévios, relatórios técnicos, teses académicas, cartas geológicas e topográficas, ortofotomapas e mapas de uso do solo. A revisão bibliográfica direcionada permite identificar lacunas de conhecimento, sítios conhecidos, indicadores paleoambientais relevantes e áreas potencialmente promissoras para novos achados.

Simultaneamente, a exploração cartográfica facilita o reconhecimento preliminar de unidades geomorfológicas (planícies, terraços aluviais, encostas, cabeços), zonas de potencial alagamento, depressões e afloramentos rochosos.

c. Seleção de Áreas com Potencial Arqueológico: com base nas revisões efetuadas, são selecionados setores prioritários para a intervenção de campo. Este processo incorpora critérios como a facilidade de acesso, o historial de achados, a diversidade de unidade geológicas e geomorfológicas e a interpretação das evidências cartográficas e remotas.

No planeamento, são traçados itinerários para prospeção pedestre, definidos pontos de controlo para amostragem e estabelecidos os limites das áreas a analisar em função dos recursos humanos e logísticos

disponíveis. Exemplo prático: A sobreposição de cartas topográficas com ortofotomapas digitais permitiu à equipa delimitar as áreas prioritárias de prospeção e reconhecimento.

d. Integração de Imagens de Satélite, Ortofotomapas e Cartas Militares: recorre-se à interpretação e manipulação de imagens de satélite (ex. Sentinel, Landsat), ortofotomapas (ex. voos do INE ou do serviço cartográfico nacional) e cartas militares para refinar a análise do território e detetar anomalias superficiais ou padrões vegetacionais, hídricos e morfológicos sugestivos da presença de sítios arqueológicos ou de paleopaisagens. A utilização de SIG (Sistemas de Informação Geográfica) permite sobrepor variáveis ambientais, históricas e arqueológicas, produzindo mapas de probabilidade de ocorrência e facilitando a planificação e registo de campo.

e. Levantamento Topográfico e Geológico: no terreno, o levantamento topográfico é essencial para caracterizar a microtopografia, identificar variações de declive, exposições rochosas, paleosolos e estruturas erosivas. Instrumentos como GPS de alta precisão geram modelos digitais de elevação e imagens detalhadas, enquanto registos fotográficos georreferenciados documentam afloramentos e contextos sedimentares (Fig. 3). O levantamento geológico incide sobre a composição e estrutura das unidades rochosas, relevando relações estratigráficas e tectónicas que possam condicionar a preservação arqueológica. São registadas fendas, diaclasas, desconformidades, níveis de alteração pedogénica e intrusões, que podem explicar variações na distribuição dos vestígios.

f. Técnicas de Prospeção, Sondagem e Escavação: a prospeção pedestre, adaptada às características do terreno, procurou identificar materiais de superfície (cerâmicos, metais, manchas orgânicas) associados às paleossuperfícies.

g. Georreferenciação, SIG e Representação Cartográfica: todos os dados recolhidos foram registados num Sistema de Informação Geográfica, que constitui a base para análise espacial, produção de mapas temáticos e modelos de distribuição preditiva de sítios arqueológicos (conheiras). Os registos incluem atributos quantitativos (coordenadas, altimetria, entre outros), qualitativos (tipos artefactuais, estado de conservação), e documentais (fotografias, notas de campo). Foram produzidos mapas de síntese com a ocorrências de materiais, limites de áreas intervencionadas, rotas de prospeção e pontos de interesse patrimonial,

facilitando a compreensão integrada e a comunicação de resultados.

h. Interpretação Interdisciplinar dos Resultados: a etapa interpretativa envolve a síntese dos dados arqueológicos, geológicos, ambientais e culturais. A discussão baseada em evidências permite reconstruir o padrão de ocupação, identificar relações espaço-temporais entre sítios, entender dinâmicas de mobilidade, exploração de recursos e a alteração da paisagem.

i. Considerações Éticas, Legais e de Gestão do Patrimônio: todo o levantamento respeita os princípios éticos da Geoarqueologia, respeitando as comunidades locais, legislação vigente e requisitos de conservação do patrimônio. Foi garantido o registo, a salvaguarda e, sempre que pertinente, a divulgação pública dos achados. Protocolos de colaboração com autoridades nacionais, museus e universidades foram estabelecidos para assegurar a continuidade do estudo e a partilha do conhecimento.

j. Limitações, Desafios e Potencialidades da Metodologia: entre os constrangimentos decorrentes destacam-se: a densidade de vegetação, que dificultou a prospeção direta; a erosão ou deposição coluvionar, que redistribui os materiais. Contudo, esta abordagem foi particularmente eficaz neste território com baixa intervenção humana contemporânea, mas onde as estruturas geoarqueológicas são agora bem reconhecidas. A metodologia aqui detalhada proporciona um modelo robusto, flexível e replicável para a realização de levantamentos geoarqueológicos com forte integração interdisciplinar. A articulação metódica de revisões bibliográficas, análise cartográfica, prospeção de campo, técnicas laboratoriais e instrumentação geoespacial permite a identificação, proteção e valorização do patrimônio arqueológico, promovendo o avanço do conhecimento científico e a gestão sustentável dos recursos culturais e naturais. A fase de campo consistiu em prospeções pedestres sistemáticas ao longo das margens do rio Codes e dos seus afluentes. Cada estrutura identificada foi georreferenciada com recurso a GPS de alta precisão, fotografada e descrita em fichas normalizadas que incluíam dimensões, morfologia, estado de conservação e contexto paisagístico. Foi também realizado um registo em Sistema de Informação Geográfica (SIG), permitindo a criação de mapas temáticos e análises espaciais (Fig. 3 e 4). O levantamento contou com a colaboração de habitantes locais, cuja memória oral foi fundamental

para a identificação de zonas menos acessíveis e para o reconhecimento de nomes tradicionais associados às conheiras. Ana Rosa Cruz, enquanto coordenadora científica do projeto, assegurou a aplicação rigorosa dos métodos e a integração dos dados numa perspetiva histórica e patrimonial alargada. A recolha de testemunhos orais junto da população vilarregense não só facilitou o trabalho de localização de estruturas, como forneceu elementos valiosos do ponto de vista etnográfico. As narrativas sobre “os romanos que lavraram o ouro”, a designação tradicional de certos locais e as práticas comunitárias associadas à gestão da água ou à utilização posterior dos terrenos das conheiras revelam a permanência de uma memória coletiva que merece ser preservada e estudada como patrimônio imaterial (Gonçalves, 2013).

3.3 Caracterização das conheiras de Vila de Rei

O levantamento permitiu a identificação de aproximadamente 50 conheiras distribuídas ao longo de vários quilómetros da bacia hidrográfica do rio Codes. Estas estruturas apresentam grande diversidade morfológica, desde longas faixas paralelas ao curso de água, até pequenos núcleos isolados em zonas de afluência ou em socacos antigos.

3.4 Potencial patrimonial e estratégias de valorização

As conheiras de Vila de Rei constituem um patrimônio singular que combina valor arqueológico, interesse geomorfológico e importância etnográfica. A sua preservação não deve limitar-se a um registo técnico, mas integrar-se em políticas públicas de conservação ativa e de valorização cultural. Nesse sentido, o reconhecimento do seu valor pela comunidade científica e pelos decisores locais é um primeiro passo essencial para a sua proteção legal e inclusão em roteiros patrimoniais. O potencial das conheiras como recurso educativo e turístico é significativo. A sua distribuição ao longo de percursos ribeirinhos e zonas de grande beleza natural facilita a sua integração em projetos de turismo de natureza, como caminhadas interpretativas valorizando a componente educativa.

A valorização deste patrimônio deve basear-se em princípios de sustentabilidade e acessibilidade, promovendo o conhecimento da história local e o envolvimento das populações. Outras iniciativas municipais para o desenvolvimento local e regional, como por exemplo os reconhecidos “Passadiços do Penedo Furado”. Um exemplo bem-sucedido de integração entre patrimônio, paisagem e desenvolvimento local é



Figura 3: Modelo Digital do Terreno (MDT) com identificação das 50 conheiras identificadas no concelho de Vila de Rei, Portugal.

o projeto dos Passadiços do Penedo Furado. Localizados numa zona de elevada densidade de conheiras e outros vestígios mineiros, os passadiços oferecem aos visitantes uma experiência imersiva na geografia, biodiversidade e história da região. Através de sinalética interpretativa, painéis informativos e roteiros digitais, os passadiços promovem uma leitura enriquecida da paisagem, destacando os vestígios da mineração romana como elementos centrais do território. As

conheiras (fig.5) estão, neste momento, em processo de classificação Municipal, Nacional e Internacional pela União Europeia, prevendo-se para breve legislação que leve à sua proteção em toda a Europa.

A maravilha geoarqueológica das conheiras pode ser deslumbrada através do percurso pedestre 'Rota das Conheiras' (fig.6) de dificuldade média e que une a Aldeia do Xisto de Água Formosa à Praia Fluvial do Penedo Furado, em Vila de Rei, ao longo de

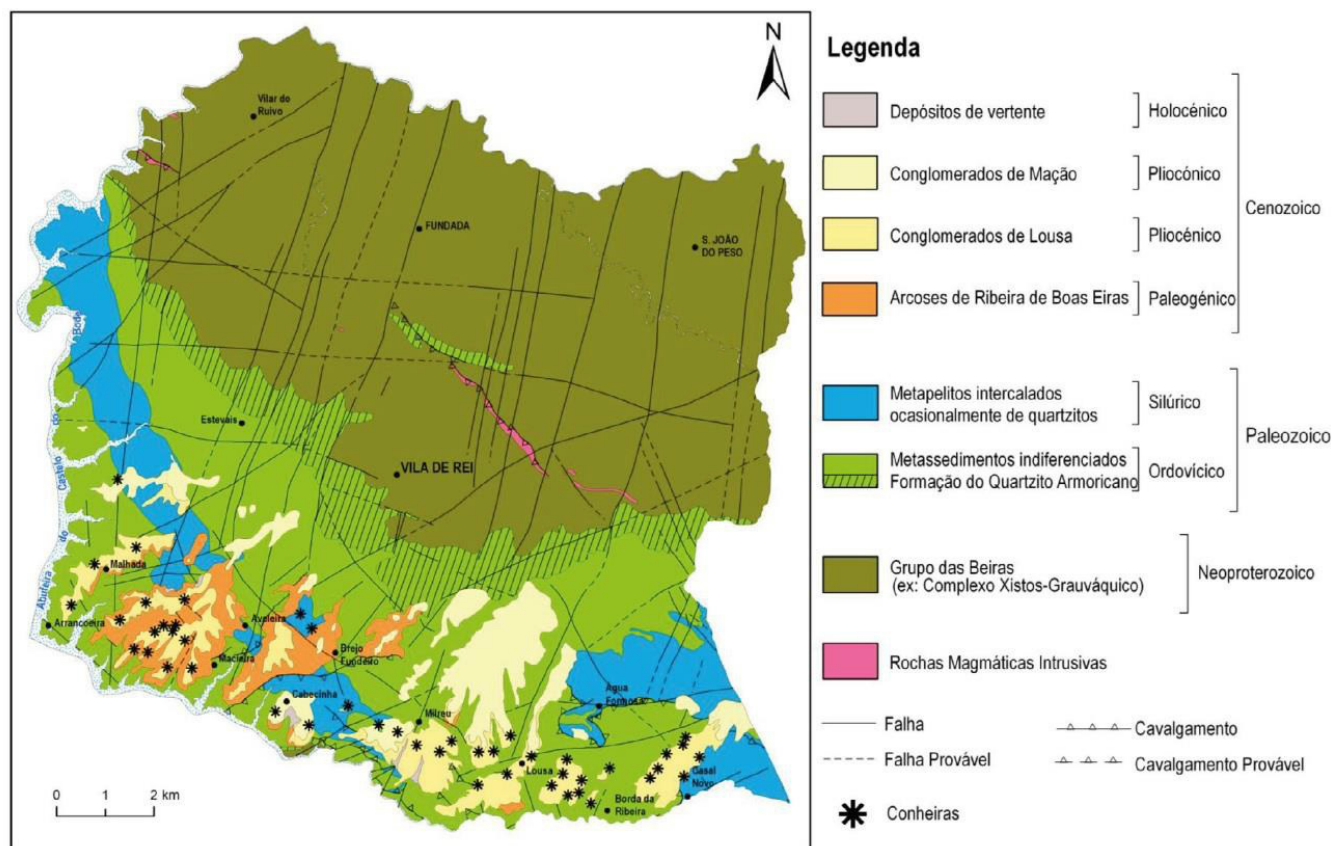


Figura 4: Esboço da carta geológica de Vila de Rei com a localização das conheiras na margem direita da ribeira de Codes e junto ao rio Zêzere, atendendo aos dados de Batata (2013), Romão et al. (2001) e Delfino et al. (2015).

aproximadamente 10 km. Os vestígios da exploração mineira que a presença romana desenvolveu durante quase um século na região de Vila de Rei, designados por “conheiras”, particularmente junto à Ribeira de Codes, assumem uma dimensão invulgar, conferindo à paisagem um carácter muito especial, diferente de toda a envolvente. Os vestígios da exploração de ouro em Vila de Rei ocupam toda a zona centro e sul do concelho, e ocupam uma área de cerca de metade de um total de 194 quilómetros quadrados que constituem aquele município do distrito de Castelo Branco.

Este tipo de iniciativa tem contribuído para o aumento do turismo em Vila de Rei, dinamizando a economia local através da criação de alojamentos, restauração e atividades de animação turística. Além disso, reforça o sentimento de pertença da população, que reconhece o valor do seu património e participa ativamente na sua preservação. A articulação entre investigação científica e políticas de desenvolvimento territorial é, assim, uma via promissora para transformar o conhecimento arqueológico em motor de revitalização económica e cultural (Carvalho e Matias, 2019).

CONCLUSÃO

O levantamento geoarqueológico das conheiras de Vila de Rei, realizado em 2015 sob a coordenação de Ana Rosa Cruz, constitui um contributo relevante para o conhecimento da mineração antiga em território português e para a valorização de um património muitas vezes negligenciado. A documentação sistemática destas estruturas, aliada à sua leitura histórica e etnográfica, permite não só preservar a memória de uma atividade com profundas marcas na paisagem, como também potenciar usos contemporâneos que conciliem conservação, educação e desenvolvimento sustentável. As conheiras não são apenas testemunhos do passado: são recursos do presente e oportunidades para o futuro. Através de iniciativas como os Passadiços do Penedo Furado, demonstra-se que é possível articular ciência, cidadania e economia numa lógica de território vivo e inclusivo. Resta agora reforçar estas práticas, alargar os modelos de gestão patrimonial participativa e assegurar que o património de Vila de Rei continue a ser um bem comum ao serviço das gerações vindouras. Em conclusão, o artigo trouxe à luz evidências significativas da mineração aluvial de ouro na região de

Vila de Rei e sua clara relação com a ocupação humana nos períodos proto-histórico e romano.

Estas estruturas conhecidas como “conheiras”, relacionam-se com as práticas antigas de mineração na região. A conexão entre as características geológicas e geomorfológicas da área, os antigos assentamentos humanos e as técnicas de exploração de ouro revelam uma rica tapeçaria de património geológico-mineiro e arqueológico.

É, assim, sublinhado neste trabalho que a implantação de uma abordagem abrangente é essencial para o desenvolvimento turístico bem-sucedido na região, utilizando os recursos naturais e o seu património cultural.

Este estudo também enfatiza, ainda, a necessidade de uma divulgação cuidadosa da informação à população em geral e propõe o reforço do turismo através de visitas de campo, brochuras, circuitos turísticos e guias informativos. Além disso, nas regiões do Médio Tejo, em particular o Município de Vila de Rei, foi sublinhada

a importância crucial de preservar estes locais de mineração de ouro pelo seu elevado valor patrimonial, científico, educativo e socioeconómico.

BIBLIOGRAFIA

Allan, J. C., 1965. A mineração em Portugal na antiguidade. *Bol. Minas* (Lisboa), 2(3): 139-175.

Barbosa, B. & Reis, P. R., 1996. Geometrias de enchimento, sistemas deposicionais e organização estratigráfica do Pliocénico continental da Bacia Terciária do Baixo Tejo (Portugal). *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, Lisboa, 82: 51-86.

Figura 5: Os vestígios da exploração de ouro em Vila de Rei (Conheiras). As conheiras são “visíveis nas margens da ribeira do Codes e do rio Zêzere, constituindo amontoados de enormes conhos” (Delfino et al., 2014). Vila de Rei apresenta um conjunto mínimo de 52 conheiras identificadas no seu território. Fotografia de Hugo Gomes.



Conheiras de Vila de Rei

Espólio Romano, Patrimônio Nosso.

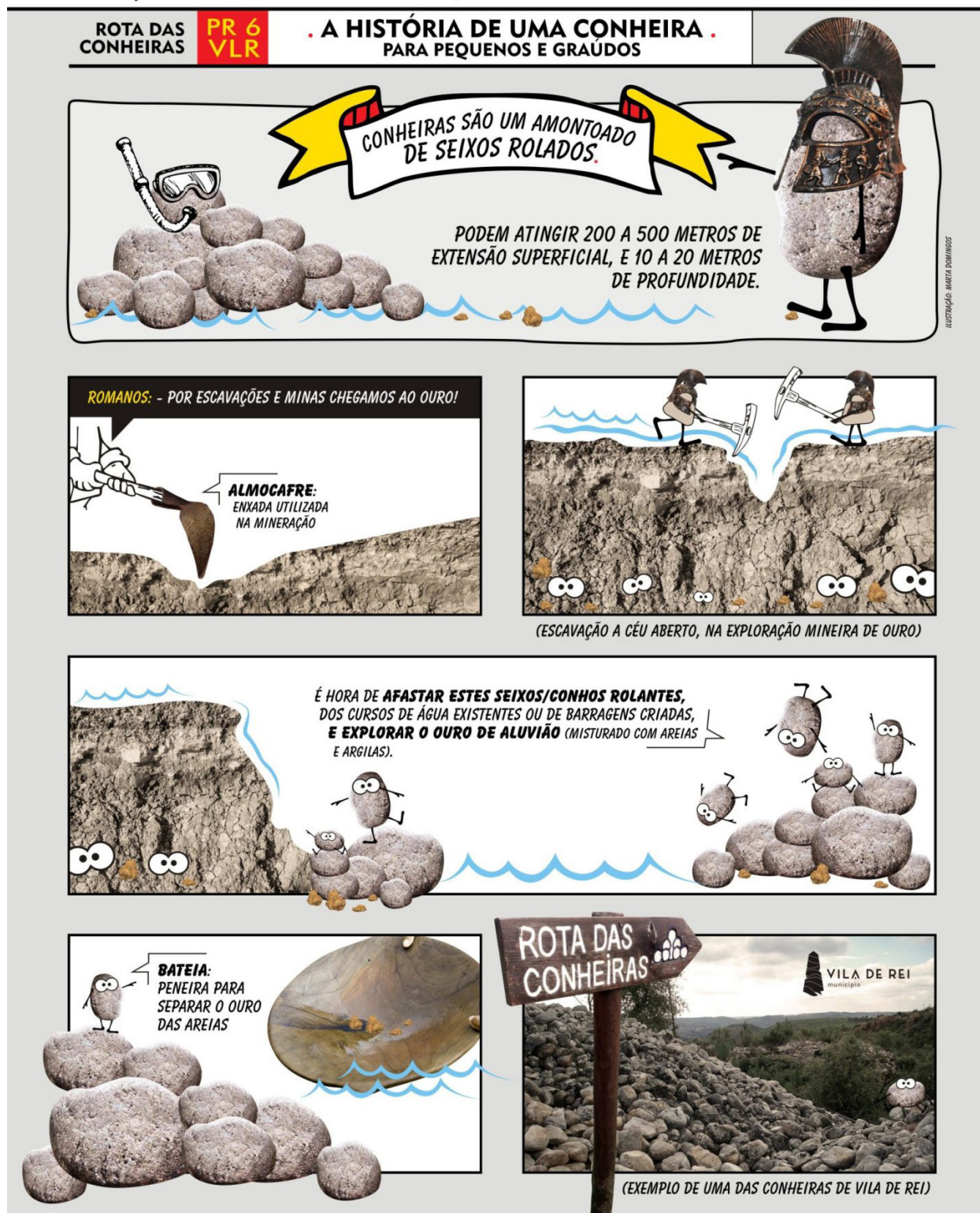


Figura 6: Rota das Conheiras implementado posteriormente ao levantamento realizado de acordo com o Protocolo CMVR-IPT.
 Fonte: <https://mediotejo.net/conheiras-de-vila-de-rei-na-rota-da-classificacao-de-interesse-nacional/>

- Barbosa, B., Martins, A. M. & Reis, R. P., 1998. As conheiras de Vila de Rei (Portugal Central). Atas do V Congresso Nacional de Geologia. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, Lisboa, 84 (2): 34-37.
- Batata, C. & Gaspar, F., 2013. *Carta Arqueológica do Concelho de Vila de Rei*. Câmara Municipal de Vila de Rei / Ozecarus, Lda, Vila de Rei, 160 p.
- Batata, C. (2006) A mineração romana no Centro de Portugal: vestígios e contextos. *Revista de Arqueologia Lusitana*, 12(2), pp. 115–134.
- Batata, C. 2006. Idade do Ferro e Romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza. *Trabalhos de Arqueologia* (46) IPA, Lisboa, 46, 289 p.
- Cardoso, G. (1989). As explorações auríferas pré-romanas e romanas na bacia do Douro. In: *Actas das Primeiras Jornadas sobre Ouro Romano de Vila de Rei*, 39p.
- Carvalho, A. D. 1975. As aluviões auríferas do Tejo. *Boletim de Minas*, 12(1): 3-16.
- Carvalho, C., Matias, A. 2019. Património e turismo sustentável no interior de Portugal: modelos integrados de valorização local. *Revista Territórios e Comunidades*, 7(1), pp. 45–67.
- Delfino, D. 2012. Arqueologia do contacto: dinâmicas, problemas e modelos interpretativos da Proto-História da fachada atlântica da Península Ibérica. In L. Oosterbeek, L. Cerezer, J.F., Bitencourt Campos, J. & Zocche J. (eds), *Arqueologia Ibero-Americana e Arte Rupestre*. *Arkeos* 32, CEIPHAR, Tomar, 57-70.
- Delfino, D., Cruz, A., Graça, A., Gaspar, F. & Baptista, A. 2014. A problemática das continuidades e descontinuidades da Idade do Bronze no Médio Tejo português. In Soares Lopes, S. (ed), *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*, Centro de Pré-História - IPT, Tomar, *Antrope*, série monográfica 1: 146-201.
- Delfino, D., Martins, A., Teixeira, A. 2011. Gold mining in Roman Lusitania: geology and archaeology of alluvial deposits. *Journal of Roman Archaeology*, 24, pp. 351–372.
- Dinis, S.L.P. 2021. *Garimpeiros e exploração artesanal de pequena escala de ouro: avaliação dos impactos ambientais*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora.
- Domergue, C. & Herail, G. 1978. Mines d'or romaines d'Espagne. Le district de la Valduerna (León). Étude géomorphologique et archéologique. In: *Annales de Géographie*, t. 89, n°491, 1980. pp. 84-86.
- Gonçalves, R. 2013. Património imaterial e memória coletiva: contributos para uma abordagem etnográfica da paisagem mineira. *Estudos do Património* (5) pp. 89–102.
- Martins - Braz, C. M. 2008. *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Dissertação de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, p. 157.
- Martins, A. A. 1999. *Caracterização morfotectónica e morfossedimentar da Bacia do Baixo Tejo (Pliocénico e Quaternário)*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, 500 p.
- Mateus - Pereira, T. R. 2006. «Conheiras» de Vila de rei (Centro de Portugal): Minas de exploração de ouro aluvionar a céu aberto em Período Romano. *I Congresso Internacional de Mineria e Metalurgia en el Contexto de la História de la Humanidad: Pasado, Presente y Futuro*, Mequinenza, P- 16, 189-208.
- Oosterbeek, L. 1997. Echoes from the east. The western network. North Ribatejo (Portugal). *Arkeos*, 2, Tomar, CEIPHAR, 304 p.
- Pereira, T.R. (2007). Instrução do Processo de Classificação do Conjunto das Conheiras do Concelho de Vila de Rei [Documento policopiado]. Vila de Rei: Câmara Municipal.
- Romão, J. 2001. *Estudo tectono-estratigráfico de um segmento do bordo SW da Zona Centro-Ibérica, e as suas relações com a Zona Ossa Morena*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 322 p.
- Romão, J., Barbosa, B., Barra, A. Ferreira da Silva, A. 2001. *Notícia explicativa da carta geológica do concelho de Vila de Rei*. Relatório interno para a Câmara Municipal.
- Rui Dias, Manuel Lemos de Sousa, João Mata, António Ribeiro, Cristina Rodrigues, António Galopim de Carvalho, Edite Bolacha, Ana Salgado (2023). Há xistos e xistos e... outros que nem tanto... In: Rui Dias (Eds.) *Dos Mapas Estáticos a uma Geologia de Portugal Dinâmica*, segundo volume da trilogia “Portugal de Antes da História”, 540 páginas, 290 figuras originais, Centro Ciência Viva de Estremoz. ISBN-978- 989-53841-0-5.

